



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Programa de Pós-Graduação em Administração

**ECONOMIA REGENERATIVA E O ENGAJAMENTO COLETIVO:  
O CASO DA COMUNIDADE INTENCIONAL TERRA SUBLIME**

**Hannah França Salmen**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Alfinito**

Brasília – DF  
2025



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas  
Programa de Pós-Graduação em Administração

**ECONOMIA REGENERATIVA E O ENGAJAMENTO COLETIVO:  
O CASO DA COMUNIDADE INTENCIONAL TERRA SUBLIME**

Dissertação de Mestrado Acadêmico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília (PPGA/UnB) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração. Área de Concentração: Estratégia, Marketing e Inovação

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Alfinito.

Aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Alfinito.

Orientadora (Universidade de Brasília – PPGA/UnB)

Prof.<sup>o</sup> Dr. Diego Pereira Lindoso

Examinador interno (Universidade de Brasília – CDS/UnB)

Prof. Dr.<sup>a</sup> Zenith Nara Costa Delabrida

Examinadora externa (Universidade Federal de Sergipe - Prodemá)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eluíza Alberto de Moraes Watanabe

Suplente (Universidade de Brasília – PPGA/UnB)

Brasília – DF  
2025

## RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo compreender os sentidos atribuídos ao comportamento de compra de cotas em um empreendimento de base regenerativa, a partir da aplicação do modelo COM-B (Michie et al., 2011), que considera as dimensões de capacidade, oportunidade e motivação como determinantes do comportamento. A investigação teve como foco a comunidade intencional Terra Sublime, localizada na Área de Proteção Ambiental da Cafuringa (DF), considerada uma referência prática em economia regenerativa no Brasil. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de natureza exploratória, utilizando entrevistas em profundidade com cotistas e análise de conteúdo temática fundamentada nas categorias do modelo COM-B, além da incorporação de categorias emergentes. No que tange à Capacidade, os resultados indicam que o engajamento é fortalecido pela construção de habilidades e conhecimentos no contexto coletivo. A comunidade atua como um espaço de formação prática e ética, onde a aprendizagem horizontal e o desenvolvimento de competências relacionais, como escuta e cooperação, são cruciais para a participação ativa. Em relação à Oportunidade, a pesquisa identificou que fatores externos tanto facilitam quanto dificultam a adesão. Embora a comunidade ofereça um ambiente propício para a vivência de princípios regenerativos, barreiras como limitação de tempo, desafios de infraestrutura, distanciamento geográfico e a necessidade de aprimoramento na mediação institucional foram observadas, impactando a plena participação dos cotistas. Quanto à Motivação, a adesão ao projeto é impulsionada por fatores subjetivos e relacionais, como o alinhamento ético com os valores regenerativos, a busca por pertencimento e o fortalecimento de redes afetivas. A percepção de impacto, ou seja, a consciência da transformação ambiental e subjetiva gerada pela experiência, emerge como um elemento motivador fundamental para a permanência e o engajamento contínuo. Conclui-se que o comportamento regenerativo, neste contexto, é um processo intersubjetivo e formativo, onde a interação dinâmica entre capacidades desenvolvidas, oportunidades percebidas e motivações intrínsecas sustenta o engajamento. O estudo oferece subsídios para o fortalecimento de iniciativas comunitárias que visam transformar modos de vida, além de práticas de consumo, e contribui para os campos da economia regenerativa, consumo sustentável e comunidades intencionais.

**Palavras-chaves:** Consumo; Economia Regenerativa; Comunidades Intencionais; Negócios de Impacto Socioambiental; Capacidades; Motivação; Oportunidade; Consumo Sustentável.

## ABSTRACT

This thesis aimed to understand the meanings attributed to the behaviour of purchasing shares in a regenerative enterprise, through the application of the COM-B model (Michie et al., 2011), which considers the dimensions of capability, opportunity, and motivation as determinants of behaviour. The investigation focused on the intentional community Terra Sublime, located in the Cafuringa Environmental Protection Area (DF), regarded as a practical reference in regenerative economics in Brazil. The research adopted a qualitative, exploratory approach, employing in-depth interviews with shareholders and thematic content analysis grounded in the categories of the COM-B model, in addition to the incorporation of emergent categories. The results indicate that the decision to join the project is not predominantly based on rational or utilitarian criteria, but rather on subjective and relational factors, such as ethical alignment, affective networks, and the search for belonging. The community also revealed itself as a space for practical and ethical formation, in which capabilities are built through collective living and experimentation, with emphasis on horizontal learning, situated in shared tasks, and on the development of relational skills, such as listening, empathy, and cooperation. The main barriers to active participation were associated with time constraints, infrastructural challenges, geographical distance, generational conflicts, and the absence of institutional mediation, especially regarding management and the integration of new participants. Meanwhile, the perception of impact—understood as the lived awareness of environmental and subjective transformation resulting from the experience—emerged as a fundamental element for permanence and engagement, often articulated with the regeneration of the territory, the strengthening of community bonds, and the coherence between values and practices. It is concluded that regenerative behaviour, in the context studied, is not merely the result of individual predispositions, but emerges from an intersubjective, territorialised, and formative process, in which concrete experiences of regeneration and coexistence sustain engagement. The study's contributions engage with the fields of regenerative economics, sustainable consumption, behavioural change, and intentional communities, offering theoretical and practical support for the strengthening of community-based initiatives that seek to transform not only consumption practices, but ways of life.

**Keywords:** Consumption; Regenerative Economy; Intentional Communities; Socio-environmental Impact Businesses; Capabilities; Motivation; Opportunity.

*“O tempo é de se integrar abraçando  
o que ainda resta” (Chandra Lacombe).*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a fonte inesgotável de criação e manutenção de tudo que foi, é e será. A força geradora e nutridora da existência, em seus mais diversos nomes e manifestações, o Grande Espírito, o Divino, manifesto no Deus que há em cada um de nós e a quem eu permanentemente me curvo em reverência e gratidão. Testemunho ad manifestação inequívoca de sua perfeição, chamada de natureza, Pachamama, Gaia, Terra e que também com seus muitos nomes, segue benevolente nos suprindo em tudo que é essencial.

Do imaterial ao material, agradeço quem me deu a vida e todos os instrumentos necessários para que eu pudesse estar exatamente aqui e agora, sendo quem sou, sem que nada nunca me faltasse. agradeço a minha família Mário, Ione e Krishna. Papai, mamãe e irmã. Scott, Phillip, Allen e Joe: ressignificação e manifestação presente futura do que é família e amor.

A querida e admirada profa. Solange Alfinito, que reúne em si todos os atributos dos grandes mestres (acadêmicos ou não). Nela existe de forma inequívoca a visualização do amor à educação e isso, ainda que eu vivesse muitas vidas, seria impossível agradecer. Muito obrigada por me ensinar o que é ensinar.

Agradeço a todos os grandes professores que tive até aqui, na ESPM, USP, FDC, mas na minha casa, a Universidade de Brasília os inesquecíveis Claudio Torres, Eda Castro Lucas, Tomaz Aquino, Josivania Farias, Victor Celestino, Gisela Demo, Eluiza Watanabe e todos que contribuíram com a minha formação, seja nas disciplinas, laboratórios ou grupos de pesquisa. Também aos colegas e amigos que fiz na jornada acadêmica, em especial Walter, Calhau e Letícia, que generosamente sempre dedicaram tempo e ouvidos nesse período.

Sou grata a minha jornada executiva, mesmo quando para mantê-la precisei abrir mão do PPGA outras três vezes. Mas aqui cheguei, mais madura e resiliente, grata também a todos os meus colegas, amigos e líderes de Ambev e de Sebrae, as minhas outras grandes escolas formadoras, em especial Keila Pontes, Raissa Rossiter e Mirela Malvestiti, mulheres inspiradoras e que me apresentaram um mundo do empreendedorismo transformador e de impacto nacional e que, sem saber me levaram a fundar a Habe Lux, empresa que congrega amigos com ideais acadêmicos e corporativos e o grande espaço de implementação de todos estes aprendizados.

Obrigada ao Jefferson e Fabiana, fundadores da Amainar e idealizadores de um sonho possível: a regeneração das comunidades intencionais da Cafuringa e que muito me ajudaram com

esta pesquisa. Obrigada aos meus amigos-irmãos por estarem comigo nos momentos de riso, de lágrimas e de espera neste meu mergulho, em especial Rubinho, Fernando, Luciana, Fernanda, Giovana, Adriana e Edmila.

Por fim, um agradecimento especial para Hannyery Maciel, mais que amigo, o fundador e dirigente do Núcleo Flor da Vida, terapeuta e orientador do processo mais verdadeiro e transformador que um ser humano pode passar: o do autoconhecimento. Nele não há títulos, diplomas, mas há uma banca de avaliação permanente, a da nossa consciência.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	11
2.1 Sustentabilidade e seus desdobramentos.....	11
2.2 Economia regenerativa.....	16
2.3 Negócios de Impacto Socioambiental.....	22
2.4 Consumo sustentável e o modelo COM-B de mudança comportamental.....	25
2.5 Comunidades Intencionais .....	32
3. O COM-B APLICADO À SUSTENTABILIDADE E AO CONSUMO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA .....	37
3.1 Justificativa e objetivo da revisão .....	37
3.2 Metodologia da RSL .....	38
4. MÉTODO .....	57
4.1. Lócus da pesquisa: A comunidade intencional Terra Sublime .....	57
4.2 Participantes .....	59
4.3 Instrumento .....	61
4.4 Procedimentos de coleta de dados.....	62
4.5 Procedimentos de análise de dados .....	63
4.6 Procedimentos éticos.....	66
5.RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	66
5.1 Análise das entrevistas à luz da teoria COM-B .....	66
5.1.1 Contexto e envolvimento inicial .....	66

5.1.2 Capacidades .....	70
5.1.3 Oportunidades .....	75
5.1.4 Motivações .....	78
5.1.5 Barreiras à Participação .....	83
5.1.6 Percepção de Impacto .....	87
5.1.7 Categorias emergentes .....	90
5.2 Sentidos e Experiências da Regeneração: Um Olhar Interpretativo sobre a Terra Sublime .....	95
5.3 Olhares sobre a Terra Sublime: Registros e Análises .....	111
6. Considerações Finais .....	116
REFERÊNCIAS.....	120

## 1. INTRODUÇÃO

A economia regenerativa é uma abordagem que busca alinhar os sistemas econômicos aos processos naturais, promovendo a renovação contínua dos ecossistemas e o fortalecimento das relações sociais, a partir de fluxos de energia e ciclos de matéria que contribuam ativamente para a saúde do planeta (Morseletto, 2020). Raworth (2017), por sua vez, define a economia regenerativa como uma teoria que integra a atividade econômica à sustentabilidade ambiental, priorizando a restauração dos sistemas naturais e sociais, indo além de práticas que apenas mitigam impactos negativos.

Esse modelo não se restringe à simples redução de danos, mas promove a reconstrução de ecossistemas, a revitalização de comunidades e a recuperação da biodiversidade. Um exemplo relevante de prática regenerativa é a permacultura, que se baseia no princípio da transformação com os recursos disponíveis no presente. De acordo com o Instituto de Permacultura (Ipoema), a permacultura consiste no planejamento e execução de ocupações humanas sustentáveis, unindo práticas ancestrais aos modernos conhecimentos das áreas, principalmente de ciências agrárias, engenharias, arquitetura e ciências sociais, todas abordadas sob a ótica da ecologia (Almeida, 2021).

Atualmente, a urbanização exerce uma pressão crescente sobre os recursos naturais, uma vez que a maior parte da população mundial reside em áreas urbanas, que se tornaram centros de alta demanda por alimentos e bens de consumo (ONU, 2019). As cidades, majoritariamente, possuem um modelo econômico linear, baseado no ciclo "extrair-produzir-consumir-descartar" e concentram não apenas o consumo, mas também a geração de resíduos e emissões de poluentes, contribuindo diretamente para a degradação ambiental (Franzolin, 2022).

Diante desse cenário, a economia regenerativa emerge como uma resposta sistêmica e integrada aos desafios ambientais contemporâneos, sobretudo no contexto das mudanças climáticas. A economia regenerativa envolve um paradigma holístico que enfatiza a justiça social e ecológica, desafiando sistemas de crescimento baseados na exploração (Ruivo, 2021). Ela propõe práticas que não apenas sustentam, mas também promovam a restauração dos danos ambientais, buscando alternativas regenerativas para o futuro (Bexell et al., 2023), uma vez que tais mudanças, decorrentes da degradação ambiental, representam uma das maiores ameaças globais, afetando a disponibilidade de recursos naturais essenciais, como água e alimentos (United Nations, 2019).

Nesse contexto, as comunidades intencionais emergem como modelos promissores para a implementação da economia regenerativa, ao integrarem práticas de sustentabilidade ecológica com uma forte coesão social. Conforme destacado por Ruivo (2021), essas comunidades desempenham um papel essencial na mitigação dos problemas ambientais e na construção de um futuro mais justo e equilibrado, caracterizado pela redução das desigualdades sociais e pela distribuição mais equitativa dos recursos naturais, ao aplicarem princípios regenerativos tanto nas relações sociais quanto nas interações com o meio ambiente. Ecovilas, como exemplos de comunidades intencionais, adotam uma abordagem holística que abrange as dimensões social, ecológica, econômica e cultural, com o objetivo de regenerar os ambientes naturais e sociais. Assim, essas iniciativas distinguem-se de outros projetos de sustentabilidade ao promoverem uma integração mais profunda e abrangente dos princípios regenerativos (Litfin, 2009).

A economia regenerativa transcende as práticas convencionais de sustentabilidade ao restaurar ecossistemas e promover a coesão social por meio do engajamento comunitário participativo, como é o caso das comunidades intencionais. De acordo com Oliveira e Penha-Lopes (2020), projetos enraizados em zonas rurais demonstram grande potencial para atuar como catalisadores de desenvolvimento local e de resiliência frente às crises ambientais e sociais.

O ano de 2023 trouxe à tona a severidade das mudanças climáticas, com registros alarmantes de aquecimento global. A Organização Meteorológica Mundial (OMM) classificou 2023 como o ano mais quente da história. O período foi marcado por ondas de calor marítimas e eventos climáticos extremos, como secas na África Oriental e inundações no Paquistão, que afetaram a segurança alimentar e deslocaram milhões de pessoas, evidenciando a interconexão entre crise climática e desafios socioeconômicos globais (ONU, 2023).

Nesse contexto, a transição para fontes de energia renováveis, a eletrificação de transportes, a adaptação de infraestruturas e a reformulação de padrões de consumo tornam-se imperativos para garantir a habitabilidade futura do planeta, sobretudo para as populações mais vulneráveis que enfrentam os impactos mais agudos das mudanças climáticas (IPCC, 2023). Não se trata apenas de conservar, mas de restaurar o que foi degradado, fomentando inovações sustentáveis que viabilizem ciclos regenerativos de produção e consumo com a proteção da biodiversidade.

As comunidades intencionais e ecovilas exemplificam novas formas de organização socioeconômica, estruturadas com base em sistemas econômicos alternativos que priorizam a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a autogestão (Tavares, 1985). Elas promovem a

regeneração ambiental ao mesmo tempo em que oferecem um modelo de convivência mais inclusivo e equitativo, desafiando as estruturas econômicas tradicionais. Um exemplo é a comunidade Terra Sublime, localizada no Distrito Federal. Com 21 investidores, dos quais 14 são residentes, essa comunidade tem como objetivo a regeneração do bioma cerrado, a implementação de práticas sustentáveis de vida, o incentivo à economia local e a promoção de uma governança participativa, em consonância com os princípios de autogestão e sustentabilidade.

No entanto, há uma lacuna na literatura quanto ao comportamento do consumidor ao participar de iniciativas desta natureza, tais lacunas foram amplamente evidenciadas na Revisão Sistemática de Literatura desenvolvida nesta pesquisa. Há pesquisas e estudos abundantes em temas relacionados à economia circular, desenvolvimento sustentável, consumo consciente, porém em uma perspectiva de interseccionalidade entre economia regenerativa e escolha do consumidor, ainda são escassos os estudos (Alcaraz, 2021; Alves et al., 2022; Camacho-Otero et al., 2018).

Do ponto de vista acadêmico, o estudo sobre comunidades intencionais preenche uma lacuna importante na literatura de comportamento do consumidor sustentável e na economia regenerativa, especialmente no que concerne a produtos e serviços oriundos de negócios de impacto socioambiental. A pesquisa sobre fatores que influenciam a escolha de indivíduos para participar de comunidades como Terra Sublime contribui para expandir o conhecimento sobre a interação entre os consumidores e negócios regenerativos.

Com base no problema identificado e nos fundamentos teóricos do modelo COM-B, delinear-se as seguintes perguntas de pesquisa, que orientam o desenvolvimento desta dissertação:

1. Quais são os principais fatores que influenciam a decisão de participação em uma comunidade intencional como a Terra Sublime?
2. De que forma as dimensões de capacidade, oportunidade e motivação impactam a escolha dos indivíduos em participar de ecovilas com propostas de regeneração ambiental?
3. Como a adoção de práticas sustentáveis transforma o comportamento de consumo e a integração social dos participantes?
4. Além disso, quais desafios essas comunidades enfrentam ao tentar expandir suas práticas regenerativas e atrair novos cotistas?

Essas são algumas questões que orientam o desenvolvimento deste trabalho, que busca uma compreensão mais profunda sobre a participação e as dinâmicas comportamentais em comunidades intencionais e economia regenerativa.

Ao empregar o modelo COM-B (Capability, Opportunity, Motivation - Behaviour), proposto por Michie, Atkins e West (2014), este estudo fundamenta a análise das capacidades, oportunidades e motivações como determinantes essenciais para compreender o comportamento humano. O modelo COM-B considera que o comportamento é resultado da interação dinâmica entre três componentes centrais: capacidade (conhecimentos e habilidades físicas ou psicológicas para executar ações), oportunidade (fatores externos que facilitam ou limitam a realização de comportamentos) e motivação (processos internos que energizam e direcionam as ações). Dessa forma, a adoção dessa abordagem metodológica contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas comportamentais relacionadas à sustentabilidade, complementando a discussão já estabelecida sobre comunidades regenerativas.

Michie, Van Stralen e West (2011, p.4) explicam que "o comportamento é resultado de uma interação dinâmica entre a capacidade de um indivíduo, as oportunidades presentes no ambiente e as motivações internas e externas que o impulsionam". A aplicação desse modelo é especialmente relevante por integrar variáveis psicológicas, sociais e físicas, proporcionando uma visão holística sobre as motivações de indivíduos que optam por se engajar em projetos de ecovilas e comunidades intencionais.

Essa perspectiva teórica permite capturar a complexidade dos fatores que orientam a decisão de participação em comunidades regenerativas, como a Terra Sublime, oferecendo uma lente analítica para identificar como a motivação, as capacidades e as oportunidades influenciam o comportamento dos indivíduos.

Mais especificamente, ao adotar o modelo COM-B, torna-se possível explorar questões centrais deste estudo, tais como: identificar os principais fatores que levam as pessoas a escolherem participar de ecovilas com foco na regeneração ambiental; compreender como práticas sustentáveis adotadas nessas comunidades impactam o comportamento de consumo e a integração social dos participantes; examinar os desafios enfrentados para ampliar essas práticas e atrair novos cotistas; e, finalmente, delinear os perfis dos indivíduos mais propensos ao engajamento com a economia regenerativa, avaliando como suas expectativas pessoais se alinham aos propósitos das comunidades intencionais estudadas. Em síntese, essa abordagem oferece um foco claro nas

percepções e comportamentos do consumidor, destacando como esses múltiplos elementos interconectados moldam o engajamento em iniciativas sustentáveis e regenerativas.

Para além do modelo e da metodologia investigada, destaca-se ainda a crise ambiental global, marcada por mudanças climáticas e a degradação dos ecossistemas, que demanda uma transformação profunda dos modelos econômicos. Como alertam Capra e Luisi (2016) e o IPCC (2018), a intensificação de eventos climáticos extremos e perda da biodiversidade exigem uma ação urgente. Assim, a transição para uma economia regenerativa, que visa restaurar e regenerar sistemas naturais, se apresenta como uma alternativa promissora para enfrentar esses desafios (Proença, 2019).

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é compreender como se dá o comportamento de compra de cotas do ecovilas Terra Sublime, enquanto iniciativa de economia regenerativa, utilizando o modelo COM-B como norteador teórico da pesquisa. Com base nesse objetivo central, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

1. Investigar por meio de revisão sistemática de literatura as principais abordagens, usos e limitações do modelo COM-B em contextos de consumo sustentável e regenerativo para identificar lacunas teóricas e sustentar a aplicação do modelo ao caso da comunidade Terra Sublime.

2. Identificar os principais fatores relacionados às capacidades, oportunidades e motivações que influenciam a decisão dos indivíduos de participar de uma comunidade intencional com propostas regenerativas, como a Terra Sublime;

3. Analisar como a adoção de práticas sustentáveis nessas comunidades influencia o comportamento de consumo e promove mudanças na integração social dos participantes;

4. Investigar os desafios enfrentados pelas comunidades regenerativas para expandir suas práticas ambientais e aumentar o número de cotistas;

5. Traçar o perfil dos indivíduos mais propensos ao engajamento em ecovilas e projetos regenerativos, explorando como suas expectativas pessoais se alinham aos objetivos ambientais e sociais propostos pela comunidade estudada.

Nesse contexto, o presente projeto sobre o Ecovilas Terra Sublime se justifica, primeiramente, por seu caráter interdisciplinar, que envolve dimensões ambientais, econômicas, culturais e de moradia, possibilitando que esta pesquisa se faça relevante tanto nas dimensões acadêmica, como gerencial e social.

Sob a ótica gerencial, espera-se que a implementação desta pesquisa sobre o Ecovilas Terra Sublime ofereça valiosos insights para o desenvolvimento e gestão de negócios de impacto socioambiental, em especial as comunidades intencionais, como a Terra Sublime. Também, que forneça subsídios para a estruturação de projetos futuros que envolvam comunidades intencionais, mas também outros empreendimentos que promovam a economia regenerativa e uma maior conexão com este consumidor.

Considerando que ainda há desafios significativos para assegurar sua viabilidade a longo prazo, especialmente em relação à atração e retenção de participantes, esta pesquisa tem sua justificativa ampliada, na promoção desta dimensão, especialmente no que se refere a insights de possíveis intervenções gerenciais, como em marketing, comunicação, tecnologias, governança e finanças a fim de promover uma adesão mais consistente de investidores e participantes interessados em projetos regenerativos.

Socialmente, o projeto Terra Sublime justifica-se como uma resposta ao crescente interesse por modos de vida alternativos que promovam não apenas a sustentabilidade ambiental, mas também a inclusão social e o fortalecimento de laços comunitários, mas, sobretudo, a regeneração de ecossistemas já degradados pela ação humana. Ainda, a participação em comunidades intencionais pode promover uma nova forma de organização social baseada em princípios de autogestão, colaboração e regeneração ambiental. Segundo Arruda (2018, p. 32), em alguns contextos “as ecovilas e comunidades intencionais têm buscado alinhar práticas sustentáveis nos âmbitos social, econômico e ambiental, oferecendo um caminho prático para a construção de um futuro mais justo e equilibrado”. Essas comunidades demonstram um forte potencial para enfrentar desafios globais como a desigualdade social e a degradação ecológica, ao mesmo tempo em que oferecem uma alternativa viável de integração entre desenvolvimento econômico e justiça social.

Ao estudar os determinantes para a compra de cotas na ecovila, a pesquisa não apenas contribui para a literatura acadêmica, mas também oferece uma base para que outros grupos sociais, governos e organizações implementem iniciativas semelhantes que possam mitigar os efeitos das crises ecológicas e socioeconômicas, regenerando contextos ambientais degradados ou ameaçados.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresentará o referencial teórico para uma melhor compreensão do problema e os objetivos de pesquisa. Serão abordados os temas de sustentabilidade, economia regenerativa, negócios de impacto social, consumo sustentável e o modelo COM-B para mudança de comportamento, além do conceito de comunidades intencionais. Também serão apresentadas as articulações entre essas temáticas.

### 2.1 Sustentabilidade e seus desdobramentos

O conceito de sustentabilidade se expande por diversas dimensões, áreas e conceitos emergentes, revelando sua complexidade e relevância crescente nas discussões acadêmicas e organizacionais. Em essência, a sustentabilidade caracteriza-se por um processo participativo que promove o senso comunitário baseado no respeito e no uso criterioso dos recursos naturais. Busca assegurar, simultaneamente, segurança econômica, democracia, participação popular na gestão comunitária e a manutenção da integridade dos sistemas ecológicos vitais (Gladwin et al., 1995). Edwards (2005) complementa, definindo-a como uma revolução necessária na consciência coletiva, capaz de gerar uma nova visão de mundo e um conjunto renovado de valores, imprescindíveis para preservar as condições socioecológicas que sustentam e melhoram a vida humana em escala global.

O conceito de sustentabilidade consolidou-se a partir da segunda metade do século XX, sobretudo com a publicação do Relatório Brundtland em 1987, que introduziu a noção de desenvolvimento sustentável como a articulação entre crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental (WCED, 1987). Desde então, a sustentabilidade passou a ser compreendida de forma mais ampla, incorporando simultaneamente dimensões ambientais, sociais e econômicas, como discutem Sachs (2002) e Elkington (1999). Desde a publicação do Relatório Brundtland em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser inserido com mais força nos estudos organizacionais, promovendo a necessidade de conciliar crescimento econômico com proteção ambiental e justiça social. Atualmente, essa perspectiva está profundamente integrada aos modelos de negócio, estratégias corporativas e às práticas gerenciais (Martins & Ribeiro, 2022).

As empresas modernas têm incorporado esse conceito não apenas como resposta às pressões externas, como exigências regulatórias ou demandas sociais, mas também como parte

integral da estratégia competitiva (Nidasio, 2006). A adoção da sustentabilidade nos modelos de negócio implica uma reformulação profunda das práticas operacionais, visando o uso eficiente de recursos, a redução dos impactos ambientais e a criação de valor compartilhado com a sociedade (Rodriguez et al., 2002).

No âmbito das estratégias corporativas, a sustentabilidade atua como uma ferramenta poderosa para geração de diferenciação e valor percebido pelos consumidores e investidores. Muitas empresas têm utilizado iniciativas sustentáveis como mecanismos para melhorar sua imagem corporativa, fortalecer a reputação e ampliar sua presença em mercados globais (Lo; Sheu, 2007). Além disso, a inserção explícita da sustentabilidade nas estratégias organizacionais proporciona benefícios tangíveis, como maior acesso a financiamentos sustentáveis, redução de custos operacionais por meio da eficiência energética e de materiais, e aumento da fidelidade do consumidor, especialmente em segmentos que valorizam marcas social e ambientalmente responsáveis (Borsatto et al, 2023).

Assim, a integração da sustentabilidade às práticas gerenciais se manifesta pela incorporação sistemática de critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) nas decisões cotidianas das organizações (Ocran, 2023). Isso significa que gestores e líderes organizacionais devem considerar, em cada decisão, seus impactos sociais e ambientais além dos econômicos tradicionais. Essa perspectiva gerencial exige também novas habilidades, competências e uma mentalidade aberta à inovação contínua, promovendo uma cultura corporativa que valorize e recompense práticas sustentáveis e responsáveis em todos os níveis da organização (He et al., 2023).

Nesse sentido, a sustentabilidade representa um processo dinâmico e contínuo, cuja finalidade é prevenir o colapso de sistemas socioeconômicos e ambientais, garantindo sua resiliência no longo prazo (Farias et al., 2023). Contudo, a aplicação prática desse paradigma não significa apenas reduzir a demanda sobre recursos naturais, mas também implementar transformações profundas nas estruturas de produção, consumo e gestão econômica (Hoşgör et al., 2023). Ignorar qualquer uma dessas dimensões leva inevitavelmente a resultados incompletos ou insustentáveis, dada a interdependência entre os fatores econômicos, sociais e ambientais (Ardillah, 2020).

Para as organizações, especialmente em mercados competitivos, a sustentabilidade tem se tornado um importante fator de vantagem competitiva. Empresas que adotam práticas sustentáveis

tendem a se destacar pela redução de custos operacionais a longo prazo, melhoria da reputação, aumento da lealdade do consumidor e mitigação de riscos regulatórios e ambientais (Ruiz-Real et al., 2018). Porém, essa adoção não ocorre sem desafios significativos: exige investimentos iniciais consideráveis, mudanças organizacionais profundas e uma revisão crítica das práticas tradicionais de negócios, muitas vezes arraigadas em processos produtivos insustentáveis (Nunhes et al., 2020).

Empresas situadas em países em desenvolvimento enfrentam desafios adicionais relacionados à sustentabilidade. Entre eles estão limitações financeiras, deficiências institucionais, falta de infraestrutura adequada e resistência cultural a mudanças em práticas tradicionais. Contudo, existem também oportunidades relevantes nesses contextos, já que muitas dessas economias podem se beneficiar diretamente da inovação sustentável para impulsionar sua competitividade global, reduzir custos energéticos e acessar mercados internacionais cada vez mais exigentes quanto aos padrões ambientais e sociais (Melović et al., 2020).

No cenário atual, marcas de grande relevância global têm reconhecido a importância estratégica da sustentabilidade econômica, enfrentando o desafio de manter sua competitividade enquanto se alinham a princípios sustentáveis (Ali, 2018). Líderes empresariais e profissionais de marketing, em particular, devem buscar abordagens inovadoras que integrem a utilização racional dos recursos naturais, a preservação da saúde humana e a proteção ambiental, construindo assim novos modelos econômicos mais justos e prósperos (Gyasi-Mensah, 2019).

A crescente conscientização sobre sustentabilidade e "ecologismo" entre empresas e sociedade reflete um entendimento mais amplo: o desenvolvimento sustentável é uma condição fundamental para a construção de um futuro justo, próspero e ambientalmente equilibrado. Empresas, ao incorporarem esses princípios, não apenas fortalecem sua posição no mercado, mas também contribuem diretamente para uma realidade socioambiental mais equilibrada e responsável, legando às futuras gerações um mundo mais justo e sustentável (Martins & Ribeiro, 2022).

Como conceitos que evoluem e se desdobram a partir da perspectiva inicial de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e economia regenerativa se conformam como respostas necessárias à crise climática, que talvez seja o principal desafio global na atualidade (Conard, 2013). Ao longo das últimas décadas, estes conceitos evoluíram especialmente como resposta a uma crescente conscientização global sobre as consequências ambientais e sociais resultante da forma como a maioria dos países produz, comercializa e distribui sua produção. Essa

conscientização foi ampliando-se fundamentada em diversos relatórios científicos e documentos oficiais realizados especialmente ao longo das últimas 4 décadas, pois representam esforços internacionais para o enfrentamento à mudança climática.

O debate internacional sobre sustentabilidade ganhou força na década de 1970, sobretudo com a publicação do relatório *Limits to Growth* (Meadows et al., 1972), elaborado pelo Clube de Roma, que alertava para o esgotamento dos recursos naturais diante do crescimento econômico ilimitado. Já a questão da mudança climática começou a aparecer no cenário político internacional ao longo dos anos 1970, em audiências públicas e relatórios técnicos, mas foi somente nas décadas seguintes que passou a ser reconhecida como uma ameaça global, especialmente após a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em 1988 e a realização da Conferência do Rio em 1992 (Bodansky, 2001). Esses documentos apontavam para o fato de que o crescimento econômico de forma desenfreada estava diretamente associado à degradação ambiental. A partir daí, surgem os primeiros movimentos globais voltados à busca de soluções que equilibrassem crescimento econômico, equidade social e proteção ambiental, como a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972), a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e mais tarde a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro (1992), que consolidou a noção de desenvolvimento sustentável como um princípio orientador das políticas globais (Sachs, 2002).

O termo sustentabilidade emergiu inicialmente como uma resposta a preocupações sobre a exploração excessiva dos recursos naturais. Também na década de 1970, as nações começaram a reconhecer que o desenvolvimento econômico não poderia continuar indefinidamente sem considerar os limites do planeta (Jalil, 2010; Piwowar-Sulej; Kolodziej, 2022).

O relatório "Limites do Crescimento" foi pioneiro ao alertar que o crescimento econômico exponencial, baseado no consumo intensivo de recursos naturais, resultaria em crises ambientais e sociais. O relatório foi um marco por sugerir a necessidade de repensar o desenvolvimento com base na capacidade de regeneração dos ecossistemas (Meadows et al., 1972).

Na sequência desse debate, o conceito de desenvolvimento sustentável foi amplamente difundido pelo Relatório Nosso futuro comum (também conhecido como relatório Brundtland), publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Este relatório definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que "atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas

próprias necessidades" (Brundtland, 1987, p. 43). Esse conceito foi essencial para consolidar a interseção entre desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental, sendo incorporado a diversas agendas políticas internacionais nas décadas seguintes (Robert et al, 2005).

Nos anos 1990, a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro (1992) marcou outro ponto crucial na trajetória conceitual da sustentabilidade. Durante essa conferência, foi elaborada a Agenda 21, que estabeleceu um plano global para promover o desenvolvimento sustentável em nível local, nacional e global (United Nations, 1992). Esse evento reuniu líderes globais e especialistas para discutir como enfrentar os desafios ambientais e sociais do século XX, trazendo para o centro do debate a interdependência entre desenvolvimento e sustentabilidade.

A partir desse período, o conceito de desenvolvimento sustentável começou a ganhar corpo em políticas públicas e práticas empresariais ao redor do mundo (Borawska, 2017). O Protocolo de Kyoto (1997) constituiu um marco relevante por ser o primeiro acordo internacional a estabelecer metas legalmente vinculantes para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), dirigidas principalmente aos países industrializados. Apesar de sua importância simbólica e institucional para a governança climática global, seus resultados práticos foram limitados, uma vez que vários países não cumpriram integralmente as metas e outros, como os Estados Unidos, não ratificaram o acordo, comprometendo sua efetividade em estabilizar a concentração de GEE na atmosfera (Victor, 2011).

Mais recentemente, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28), realizada em Dubai em 2023, os países concordaram com a necessidade de uma transição energética que implique "*transitioning away from fossil fuels*". Embora o resultado tenha sido celebrado como inédito por mencionar explicitamente os combustíveis fósseis nos documentos oficiais, o texto final foi considerado por muitos analistas insuficiente, uma vez que não estabeleceu metas vinculativas nem prazos claros para o *phase-out* (abandono) ou mesmo para o *phase-down* (redução gradual) do uso desses combustíveis. Assim, a decisão representou mais uma sinalização política da urgência climática do que um compromisso efetivo de transformação estrutural rumo a fontes de energia limpas e sustentáveis (Newell, 2024).

Entretanto, as limitações das abordagens sustentáveis começaram a ser observadas. Ao focar na minimização de danos e na mitigação dos impactos ambientais, o desenvolvimento sustentável não conseguiu abordar profundamente as causas estruturais das crises ecológicas, nem

promover uma regeneração dos sistemas naturais. Isso levou à necessidade de repensar o paradigma (Araújo et al., 2014).

## 2.2 Economia regenerativa

A economia regenerativa pode ser compreendida como uma abordagem que visa restaurar e revitalizar os sistemas naturais e sociais, promovendo a capacidade dos ecossistemas de se autorrenovarem e evoluírem continuamente. Diferente de modelos que apenas restauram condições anteriores ou reduzem impactos negativos, a regeneração implica criar condições melhores do que as originais, fortalecendo os ciclos ecológicos, a biodiversidade e as relações humanas com o ambiente. Trata-se de um paradigma que busca alinhar os sistemas econômicos aos processos naturais, promovendo fluxos contínuos de energia e ciclos de matéria, de modo a garantir que os sistemas produtivos contribuam ativamente para a saúde do planeta (Morseletto, 2020).

No interior do campo discursivo do desenvolvimento sustentável, a economia regenerativa pode ser compreendida como uma abordagem específica, que se diferencia por ir além da mitigação de impactos negativos. Enquanto grande parte das práticas vinculadas ao desenvolvimento sustentável se concentra em reduzir danos ao meio ambiente e às comunidades, a economia regenerativa propõe que os sistemas econômicos e sociais sejam desenhados para restaurar, renovar e regenerar tanto os recursos naturais quanto os vínculos sociais afetados (Jackson, 2017). Essa perspectiva se inspira em sistemas vivos e pressupõe que os fluxos econômicos devem operar em sintonia com os ciclos naturais, promovendo a saúde e a vitalidade dos ecossistemas ao longo do tempo (Morseletto, 2020).

Segundo Conte e Monno (2016), a economia regenerativa está baseada em princípios de resiliência e adaptação, promovendo a regeneração contínua dos ecossistemas através de processos econômicos que criam valor, em vez de esgotar os recursos naturais. Isso envolve a adoção de modelos de metabolismo urbano que integram a cidade e o meio ambiente de forma sinérgica, permitindo que as cidades se tornem sistemas dinâmicos e adaptáveis que promovem a regeneração ambiental. Em consonância, Morseletto (2020) destaca que a regeneração, nesse contexto, não significa apenas retornar a um estado anterior (restaurar), mas ativar e ampliar a capacidade de autorrenovação dos sistemas socioecológicos, criando condições superiores às existentes anteriormente.

A economia regenerativa busca transformar setores inteiros, como o agrícola, o industrial e o energético, de modo a não apenas reduzir os impactos negativos, mas também promover a regeneração ativa dos ecossistemas e das sociedades. Como resultado, essa abordagem tem um enfoque sistêmico, abordando tanto a adaptação climática quanto a justiça social e econômica, especialmente nas economias emergentes, onde os impactos das mudanças climáticas tendem a ser mais severos (Sachs, 2007).

O enfrentamento à crise climática envolve tanto países desenvolvidos quanto emergentes, e a adoção de estratégias de transição para uma economia regenerativa pode ser um caminho adequado. No caso dos países desenvolvidos, a responsabilidade está em liderar a descarbonização global, promovendo políticas rigorosas de redução de emissões e investindo em tecnologias de energia limpa e práticas regenerativas. A liderança dessas nações é crucial para o sucesso global na luta contra a mudança climática, dado seu histórico de maiores emissões e capacidade tecnológica para implementar mudanças estruturais (Jackson, 2017).

Por outro lado, os países emergentes enfrentam o desafio de equilibrar o crescimento econômico com a sustentabilidade ambiental. As nações em desenvolvimento são, muitas vezes, as mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, o que exige um foco em soluções que combinem resiliência e regeneração. A transferência de tecnologias limpas e o financiamento climático dos países ricos são essenciais para permitir que os países emergentes promovam uma transição sustentável (World Bank Group, 2018).

Autores como Raworth (2017), ilustram como é possível conciliar os fundamentos sociais mínimos com os limites ecológicos do planeta, oferecendo um arcabouço visual e conceitual para orientar políticas públicas e práticas empresariais. Nessa perspectiva, regenerar não é apenas mitigar ou compensar, mas reconstruir sistemas de vida a partir da justiça e da cooperação interdependente, promovendo novas formas de produção e consumo alinhadas com os ciclos naturais.

Além disso, Mang & Haggard (2016) defendem que a economia regenerativa se inspira nos sistemas vivos, adotando princípios como a diversidade, a circularidade e o cuidado com o território. Essa abordagem também resgata práticas ancestrais e modos de vida de comunidades tradicionais que sempre mantiveram uma relação de coevolução com a natureza. Como destaca Escobar (2018), esses saberes locais representam formas legítimas de economia regenerativa que desafiam a lógica dominante do crescimento infinito.

A economia regenerativa vem sendo apresentada como uma resposta sistêmica e transformadora frente aos impactos socioambientais das cadeias produtivas contemporâneas. Em vez de priorizar apenas a eficiência ou a mitigação de danos, essa abordagem propõe uma reorganização profunda das relações econômicas, sociais e ecológicas. No contexto agrícola, especialmente em setores altamente vulneráveis às mudanças climáticas, como o cultivo de café e de azeitonas, a regeneração emerge não apenas como um imperativo ambiental, mas como uma condição para a continuidade da produção e da vida nos territórios (Hochachka, 2023; Martínez-Moreno et al., 2024).

Modelos tradicionais de governança em cadeias de valor, centrados no controle vertical e na padronização, têm se mostrado limitados diante da complexidade dos desafios atuais. A construção de arranjos baseados em confiança, cooperação mútua e resolução conjunta de problemas — caracterizados como formas de governança relacional — tem demonstrado maior capacidade de gerar respostas sustentáveis e regenerativas (Hochachka, 2023). Essa lógica favorece a integração de saberes locais e soluções adaptativas, fortalecendo tanto a resiliência das comunidades quanto a vitalidade dos ecossistemas envolvidos.

No setor cafeeiro, estratégias baseadas em relações horizontais entre produtores e compradores têm possibilitado o desenvolvimento de práticas regenerativas ancoradas na realidade dos territórios. O pagamento acima do custo de produção, o investimento em programas sociais e ambientais, e o fortalecimento da autonomia dos agricultores são algumas das iniciativas que demonstram como a lógica regenerativa se materializa na prática (Hochachka, 2023). Tais práticas não apenas restauram solos e ecossistemas, mas também redefinem os parâmetros de valor nas cadeias globais, deslocando o foco do lucro imediato para a criação de valor compartilhado.

A mudança de paradigma também implica um reposicionamento ético das empresas líderes nas cadeias de valor. Ao abandonarem a postura extrativista, passam a desempenhar o papel de facilitadoras da regeneração, mediando recursos, conhecimentos e conexões entre os diversos elos da cadeia (De Marchi et al., 2013; Locke et al., 2009). Essa mudança de enfoque transforma os modelos de governança e abre espaço para formas mais equitativas de desenvolvimento, em que os impactos ambientais e sociais são tratados como dimensões centrais e não periféricas da atividade econômica.

No contexto da agricultura mediterrânea, a economia regenerativa ganha contornos próprios ao se articular com a circularidade dos sistemas produtivos. Experiências em olivicultura

tradicional demonstram que práticas como a reutilização de insumos, o reaproveitamento de resíduos orgânicos, a cobertura vegetal e a reparação de equipamentos agrícolas contribuem diretamente para o fechamento de ciclos de matéria e energia, promovendo a resiliência dos agroecossistemas (Martínez-Moreno et al., 2024).

A regeneração, nesse caso, não se limita à recuperação ecológica, mas envolve também a revitalização econômica e cultural de territórios que enfrentam sérios desafios de competitividade e viabilidade. A lógica circular aplicada aos cultivos tradicionais de azeitona permite, por exemplo, reduzir custos com insumos, diversificar fontes de renda e fortalecer laços comunitários, em um processo que reconecta a produção agrícola às dinâmicas sociais e ambientais locais (Velasco-Muñoz et al., 2021).

Ainda que muitas dessas práticas não sejam explicitamente nomeadas como circulares ou regenerativas pelos agricultores, elas materializam princípios fundamentais desses modelos. A informalidade ou espontaneidade com que surgem indica que a transição regenerativa pode ocorrer a partir das margens do sistema dominante, especialmente quando políticas públicas, cooperativas e redes de apoio fortalecem a capacidade de inovação e experimentação dos atores locais (Aznar-Sánchez et al., 2020).

As estratégias mais bem-sucedidas são aquelas que integram diferentes dimensões do sistema agrícola: desde a gestão eficiente dos recursos naturais até a valorização dos saberes territoriais e o fortalecimento de relações cooperativas. A agricultura regenerativa, nesse sentido, é menos uma receita técnica e mais um campo de construção coletiva de soluções, em que o protagonismo dos agricultores e agricultoras é central.

Por outro lado, a institucionalização das práticas regenerativas ainda enfrenta barreiras importantes. A ausência de marcos regulatórios claros, a limitação de incentivos financeiros e a dificuldade de acesso a tecnologias adequadas limitam a adoção em escala dessas estratégias. Esses desafios reforçam a necessidade de políticas públicas integradas e sensíveis às particularidades territoriais, capazes de articular inovação técnica com inclusão social (Martínez-Moreno et al., 2024; Haque et al., 2023).

Além disso, a regeneração na agricultura desafia os indicadores clássicos de produtividade e eficiência. A lógica regenerativa propõe novos critérios de avaliação, que consideram aspectos como a saúde do solo, a biodiversidade, o bem-estar das comunidades e a resiliência dos sistemas

produtivos. Essa mudança de métrica é fundamental para legitimar e escalar alternativas que ainda são vistas como “periféricas” no modelo hegemônico (Morseletto, 2020).

O campo da economia regenerativa, ao se articular com experiências concretas em cadeias agrícolas, demonstra sua potência transformadora. Ao reconhecer o papel estratégico dos territórios e das relações humanas na construção de sistemas econômicos vivos, essa abordagem aponta para um futuro em que produção, regeneração e justiça caminham juntas.

A economia regenerativa tem se consolidado como um paradigma que redefine não apenas os processos produtivos, mas também a lógica que orienta as cadeias de suprimentos, conferindo a elas um caráter cíclico, resiliente e integrado com os sistemas naturais. No centro dessa abordagem está o reconhecimento de que os sistemas econômicos precisam ir além da mitigação de impactos negativos, assumindo uma postura ativa na restauração dos ecossistemas e na regeneração dos ciclos naturais de materiais e energia. A economia circular, enquanto estrutura conceitual, tem sido frequentemente citada como a base teórica sobre a qual se estrutura a economia regenerativa, sendo caracterizada como restaurativa e regenerativa por design, promovendo o fechamento, o estreitamento e o prolongamento dos ciclos de materiais e energia (Geissdoerfer et al., 2017).

O conceito de cadeias de suprimento circulares emerge como um desdobramento direto desse novo entendimento, sendo definidas como redes colaborativas que visam manter produtos, componentes e materiais em seu mais alto valor possível, por meio de estratégias como reutilização, remanufatura e reciclagem. Essas cadeias buscam alinhar os objetivos econômicos com a integridade ecológica e o bem-estar social, o que requer inovações tanto em modelos de negócio quanto na gestão das operações logísticas (Farooque et al., 2019; Geissdoerfer et al., 2018).

Alguns estudos convergem ao apontar que a transição para cadeias de suprimentos circulares requer uma reconfiguração profunda nos sistemas de produção e consumo, indo além da adoção de práticas isoladas como reciclagem ou reaproveitamento. Há uma ênfase crescente na necessidade de integração sistêmica entre os atores das cadeias, promovendo colaboração estratégica e compartilhamento de valor. Isso significa, por exemplo, redefinir as relações entre fornecedores, fabricantes, distribuidores e consumidores de forma a garantir o retorno dos materiais ao ciclo produtivo e a regeneração contínua dos ecossistemas impactados pelas atividades econômicas (Batista et al., 2018; Leising, Quist & Bocken, 2018).

Além disso, destaca-se que a economia regenerativa não se restringe à redução de danos ambientais, mas visa maximizar os benefícios ecológicos e sociais. Essa lógica implica considerar o valor regenerativo dos produtos e processos, com atenção especial ao papel da inovação e do design para a longevidade, modularidade e reusabilidade dos bens. Assim, a sustentabilidade é incorporada desde o início da cadeia, exigindo uma transformação cultural nas práticas empresariais e nos hábitos de consumo (Masi, Day & Godsell, 2017; Vlajic et al., 2021).

A intersecção entre economia regenerativa e gestão da cadeia de suprimentos também tem impulsionado o surgimento de arcabouços conceituais que buscam distinguir as cadeias regenerativas das tradicionais ou mesmo das sustentáveis. Uma das principais distinções está na ênfase no restauro dos ciclos naturais e na simbiose industrial, em contraste com abordagens anteriores centradas apenas na eficiência ou na mitigação. Esses modelos regenerativos adotam princípios como ciclos fechados, cooperação interorganizacional e inovação sistêmica, configurando um novo padrão para a competitividade e a resiliência empresarial (Angelis, Howard & Miemczyk, 2018; Mishra, Hopkinson & Tidridge, 2018).

Estudos também demonstram que cadeias regenerativas demandam novos indicadores de desempenho, que vão além dos tradicionais KPIs financeiros e ambientais. Indicadores regenerativos consideram, por exemplo, a restauração da biodiversidade, a equidade nas relações de trabalho e o fortalecimento das economias locais. Essa abordagem sistêmica e multidimensional torna as métricas regenerativas instrumentos centrais na transição para modelos econômicos verdadeiramente sustentáveis (Nasir et al., 2017).

A articulação entre circularidade e regeneração envolve ainda a adoção de práticas logísticas reversas, que não apenas facilitam o retorno dos materiais ao ciclo produtivo, mas também contribuem para reduzir perdas, desperdícios e emissões em todas as etapas da cadeia. A logística reversa, nesse contexto, é reposicionada como vetor estratégico da regeneração, sendo planejada de forma integrada aos demais fluxos operacionais (Mangla et al., 2018; Yang et al., 2020).

Paralelamente, a governança das cadeias regenerativas exige novos arranjos institucionais e mecanismos de regulação colaborativa, capazes de alinhar interesses diversos e incentivar comportamentos pró-regenerativos. Isso implica o fortalecimento de políticas públicas, instrumentos de financiamento verde e plataformas de inovação aberta que viabilizem a transição em larga escala (Leising, Quist & Bocken, 2018; Montag, 2023).

Essa transição também está associada a uma mudança nas mentalidades organizacionais e no papel das empresas, que passam a ser concebidas como agentes de regeneração e não apenas de produção. As empresas são chamadas a assumir responsabilidades não apenas pelo impacto de suas atividades, mas também pela restauração dos sistemas dos quais dependem, integrando objetivos ambientais e sociais ao seu propósito central (Farooque et al., 2019).

Por fim, reforça-se que a economia regenerativa, quando aplicada às cadeias de suprimento, representa uma ruptura com a lógica linear e incremental. Trata-se de uma proposta transformadora que exige inovação radical, cooperação multissetorial e uma visão integrada de valor. Sua adoção não apenas favorece a sustentabilidade ambiental, mas também impulsiona a resiliência social e econômica diante de crises sistêmicas como as mudanças climáticas e a desigualdade global (Montag, 2023; Vlajic et al., 2021).

A transição para uma economia regenerativa, que não apenas minimiza os danos, mas também regenera ecossistemas e comunidades, oferece um caminho promissor para garantir um futuro resiliente e sustentável para todas as nações. Todavia, a introdução de negócios de impacto socioambiental surge como uma solução para sua aplicabilidade, como será descrito na próxima seção.

### 2.3 Negócios de Impacto Socioambiental

Segundo Pinsky e Kruglianskas (2017), “a sustentabilidade transcende a mitigação de impactos, demandando uma abordagem integrada entre atores públicos e privados para promover inovações e garantir o uso eficiente dos recursos naturais” (p. 108). Nesse contexto, a economia regenerativa emerge como uma evolução necessária do paradigma sustentável, promovendo práticas que visam restaurar ecossistemas degradados e fomentar a equidade social (Takalo et al., 2021).

O desenvolvimento de negócios com impacto socioambiental no Brasil exemplifica essa mudança paradigmática. Segundo Petrini et al. (2016), esses negócios combinam a criação de valor econômico com a solução de problemas sociais e ambientais e ilustra como a sustentabilidade pode ser operacionalizada no contexto de negócios, promovendo impacto positivo e rentabilidade simultaneamente.

Em paralelo, o governo brasileiro tem avançado na formulação de políticas públicas responsivas a essa agenda com a criação do Decreto nº 11.646/2023, que define os negócios de

impacto e estabelece diretrizes para o fomento de investimentos alinhados à economia de impacto. Esse decreto reforça a necessidade de “equilibrar resultados financeiros com a solução de problemas sociais e ambientais” (Brasil, 2023, p. 1).

A literatura destaca que as ecovilas e comunidades intencionais são exemplares na adoção de práticas regenerativas. De acordo com Barki et al. (2019), essas comunidades não apenas reduzem seus impactos ambientais, mas também atuam como catalisadores de inovação social, promovendo novos arranjos econômicos e sociais mais sustentáveis. A pesquisa de Pinsky e Kruglianskas (2017) ressalta que "o Brasil, com sua biodiversidade e reservas naturais, possui grande potencial para liderar a transição para uma economia de baixo carbono, mas enfrenta desafios relacionados à governança e ao uso eficiente de recursos" (p. 108).

Além do papel das empresas e do governo, os consumidores também são fundamentais na transição para uma economia regenerativa. Conforme Takalo et al. (2021), "a inovação verde não é apenas uma tendência, mas uma necessidade estratégica para organizações que buscam permanecer competitivas em mercados cada vez mais exigentes". Essa perspectiva é alinhada com Porter e Van der Linde (1995), que argumentam que “normas ambientais bem desenhadas podem disparar inovações que reduzem custos e melhoram a competitividade”.

Contudo, o desenvolvimento de negócios de impacto exige que se supere desafios estruturais e culturais que ainda permeiam mercados emergentes. Pinsky e Kruglianskas (2017) enfatizam que, para que iniciativas regenerativas prosperem, é necessário que a governança ambiental e o apoio institucional sejam sólidos. Além disso, Petrini et al. (2016) apontam que muitos desses negócios enfrentam barreiras relacionadas à obtenção de financiamento e ao desenvolvimento de capacidades operacionais, destacando a importância de políticas públicas que facilitem o acesso a crédito e apoio técnico.

Simultaneamente, a demanda por produtos e serviços sustentáveis reflete uma transformação no comportamento do consumidor, cada vez mais atento ao impacto socioambiental de suas escolhas. Porter e Van der Linde (1995) argumentam que consumidores informados podem atuar como catalisadores de inovação desses negócios, forçando empresas a adotar práticas mais sustentáveis. “Quando clientes e reguladores demandam produtos mais verdes, eles criam incentivos poderosos para a inovação em toda a cadeia de valor” (Porter & van der Linde, 1995, p. 123). Esse comportamento é central na economia regenerativa, que busca não apenas reduzir impactos, mas criar valor positivo em termos sociais e ambientais.

Negócios de impacto no Brasil, como aqueles descritos por Barki et al. (2019), ilustram essa interseção entre inovação, consumo consciente e desenvolvimento regenerativo. O envolvimento de aceleradoras e fundos de investimento voltados a empresas socioambientais tem fortalecido o ecossistema de impacto no país, permitindo maior integração entre as esferas pública e privada. Conforme Pinsky e Kruglianskas (2017) o desafio atual consiste em desenvolver mecanismos que possibilitem a ampliação das iniciativas existentes, de forma que o impacto positivo gerado acompanhe proporcionalmente o crescimento econômico.

A transição para uma economia regenerativa, contudo, não é linear. Exige mudanças profundas e ações sistêmicas, tanto nas organizações quanto na sociedade. Como observado por Takalo et al. (2021) as inovações verdes tendem a se consolidar apenas em contextos nos quais as barreiras regulatórias são combinadas com incentivos econômicos e culturais que favoreçam a mudança. Assim, a promoção de um ambiente que promova a colaboração entre governos, empresas e consumidores é fundamental para a sustentabilidade dessas iniciativas.

O papel do governo na promoção de uma economia regenerativa é destacado por iniciativas como o Decreto nº 11.646/2023, que define e regula os negócios e investimentos de impacto no Brasil. Políticas públicas alinhadas a princípios regenerativos, como a Estratégia Nacional de Economia de Impacto, são essenciais para que o setor possa florescer. Petrini et al. (2016) destacam que as inovações verdes tendem a se consolidar apenas em contextos nos quais as barreiras regulatórias são combinadas com incentivos econômicos e culturais que favoreçam a mudança.

A implementação de tais políticas também deve considerar as especificidades regionais. Barki et al. (2019) ressaltam que a diversidade socioambiental do Brasil representa uma oportunidade única para o desenvolvimento de modelos de negócio que respondam às necessidades locais, promovendo simultaneamente regeneração ambiental e inclusão social. Assim, iniciativas voltadas para o Cerrado, Amazônia e Mata Atlântica, por exemplo, podem ser ambientes importantes para práticas regenerativas.

Por fim, a transformação da economia passa pela mudança de mentalidade e pelo envolvimento ativo dos consumidores, uma vez que negócios de impacto só se tornam sustentáveis e escaláveis quando há uma demanda consistente por produtos e serviços regenerativos (Bai et al., 2020).

A sinergia entre práticas empresariais inovadoras, políticas públicas robustas e um consumo consciente pode contribuir para a construção de uma transição inovadora, sustentável e

justa. Segundo Petrini et al. (2016), a combinação de inovação social e regeneração econômica é essencial para oferecer soluções viáveis aos desafios contemporâneos. Todavia, não se pode negligenciar o papel da demanda neste processo. Assim, apresenta-se a seguir os temas de consumo, consumo sustentável e o modelo COM-B.

#### 2.4 Consumo sustentável e o modelo COM-B de mudança comportamental

O conceito de consumo vai além da simples compra de bens e serviços, ele desempenha um papel fundamental nas economias de mercado, moldando a maneira como as pessoas interagem com o mundo ao seu redor. Historicamente, o consumo foi associado ao desenvolvimento econômico e ao progresso social. Pruskus (2014) ressalta que o consumo funciona como um símbolo de status e sucesso pessoal e, ao mesmo tempo, atua como um meio de integração social, refletindo não apenas as necessidades e desejos individuais, mas também os valores e normas sociais vigentes.

O consumo pode ser visto como um processo pelo qual os indivíduos utilizam bens e serviços para satisfazer suas necessidades e desejos. No entanto, o consumo moderno é mais complexo, envolvendo fatores econômicos, sociais e culturais. Pruskus (2014) destaca que o consumo não é apenas uma necessidade pessoal, mas também uma expressão de participação social e responsabilidade coletiva.

O consumo tornou-se, portanto, uma forma de comunicação onde as escolhas de consumo refletem os valores pessoais e as preferências culturais de um indivíduo. A globalização amplificou o aumento da conscientização sobre as questões ambientais e a digitalização também contribuiu significativamente para novos comportamentos do consumidor contemporâneo, criando um ambiente onde o consumo não é apenas um meio de sobrevivência, mas uma ferramenta de expressão pessoal e social. Nesse sentido, a busca por práticas de consumo mais sustentáveis está ganhando espaço, com consumidores cada vez mais preocupados com os impactos ambientais e sociais de suas escolhas (Li; Lin, 2024). Assim, as práticas de consumo que, em um momento, simbolizaram progresso, agora são questionadas por seus impactos no meio ambiente e pela sua capacidade de atender às necessidades das gerações futuras (Rathnayaka; Wijethunga, 2020)

Ainda sobre a perspectiva do consumo, o processo de tomada de decisão de não compradores no comportamento do consumidor é moldado por uma complexa interação de fatores

psicológicos, sociais, culturais e econômicos. No âmbito psicológico, destacam-se as percepções individuais e as atitudes, que influenciam significativamente as escolhas, mesmo que estas não sejam inteiramente racionais. Preconceitos cognitivos como a aversão à perda e o viés do presente podem distorcer a avaliação de alternativas e levar à inércia decisória (Leonov, 2023; Shah, 2023). As emoções, por sua vez, desempenham papel central, uma vez que consumidores frequentemente se baseiam em sentimentos intuitivos, e não em análises racionais, no momento de decidir pela compra ou não (Leonov, 2023).

No plano social, as dinâmicas familiares e a influência de pares exercem grande poder sobre as decisões de consumo. Recomendações e experiências compartilhadas entre amigos e familiares são frequentemente determinantes para que o consumidor opte por aderir ou se afastar de determinado produto ou marca (Shaw, 2023; Kallier-Tar et al., 2024). Essa influência foi amplificada com o advento das mídias sociais, onde a circulação de opiniões, avaliações e experiências reforça o impacto do boca-a-boca digital nas percepções e decisões de compra (Shaw, 2023). Paralelamente, os fatores culturais desempenham papel estruturante, pois normas, valores e crenças moldam profundamente as preferências de consumo. O contexto cultural influencia tanto a forma como os indivíduos se relacionam com marcas quanto a aceitação de determinados produtos, incluindo os condicionantes religiosos que podem restringir ou orientar escolhas (Shah, 2023).

Do ponto de vista econômico, os níveis de renda, estratégias de precificação e restrições financeiras são determinantes objetivos que afetam diretamente a capacidade de consumo. Muitas vezes, os consumidores optam por não comprar devido à inviabilidade econômica, mesmo que haja desejo ou necessidade (Shaw, 2023). Além disso, fatores subjetivos como experiências negativas prévias e falta de confiança nas marcas também podem levar deliberadamente à decisão de não comprar, o que reforça a complexidade do comportamento dos não compradores. Assim, compreender essas múltiplas dimensões é essencial para o desenvolvimento de estratégias de marketing mais sensíveis e eficazes frente às diferentes motivações que sustentam a não adesão ao consumo.

Com o avanço do debate sobre sustentabilidade, emergiu o conceito de consumo sustentável, que busca conciliar a satisfação das necessidades contemporâneas sem comprometer as oportunidades para as gerações futuras. Wolff e Schönherr (2011) destacam que os instrumentos de políticas públicas desempenham um papel relevante na promoção de padrões de consumo mais

sustentáveis. No entanto, a noção tradicional de sustentabilidade, focada na mitigação de danos, tem revelado limitações em reverter os impactos acumulados ao longo de décadas de exploração dos recursos naturais. Nesse contexto, a economia regenerativa oferece uma abordagem que vai além da lógica convencional da sustentabilidade, propondo sistemas que não apenas minimizam danos, mas restauram e aprimoram os ecossistemas e a sociedade.

O comportamento do consumidor, portanto, desempenha um papel essencial nessa transição para uma economia regenerativa, onde as decisões de consumo não são apenas fruto de escolhas individuais, mas de atos que podem influenciar diretamente as dinâmicas do mercado e as práticas empresariais. Ao optar por produtos e serviços alinhados com os princípios regenerativos — como a restauração dos ecossistemas, o uso circular de recursos, a valorização das comunidades locais, a neutralidade de carbono e a equidade social — os consumidores se tornam agentes de transformação, incentivando o mercado a adotar modelos de produção mais sustentáveis (Jones; Comfort, 2021). Hofstra (2017) destaca que é fundamental abandonar uma visão antropocêntrica da natureza e adotar uma perspectiva ecocêntrica, na qual os recursos naturais são valorizados intrinsecamente. Essa mudança exige um engajamento consciente dos consumidores, bem como uma reorganização não só de cadeias produtivas, mas também das políticas públicas para facilitar o acesso a produtos e serviços regenerativos.

O comportamento de compra, enquanto escolha, é o resultado final de uma série de processos psicológicos e situacionais que influenciam a decisão de compra de um consumidor. Portanto, outro aspecto no comportamento desse consumidor é que embora haja intenção de adotar práticas sustentáveis, essa intenção nem sempre se traduz em comportamento efetivo. Ferraz et al. (2013) destacam que, em países emergentes, o preço frequentemente prevalece sobre os benefícios ambientais nas decisões de compra, refletindo a complexidade das escolhas dos consumidores.

Estudos como o de Lanau e Liu (2020) sugerem que a adoção de práticas circulares ainda está em fase incipiente em muitos contextos, como na China, indicando que a transição para a economia circular e regenerativa é lenta e desigual. Além disso, Gonella et al. (2023) ressaltam que, para muitos consumidores, o custo e a disponibilidade de produtos sustentáveis permanecem barreiras significativas, dificultando a implementação prática dessas intenções. Assim, a transição para uma economia regenerativa exige não apenas conscientização, mas também condições de mercado mais favoráveis, facilitando o acesso e incentivando escolhas alinhadas aos princípios regenerativos

Além disso, a disponibilidade de produtos sustentáveis também afeta o comportamento de compra. Quando esses produtos não estão amplamente disponíveis ou são difíceis de encontrar, os consumidores podem optar por alternativas menos sustentáveis, apesar de suas intenções iniciais (Sigaard; Laitala, 2023). Ou seja, existem diversas possibilidades para investigar e analisar o comportamento do consumidor sustentável.

Para entender melhor o comportamento de compra e como ele pode ser influenciado, o modelo COM-B, proposto por Michie et al. (2011), oferece uma abordagem abrangente e aplicada. O modelo, em sua composição central, sugere que o comportamento (Behaviour) é resultado da interação entre três componentes principais: Capacidade (Capability), Oportunidade (Opportunity) e Motivação (Motivation).

A Capacidade (Capability) refere-se às habilidades físicas e mentais necessárias para realizar uma ação. No contexto do consumo, isso pode envolver o conhecimento que o consumidor tem sobre os benefícios ambientais de um produto ou suas habilidades para avaliar a qualidade de um produto sustentável. Conforme Michie et al. (2011), a capacidade envolve tanto os aspectos físicos quanto psicológicos necessários para a realização do comportamento.

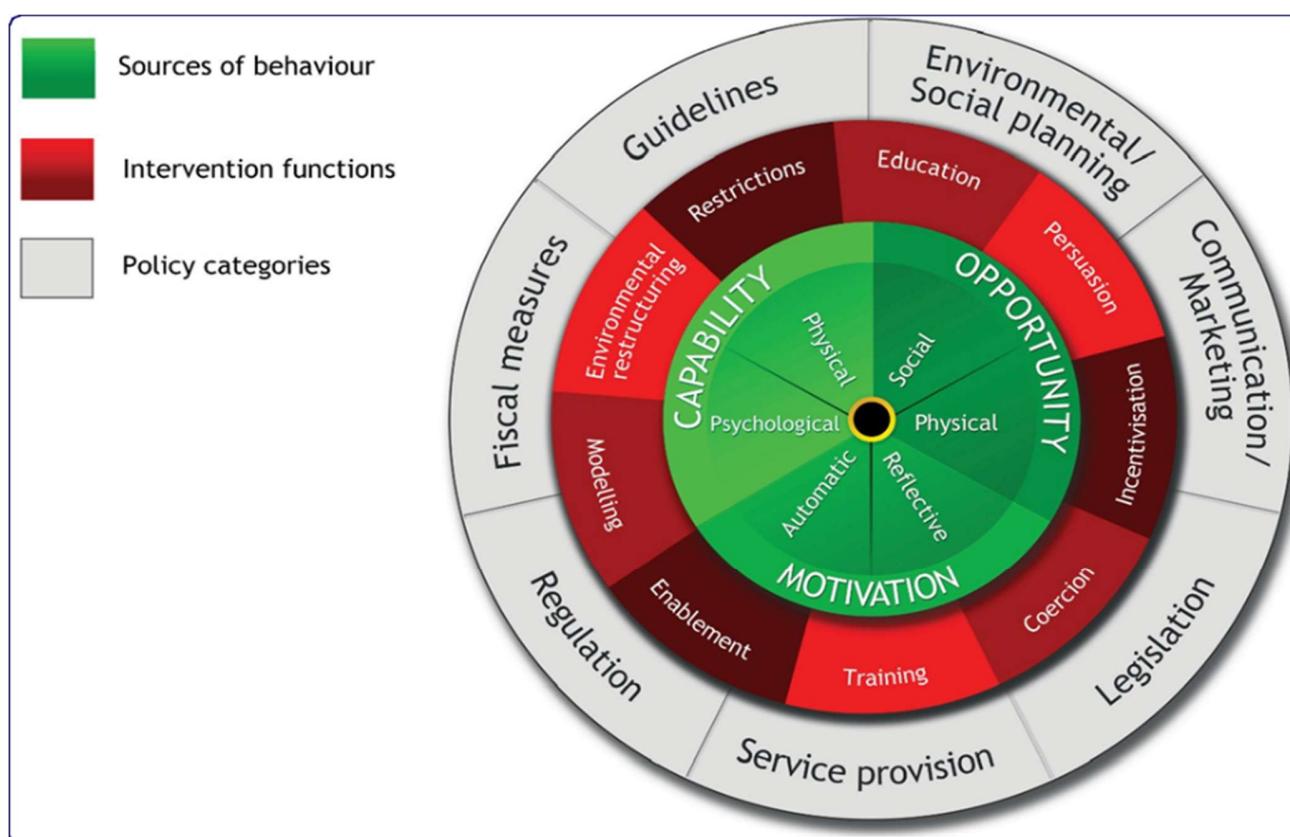
A Oportunidade (Opportunity) envolve fatores externos que facilitam ou dificultam o comportamento. No caso de produtos sustentáveis, a oportunidade pode ser influenciada pela disponibilidade de tais produtos no mercado ou pela existência de incentivos financeiros, como subsídios ou descontos. Wolff e Schönherr (2011) argumentam que a oportunidade de consumir de forma sustentável está diretamente ligada às condições estruturais do mercado, que devem ser aprimoradas para facilitar o acesso aos consumidores.

A Motivação (Motivation) engloba tanto fatores racionais quanto emocionais que levam o indivíduo a agir de determinada maneira. No contexto do consumo sustentável, a motivação pode ser influenciada por valores pessoais, como a preocupação com o meio ambiente, ou por incentivos externos, como campanhas de conscientização ou incentivos financeiros. Segundo Michie et al. (2011), a motivação pode ser dividida em processos automáticos e reflexivos, ambos fundamentais para a execução de um comportamento.

Essas três categorias — Capacidade, Oportunidade e Motivação — são essenciais para entender e modificar comportamentos, pois cada uma delas pode influenciar direta ou indiretamente a realização de uma ação específica. Ao abordar essas dimensões, é possível identificar quais fatores precisam ser ajustados para promover mudanças comportamentais

efetivas. O modelo COM-B fornece, assim, uma base estruturada para a análise e intervenção em comportamentos, permitindo a formulação de estratégias direcionadas e eficientes para alcançar os resultados desejados.

Adicionalmente, um framework também proposto por Michie et al. (2011), que utiliza o modelo COM-B como núcleo central para caracterizar e projetar intervenções de mudança de comportamento, é a Roda de Mudança de Comportamento (BCW). A BCW organiza as intervenções em três camadas distintas, cada uma desempenhando um papel crucial na formulação de estratégias eficazes de mudança de comportamento, como mostrado na Figura 1.



**Figura 1** – Behavior change wheel

**Fonte:** Michie, van Stralen, e West (2011)

No BCW, a camada central, chamada Sistema de Comportamento (COM-B), identifica os componentes essenciais do comportamento: Capacidade, Oportunidade e Motivação. Esses componentes são fundamentais para entender como um comportamento é gerado e mantido, servindo como a base para a estrutura da BCW.

A segunda camada da BCW é composta pelas Funções de Intervenção. Nesta camada, são definidas nove funções de intervenção que podem ser aplicadas para influenciar os componentes do COM-B. A Educação visa aumentar o conhecimento ou compreensão dos indivíduos. A Persuasão utiliza a comunicação para induzir sentimentos positivos ou negativos ou estimular a ação. O Incentivo cria expectativas de recompensa para motivar comportamentos desejados. A coerção estabelece expectativas de punição ou custo para desencorajar comportamentos indesejados. O Treinamento foca no desenvolvimento de habilidades necessárias para a realização do comportamento. A Restrição utiliza regras para reduzir a oportunidade de engajar no comportamento alvo. A Reestruturação Ambiental altera o contexto físico ou social para facilitar ou dificultar certos comportamentos. A Modelagem fornece exemplos para as pessoas aspirarem ou imitarem, e a Habilitação busca aumentar os meios ou reduzir as barreiras para aumentar a capacidade ou oportunidade de realizar o comportamento.

A terceira camada da BCW, denominada Políticas, é composta por sete categorias que podem suportar as funções de intervenção. A Comunicação/Marketing envolve o uso de mídia impressa, eletrônica, telefônica ou de transmissão para disseminar informações e influenciar comportamentos. As Diretrizes são documentos que recomendam ou mandam práticas específicas. A categoria Fiscal utiliza o sistema tributário para reduzir ou aumentar o custo financeiro associado a certos comportamentos. A Regulação estabelece regras ou princípios de comportamento ou prática para orientar ações. A Legislação implica na criação ou alteração de leis para suportar as intervenções desejadas. O Planejamento Ambiental/Social controla o ambiente físico ou social para influenciar comportamentos. Por fim, a Provisão de Serviços se refere à oferta de serviços que podem apoiar a implementação de intervenções de mudança de comportamento.

Essas três camadas da BCW trabalham juntas para fornecer uma abordagem abrangente e sistemática para o design e a implementação de intervenções de mudança de comportamento. A estrutura integrada da BCW permite que intervenções sejam cuidadosamente planejadas e

ajustadas para maximizar a eficácia (Ryan et al., 2023), levando em consideração todos os fatores que podem influenciar o comportamento dos indivíduos em diferentes contextos.

O modelo COM-B pode ser utilizado para identificar as barreiras que impedem a adoção de comportamentos de compra sustentável e para desenvolver intervenções que ajudem a superá-las. Se um consumidor possui a motivação e a capacidade para comprar produtos sustentáveis, mas não tem acesso a esses produtos, a barreira está na oportunidade. Nesse caso, seria necessário aumentar a disponibilidade desses produtos no mercado ou reduzir seu custo por meio de incentivos fiscais ou subsídios governamentais.

Por outro lado, se o consumidor não tem conhecimento suficiente sobre os benefícios ambientais de um produto, a barreira está na capacidade. Nesse contexto, campanhas de conscientização podem ser eficazes para educar os consumidores e fornecer as informações necessárias para que eles façam escolhas mais sustentáveis. Como Michie et al. (2011) destacam, a mudança de comportamento depende de intervenções específicas que considerem as lacunas relacionadas à capacidade, à oportunidade e à motivação dos indivíduos.

A BCW e o modelo COM-B fornecem uma abordagem sistemática para identificar os componentes que precisam ser alterados para promover a mudança de comportamento e selecionar as intervenções mais eficazes para essa mudança. Essa abordagem tem sido utilizada em várias áreas, intensivamente na saúde pública, para projetar e implementar intervenções baseadas em evidências (Walker et al., 2022). Ao adotar o modelo COM-B, espera-se entender as condições para que o desenho de futuras intervenções sejam bem fundamentadas teoricamente e eficazes na promoção de comportamentos desejáveis em diversas populações e contextos distintos, em especial nos de caráter regenerativo.

Promover comportamentos de consumo alinhados com os princípios da sustentabilidade requer uma abordagem integrada que considere fatores individuais e contextuais. A adoção de práticas regenerativas não é apenas resultado da disseminação de informações; é essencial entender como os comportamentos são moldados por diferentes dimensões.

Isto posto, vemos que a transição para uma economia regenerativa também exige um esforço coordenado entre diferentes setores da sociedade. A criação de redes colaborativas, com diferentes atores e firmas regenerativas é fundamental para desenvolver soluções integradas e eficazes. De acordo com Bexell et al. (2023), a co-criação de práticas regenerativas promove a colaboração entre consumidores, empresas e governos, ampliando as possibilidades de

transformação e facilitando a adoção de novos modelos econômicos e sociais. Esse esforço conjunto permite que práticas regenerativas se tornem parte do cotidiano, promovendo um ciclo contínuo de aprendizado e adaptação. Essas práticas não são apenas meios de mitigar danos, mas instrumentos para regenerar ecossistemas e revitalizar comunidades, alinhando-se com uma visão de futuro mais equilibrada e justa

Essa perspectiva de colaboração e inovação é essencial para enfrentar os desafios sistêmicos impostos por eventos como a crise climática. Künkel e Ragnarsdottir (2022) argumentam que a transformação em direção a civilizações regenerativas requer não apenas mudanças nos sistemas econômicos, mas também uma redefinição das interações entre humanos e natureza. A transformação em direção a uma nova modernidade deve ser guiada por princípios que promovam o bem-estar coletivo e a regeneração dos ecossistemas, integrando aspectos sociais, econômicos e ambientais em um novo paradigma de desenvolvimento.

Ao integrar os princípios da economia regenerativa ao comportamento do consumidor, torna-se possível reimaginar o papel dos consumidores como agentes ativos de transformação. As escolhas de consumo não são apenas transações econômicas, mas atos políticos e sociais que influenciam diretamente o futuro das práticas de mercado. Essa visão amplia a noção de responsabilidade individual, onde cada ato de consumo pode contribuir para a regeneração e revitalização dos sistemas sociais e ecológicos.

A transição para uma economia regenerativa é, portanto, um processo complexo que demanda um engajamento coletivo e uma mudança cultural profunda. As empresas e os governos têm um papel essencial na criação de condições favoráveis para essa transição, mas é fundamental a investigação científica no nível do consumo cotidiano. Ao adotar práticas regenerativas, os consumidores têm a possibilidade de moldar as tendências futuras e incentivar a criação de modelos de negócios mais sustentáveis e de impacto.

Um exemplo que permite articular consumo sustentável e princípios da economia regenerativa é o de comunidades intencionais. São iniciativas que apresentam intervenções mais eficazes e inclusivas para os desafios contemporâneos de maneira inovadora e transformadora. O conceito de comunidades intencionais será esclarecido na próxima seção.

## 2.5 Comunidades Intencionais

Comunidades intencionais são assentamentos organizados por indivíduos com um propósito ou objetivo comum, que se reúnem para criar uma vida coletiva baseada em valores que geralmente divergem dos padrões predominantes na sociedade. Esses assentamentos normalmente surgem como resposta às crises sociais, econômicas, políticas e ambientais do mundo moderno, buscando alternativas ao estilo de vida capitalista e ao individualismo. Em termos gerais, as comunidades intencionais se caracterizam por práticas colaborativas, autogestão, decisões coletivas e um comprometimento com o bem-estar coletivo e do meio ambiente (Ali; Dom; Sahrum, 2012).

Conforme Almeida (2021), as comunidades intencionais funcionam como laboratórios experimentais de práticas regenerativas e comunitárias, onde grupos de pessoas se reúnem com o objetivo consciente de desenvolver modos de vida alternativos aos modelos capitalistas dominantes. Essas comunidades buscam formas mais sustentáveis e colaborativas de interação, com foco na regeneração dos ecossistemas naturais e na criação de uma cultura de interdependência e respeito mútuo. Esse tipo de organização social tem ganhado relevância, especialmente em tempos de crises globais, como a pandemia de Covid-19, que revelou as fragilidades dos sistemas tradicionais e aumentou o interesse por formas de vida que promovam maior resiliência, solidariedade e integração com a natureza (Bajpai, 2020; Posocco; Watson, 2023). Assim, as comunidades intencionais emergem como alternativas a um estilo de vida predominante, propondo uma nova maneira de viver em harmonia com o meio ambiente e com os outros.

Comunidades alternativas, um termo também relacionado às comunidades intencionais, é definido por Tavares (1985) como grupos que surgem em resposta a uma crise de valores na sociedade moderna. Para o autor, essas comunidades não apenas simbolizam uma fuga das imposições sociais, mas também representam um esforço ativo para construir novas formas de organização social baseadas em princípios como igualdade, respeito à natureza e solidariedade. "As comunidades alternativas propõem um rompimento com o sistema capitalista, criando alternativas coletivas e sustentáveis, muitas vezes à margem da sociedade dominante" (Tavares, 1985, p. 32). Essas experiências podem se desenvolver tanto em áreas rurais quanto urbanas, e buscam criar ambientes que promovam a cooperação e a vida comunitária como respostas à alienação e ao consumismo exacerbado.

As ecovilas e as comunidades intencionais apresentam afinidades, sobretudo no que diz respeito à valorização da cooperação, da autogestão e da busca por modos de vida mais sustentáveis. No entanto, não são categorias equivalentes: enquanto as comunidades intencionais abrangem diferentes formas de organização social baseadas em objetivos comuns, as ecovilas constituem um tipo específico de comunidade intencional, cujo foco central está na sustentabilidade ecológica e na integração harmoniosa entre práticas sociais, ambientais e econômicas (Jackson, 2004).

De acordo com Roysen (2013), as ecovilas "não são apenas espaços alternativos de moradia, mas uma verdadeira resistência cultural ao modelo de consumo dominante, oferecendo uma nova forma de se relacionar com o trabalho, a natureza e as pessoas" (p. 68). Além disso, Arruda (2018) destaca que essas comunidades visam a autossuficiência e a sustentabilidade em todas as esferas: "As ecovilas brasileiras têm sido espaços de inovação, onde práticas ecológicas e regenerativas são desenvolvidas e implementadas" (p. 115). Tavares (1985) reforça que esses espaços também se constituem como "um rompimento consciente com o sistema econômico hegemônico, priorizando o bem-estar coletivo e a simplicidade voluntária" (p. 40). Assim, as ecovilas, ao combinarem sustentabilidade ambiental com a regeneração de práticas sociais, oferecem uma alternativa viável e transformadora ao estilo de vida consumista.

Um aspecto central nas comunidades intencionais é a tentativa de construir uma vida sustentável e cooperativa, um contraste direto com os princípios individualistas e competitivos que predominam nas sociedades modernas. Essas comunidades podem ser rurais ou urbanas e adotar diferentes formas de organização interna, mas sempre têm em comum a intenção de viver de forma mais consciente e integrada à natureza. No contexto contemporâneo, as ecovilas surgem como um tipo específico de comunidade intencional, que se destaca por seu foco explícito na sustentabilidade ecológica e na regeneração ambiental.

Essas comunidades não apenas representam uma alternativa ao modo de vida convencional, mas também para seus adotantes configura um ato de resistência às normas culturais dominantes. As ecovilas, por exemplo, são espaços onde "a resistência ao consumo e a busca por uma vida mais simples e conectada com a natureza são centrais" (Roysen, 2013, p. 68). Além disso, elas não buscam apenas se isolar da sociedade, mas atuar como centros de inovação social e ambiental, testando novas formas de organização produtiva e comunitária (Arruda, 2018, p. 115).

Essa transição pode ser vista como uma evolução das comunidades intencionais, já que compartilham muitos dos mesmos princípios, como a autogestão, a vida em comunidade e a busca por alternativas ao modelo capitalista de produção e consumo. No entanto, as ecovilas se distinguem por seu compromisso explícito com a sustentabilidade ecológica e pela busca de um modo de vida que tenha o menor impacto possível sobre o meio ambiente. Isso inclui práticas como a permacultura, a bioconstrução, o uso de energias renováveis, a produção local de alimentos e a economia solidária.

O estudo de Arruda (2018) sobre o fenômeno das ecovilas no Brasil oferece uma visão detalhada sobre como essas comunidades têm se proliferado e se estabelecido no país. Ela observa que as ecovilas brasileiras, embora sejam em sua maioria localizadas em áreas rurais, têm se envolvido em iniciativas educacionais e turísticas, buscando integrar-se mais ativamente à sociedade e promover suas práticas regenerativas. Diferentemente das comunidades alternativas do passado, as ecovilas contemporâneas no Brasil têm uma relação mais aberta com o mundo exterior, buscando influenciar políticas públicas e disseminar seus valores e práticas.

O artigo de Gabriela Belleze et al. (2017) também contribui para a compreensão do papel das ecovilas no Brasil, ao utilizar os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), estabelecidos pelo IBGE, como parâmetro de avaliação. A partir desses indicadores, as autoras analisam em que medida as práticas adotadas pelas ecovilas se aproximam ou se distanciam dos referenciais oficiais de sustentabilidade, permitindo uma leitura mais sistemática do impacto dessas comunidades. Eles apontam que as ecovilas são espaços onde se experimentam novas formas de vida que conciliam as necessidades sociais com a preservação ambiental. Além disso, o estudo destaca que as ecovilas têm enfrentado desafios significativos, como a falta de recursos financeiros e o isolamento geográfico, mas continuam a desempenhar um papel importante na promoção do desenvolvimento sustentável.

Esses estudos mostram que as ecovilas não são apenas comunidades isoladas ou alternativas, mas que estão profundamente conectadas com questões globais, como as mudanças climáticas, a crise alimentar e a necessidade de práticas econômicas mais justas e sustentáveis. Como argumenta Roysen (2017), as ecovilas brasileiras, embora muitas vezes vistas como nichos de inovação de base, estão cada vez mais engajadas em diálogos com diferentes setores da sociedade, trocando informações e colaborando em iniciativas de desenvolvimento sustentável.

A importância das ecovilas no contexto contemporâneo, portanto, reside em sua capacidade de oferecer um modelo alternativo de desenvolvimento, que coloca o bem-estar humano, a preservação e, em muitos casos, a regeneração ambiental no centro de suas preocupações. Ao contrário das comunidades intencionais do passado, que muitas vezes optam pelo isolamento, as ecovilas de hoje buscam ativamente influenciar o mundo ao seu redor, propondo soluções para os desafios do século XXI. Elas representam, portanto, uma esperança de que seja possível viver de maneira mais sustentável, respeitando tanto o planeta quanto os seres humanos que nele habitam (Alusi et al., 2011).

Tais iniciativas têm o potencial de transformar não apenas as vidas daqueles que nelas participam diretamente, mas também de influenciar as sociedades em geral, oferecendo exemplos concretos de como é possível viver de forma mais equilibrada e justa. Ao integrar práticas ecológicas e valores comunitários, as ecovilas propõem um futuro em que o desenvolvimento humano e a preservação do meio ambiente possam caminhar juntos, em harmonia.

Em resumo, as ecovilas são um desdobramento natural das comunidades intencionais, com um foco mais acentuado na sustentabilidade ecológica e na regeneração ambiental. Elas oferecem uma alternativa viável ao modelo econômico vigente, propondo novas formas de organização social e produtiva que priorizam a cooperação, a autossuficiência e o cuidado com o meio ambiente.

### **3. O COM-B APLICADO À SUSTENTABILIDADE E AO CONSUMO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

Ante a construção do referencial teórico apresentado, ficou clara a necessidade de um aprofundamento sobre estudos que apliquem o modelo COM-B na perspectiva da sustentabilidade e do consumo. Assim, antes do estudo propriamente dito, foi desenvolvida uma etapa de revisão sistemática de literatura (RSL) buscando mapear o uso do modelo, incluindo autores mais citados, principais periódicos, tipos de estudos e contribuições para a sustentabilidade e o consumo. Esta RSL está apresentada no presente tópico.

#### **3.1 Justificativa e objetivo da revisão**

Ao longo do capítulo anterior, foi apresentada uma articulação teórica que integra os campos da sustentabilidade, da economia regenerativa, dos negócios de impacto socioambiental e das comunidades intencionais, culminando na incorporação do modelo COM-B como referencial analítico para compreender os determinantes do comportamento de consumo em contextos regenerativos.

Contudo, para além da fundamentação conceitual, mostrou-se necessário compreender de que forma o modelo COM-B vem sendo operacionalizado em investigações empíricas sobre consumo sustentável e práticas regenerativas. Embora sua aplicação seja amplamente difundida no campo da saúde pública e da psicologia comportamental, ainda são incipientes os estudos que empregam esse arcabouço para analisar decisões de consumo orientadas por valores socioambientais e por estilos de vida alternativos. Essa lacuna se torna ainda mais evidente quando se observa o contexto das comunidades intencionais, cujos moradores adotam práticas sustentáveis e modos de vida que desafiam o paradigma de consumo dominante, mas cujas motivações e barreiras comportamentais ainda não foram suficientemente exploradas à luz de modelos sistemáticos.

Diante disso, e com o intuito de sustentar teoricamente a aplicação do modelo COM-B no estudo de caso da comunidade Terra Sublime, optou-se por realizar uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) que investigasse como esse modelo tem sido utilizado na interface entre comportamento do consumidor e sustentabilidade. Esta revisão visa não apenas mapear o estado da arte sobre o uso do COM-B em contextos de consumo, mas também identificar abordagens

metodológicas, lacunas analíticas, e possibilidades de aplicação ampliada em estudos voltados à economia regenerativa.

Assim, a presente RSL cumpre duplo papel: de um lado, reforça a pertinência da escolha do COM-B como estrutura analítica para o estudo empírico; de outro, permite situar esta pesquisa em diálogo com a literatura internacional, apontando como os achados oriundos do estudo da comunidade Terra Sublime podem contribuir para o avanço teórico e metodológico nos campos da sustentabilidade e da mudança comportamental.

### 3.2 Metodologia da RSL

A definição do corpus textual desta RSL foi orientada pelo protocolo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), e teve como ponto de partida a seguinte pergunta de pesquisa: “Como o modelo COM-B tem sido aplicado na literatura científica para compreender e promover comportamentos de consumo sustentável?”. Dessa forma, com o objetivo de promover uma compreensão estruturada sobre o desenvolvimento de pesquisas que aplicam o modelo COM-B em estudos relacionados ao consumo sustentável, considerando diferentes tipos de abordagens, contextos investigados, objetivos analíticos, regiões culturais e contribuições teóricas e práticas, foram elaboradas as seguintes perguntas secundárias a partir da pergunta central de pesquisa:

- Q1. Quais os autores mais citados do portfólio e o perfil de acoplamento entre estes?
- Q2. Quais os principais periódicos do *corpus* textual?
- Q3. Qual a estrutura conceitual do *corpus* investigado?
- Q4. Em quais contextos foram concretizados os estudos?
- Q5. Quais propostas e contribuições os estudos trazem ao entendimento da relação percebida entre a utilização do COM-B em dimensões de consumo e sustentabilidade?

Para atingir o objetivo deste estudo, a revisão sistemática da literatura seguiu o método PRISMA (Moher et al., 2015). Assim, o processo foi conduzido da seguinte forma: (1) formulação da pergunta; (2) localização e detalhamento da busca dos estudos; (3) avaliação crítica do corpus textual, aplicando filtros pré-determinados e selecionando os trabalhos que se adequavam à proposta da pesquisa; (4) coleta de dados; (5) análise e apresentação dos dados; (6) interpretação dos dados; e (7) análise crítica.

Após a formulação da pergunta central e pergunta secundárias, foi definida uma estratégia para busca dos artigos por meio da definição da *string* de busca (2), com palavras-chave permitindo

a correspondência à investigação. É relevante destacar que, prévio à definição da estratégia de busca, conduziu-se uma pesquisa exploratória para identificar os termos empregados nos títulos, resumos e palavras-chave pertinentes à temática. Com base nessa análise, foi possível aprimorar a estratégia de busca para se adequar aos objetivos específicos deste estudo. Posteriormente, foi selecionada a base de dados *Web of Science* como fonte primária de pesquisa. O processo de busca nas bases de dados foi conduzido entre os dias 5 e 6 de abril de 2025, assegurando a abrangência e a atualidade dos estudos incluídos até esse intervalo temporal.

A base foi escolhida pela sua relevância, devido ao fato desta abranger dentro de seus respectivos bancos de dados outras bases de periódicos, como por exemplo: *Wolters Kluwer*, *Social Sciences Citation*, *Arts & Humanities Citation Index*, *Conference Proceedings Citation Index*, *Social Science & Humanities*, *Emerging Sources Citation Index*, *Current Contents Connect*, *Derwent Innovations IndexSM*, *KCI*, *Russian Science Citation Index*, *SciELO Citation Index*, *Science Citation Index Expanded*, *Cambridge University Press*, *Elsevier*, *Springer*, *Wiley-Blackwell*, *Conference Proceedings Citation Index (Science)*, *Nature Publishing Group*, *Taylor&Francis Group*, *SAGE*, *Wolters Kluwer*, *Emerald*, *Oxford University Press*, *Cambridge University Press*, *Oxford University Press*, *Current Contents Connect*, *Inder Science Publishers*, *Bentham Science e IEEE Xplore* (Elsevier, 2019; Clarivate Analytics, 2019).

A Tabela 1 detalha como a busca foi conduzida na base de dados escolhida para construção do portfólio textual desta revisão de literatura.

**Tabela 1.**

*String de busca aplicada na base*

Database	Search String	Number of Articles
Web of Science	"COM-B" (Topic) and "sustainability" OR "consumption" (Topic)	15

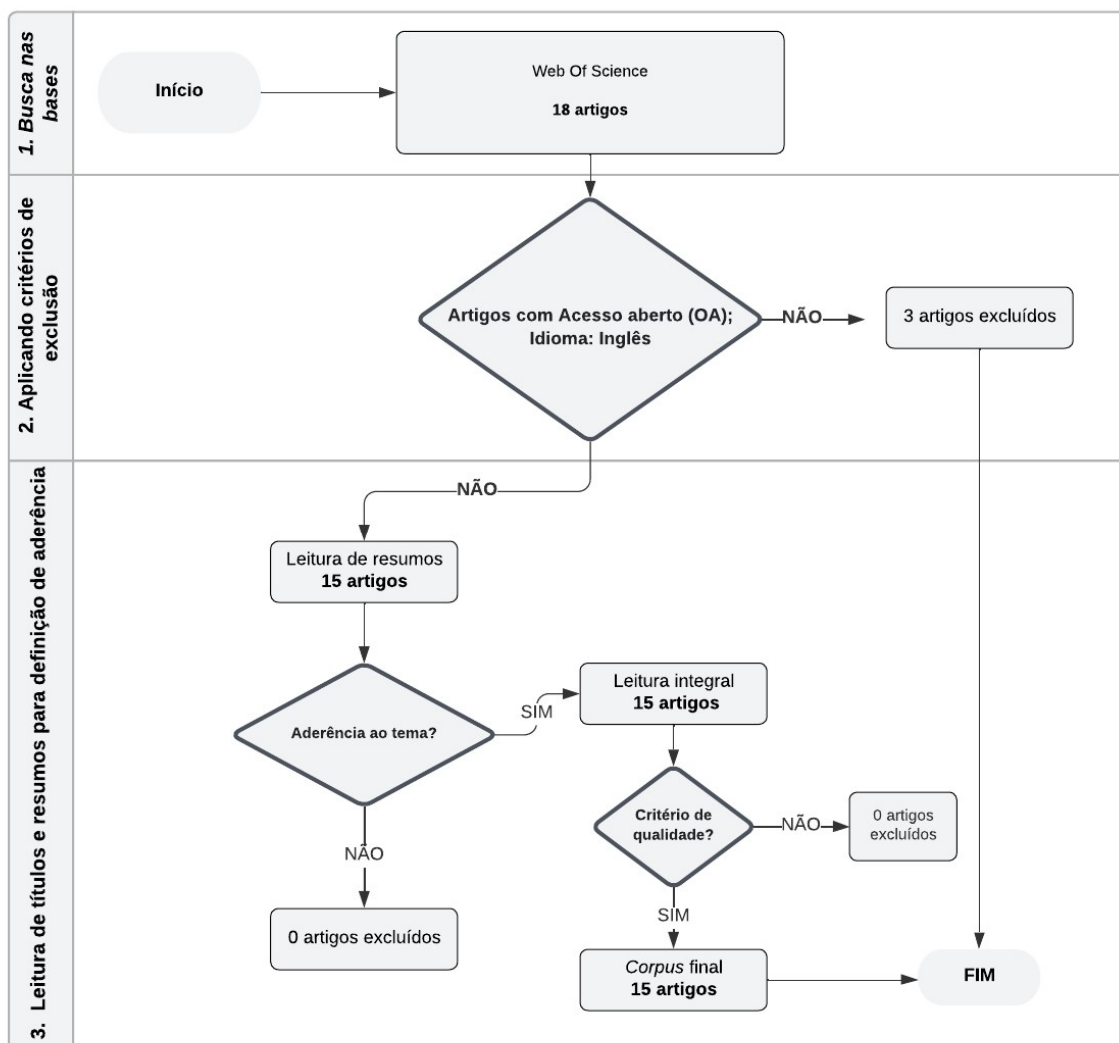
Fonte: Autora (2025)

Após a definição da *string*, realizou-se a criação de filtros para seleção dos artigos (3) com informações potenciais para construção do *corpus* final de acordo com o objetivo e a resposta que se buscava. Desta forma, não foram realizados filtros de ano de publicação, tendo em vista que uma das premissas do estudo foi identificar os estudos em sua totalidade.

Não foi estabelecido recorte temporal para a exclusão dos estudos, uma vez que a busca realizada na base de dados resultou em um número reduzido de artigos ( $n = 18$ ), o que inviabilizaria a aplicação de filtros mais restritivos sem comprometer a abrangência da revisão. Como critérios de exclusão, foram considerados apenas artigos publicados em inglês e disponibilizados em acesso aberto (*open access*), de modo a garantir a integridade do *corpus* analisado e a viabilidade do acesso integral aos textos. Essa delimitação buscou equilibrar a relevância temática dos estudos com a acessibilidade e a consistência metodológica da revisão.

O primeiro filtro adotado foi a seleção por idioma, sendo inseridos no portfólio os artigos no idioma inglês, enquanto o segundo avaliou o tipo de documento e o nível de acesso. Para o terceiro filtro adotou-se como critério de exclusão os documentos que não eram artigos ou revisões da literatura.

No quarto filtro foi realizada a análise dos resumos e a partir da leitura, foi identificada a aderência do trabalho ao tema. Ao final, conforme identificado na Figura 2, restaram 15 artigos, os quais foram lidos sob a perspectiva de alguns critérios de qualidade baseados a partir de duas perguntas: (1) O artigo foi escrito com coerência e coesão textual?; (2) Os métodos ou técnicas foram reportados de forma objetiva?



**Figura 2.** Sistematização do protocolo de pesquisa  
Fonte: Autora (2025)

Com base nessas questões, os 15 artigos foram todos considerados como atendendo positivamente aos critérios de qualidade, permitindo o avanço para a realização das etapas 4, 5, 6 e 7 do protocolo PRISMA. Essas etapas incluem a coleta de dados, a análise e apresentação dos dados, a interpretação dos dados e a análise crítica, respectivamente.

Para o planejamento, execução e resumo dos artigos, foi utilizada a ferramenta STAR (*State of the Art through systematic review*), enquanto para a análise, apresentação e interpretação dos dados, que serão discutidos nas seções seguintes, foi empregado o mecanismo Bibliometrix, devido a sua eficiência na análise bibliométrica (Dervis, 2019).

### Q1. Quais os autores mais citados do portfólio e o que abordam?

A identificação dos autores mais recorrentes no portfólio pode ser feita por meio da análise da estrutura de citações entre os autores e coautores presentes na base bibliográfica. Um dos indicadores frequentemente utilizados para esse tipo de avaliação é proposto por Zupic e Cater (2015), que destacam que o número de citações recebidas por um autor é um reflexo de sua relevância na área, uma vez que os pesquisadores costumam referenciar trabalhos que consideram significativos.

Para isso, foi elaborada uma tabela contendo dados como os nomes dos autores e coautores, títulos das publicações, periódicos onde foram publicados, ano de publicação, total de citações recebidas e a respectiva porcentagem que representam entre os artigos mais citados do portfólio analisado.

**Tabela 2.**

*Autores e co-autores mais citados do portfólio*

<b>N</b>	<b>Author(s)</b>	<b>Title</b>	<b>Journal</b>	<b>Year</b>	<b>Citation</b>
1	Graça et al.	Reducing meat consumption and following plant-based diets: Current evidence and future directions to inform integrated transitions	Trends in Food Science & Technology	2019	280
2	Alisson et al.	Barriers and Enablers to Buying Biodegradable and Compostable Plastic Packaging	Sustainability	2021	39
3	Sijtsema et al.	Capabilities and Opportunities of Flexitarians to Become Food Innovators for a Healthy Planet: Two Explorative Studies	Sustainability	2021	34
4	Graça et al.	How to enable healthier and more sustainable food practices in collective meal contexts: A scoping review.	Appetite	2023	16
5	Hoang et al.	Investigating and stimulating sustainable dairy consumption behavior: An exploratory study in Vietnam	Sustainable Production and Consumption	2023	4
6	Kuosmanen et al.	Sustainable Production and Consumption	Frontiers in Nutrition	2023	4
7	Ceballos e	Exploring barriers and facilitators	Current	2024	2

N	Author(s)	Title	Journal	Year	Citation
	Antonopoulos	to increase the engagement with a digital app (OLIO) for food/non-food sustainable consumption in citizens from Bogotá, Colombia	Psychology		
8	Chad	Rescuing Unwanted Household Goods: Moving Towards a Circular Economy	Australasian Marketing Journal	2023	2
9	Pimenta et al.	Behavioural change box? Applying the COM-B model to understand behavioural triggers that support consumption of fruits and vegetable among subscribers of a fruit and vegetable box scheme	Public Health Nutrition	2021	2

Fonte: Autora (2025)

Observa-se que Graça et al. (2019) figuram como os autores mais citados no corpus analisado, com destaque para o artigo "*Reducing meat consumption and following plant-based diets: Current evidence and future directions to inform integrated transitions*", publicado na revista *Trends in Food Science & Technology*, que acumulou 280 citações. No estudo, os autores discutem os impactos do consumo de carne e apontam caminhos para a transição alimentar sustentável, abordando estratégias para incentivar dietas baseadas em vegetais. O trabalho enfatiza a necessidade de transformações integradas que considerem fatores culturais, sociais e comportamentais, de modo a promover escolhas alimentares mais saudáveis e sustentáveis em larga escala.

Na sequência, aparece o estudo de Alisson et al. (2021), com 39 citações, publicado na revista *Sustainability*. A pesquisa foca nas barreiras e facilitadores que influenciam a compra de embalagens plásticas biodegradáveis e compostáveis. Os autores analisam aspectos como conhecimento do consumidor, disponibilidade no mercado e percepção de custo-benefício, contribuindo para a compreensão dos desafios comportamentais e estruturais envolvidos na adesão a práticas de consumo mais ecológicas.

Em terceiro lugar, Sijtsema et al. (2021), também com publicação na *Sustainability*, somam 34 citações. Seu trabalho explora o papel dos flexitarianos — indivíduos que reduzem, mas não eliminam o consumo de carne — como potenciais inovadores alimentares. A partir de dois estudos exploratórios, os autores discutem as capacidades e motivações desse grupo em adotar práticas que aliam saúde pessoal e sustentabilidade planetária, demonstrando o potencial transformador de comportamentos alimentares emergentes.

Dessa forma, ainda que o detalhamento aqui se concentre nos três estudos mais citados

entre os nove analisados, é possível perceber que os demais autores também buscaram abordar, sob diferentes perspectivas, as possibilidades e limitações relacionadas à promoção de padrões de consumo mais sustentáveis. Os temas vão desde práticas alimentares em contextos coletivos até iniciativas baseadas em tecnologia e economia circular, reforçando a importância de estratégias interdisciplinares e sensíveis aos contextos locais para viabilizar mudanças sustentáveis no comportamento de consumo.

## Q2. Quais os principais periódicos do corpus textual?

Para responder à pergunta “Quais são os principais periódicos presentes no corpus?”, foi utilizada como base a Lei de Bradford (1934), que, conforme interpretada por Mariano e Santos (2017), permite estimar a relevância dos periódicos dentro de uma área específica do conhecimento. Complementando essa abordagem, Alabi (1979) explica que essa análise consiste em classificar os periódicos de acordo com sua produtividade científica, de forma decrescente, organizando-os em zonas ou grupos. Esses agrupamentos seguem uma distribuição exponencial, representada pela razão  $1 : n : n^2$ .

A Tabela 3 apresenta uma síntese dos principais indicadores utilizados para avaliar e classificar os periódicos incluídos no portfólio. Entre os critérios considerados estão: o número de artigos publicados, a zona atribuída com base na aplicação da Lei de Bradford, o quartil SJR (que classifica os periódicos entre Q1 e Q3, sendo Q1 o de maior prestígio) e o índice H, que avalia a influência e o impacto de um periódico a partir de sua produção científica e do número de citações recebidas.

**Tabela 3.**

*Caracterização dos periódicos do corpus*

<b>n</b>	<b>Journal</b>	<b>Number of Article</b>	<b>Zone</b>	<b>SJR Quartil</b>
1	Sustainability	3	Zone 1	Q4
2	Frontiers in nutrition	2	Zone 1	Q3
3	Appetite	1	Zone 2	-
4	Australasian marketing journal	1	Zone 2	Q1
5	BMC Nutrition	1	Zone 2	Q1

n	Journal	Number of Article	Zone	SJR Quartil
6	Cleaner and responsible consumption	1	Zone 2	Q1
7	Current psychology	1	Zone 2	Q1
8	Current research in environmental sustainability	1	Zone 2	Q1
9	Jasss-the journal of artificial societies and social simulation	1	Zone 3	Q1
10	Public health nutrition	1	Zone 3	Q4

Fonte: Autora (2024)

Os 15 artigos que compõem o corpus da pesquisa estão distribuídos entre 10 diferentes periódicos científicos, o que indica uma dispersão temática considerável e baixa concentração editorial. Essa dispersão sugere que a produção científica sobre o tema investigado — práticas de consumo sustentável, especialmente no campo alimentar — encontra-se distribuída em diferentes áreas do conhecimento, refletindo sua natureza interdisciplinar.

Aplicando-se a Lei de Bradford como ferramenta de análise da produtividade dos periódicos, foi possível classificá-los em três zonas distintas. A Zona 1, que reúne os periódicos com maior número de publicações relacionadas ao tema, inclui *Sustainability* (com 3 artigos) e *Frontiers in Nutrition* (com 2 artigos), totalizando dois periódicos que se destacam por maior recorrência no corpus. Vale destacar que, embora *Sustainability* apresente um elevado número de publicações, encontra-se classificado no quartil Q4 do SJR, sugerindo menor impacto em comparação a outros periódicos da área. Por outro lado, *Frontiers in Nutrition* aparece no Q3, indicando um nível de impacto mais elevado, mesmo com menor número de artigos.

A Zona 2, correspondente aos periódicos com produtividade intermediária, abrange seis periódicos distintos, cada um com apenas um artigo publicado: *Appetite*, *Australasian Marketing Journal*, *BMC Nutrition*, *Cleaner and Responsible Consumption*, *Current Psychology* e *Current Research in Environmental Sustainability*. A maior parte desses periódicos pertence ao primeiro quartil (Q1) segundo a classificação do SJR, o que revela alto impacto acadêmico em suas respectivas áreas, mesmo que tenham sido menos recorrentes na amostra analisada.

Já a Zona 3 inclui os periódicos com menor representatividade em termos de frequência no corpus, mas que também possuem reconhecido prestígio acadêmico. *JASSS - The Journal of*

*Artificial Societies and Social Simulation* e *Public Health Nutrition* compõem essa zona, com um artigo cada. Ambos demonstram envolvimento marginal no debate sobre consumo sustentável dentro da amostra, mas sua presença reforça a natureza transversal do tema. Chama a atenção que mesmo os periódicos com menor incidência de artigos apresentam classificação elevada no SJR (Q1 ou Q4), o que reforça a relevância dos estudos publicados, ainda que não sejam os mais recorrentes.

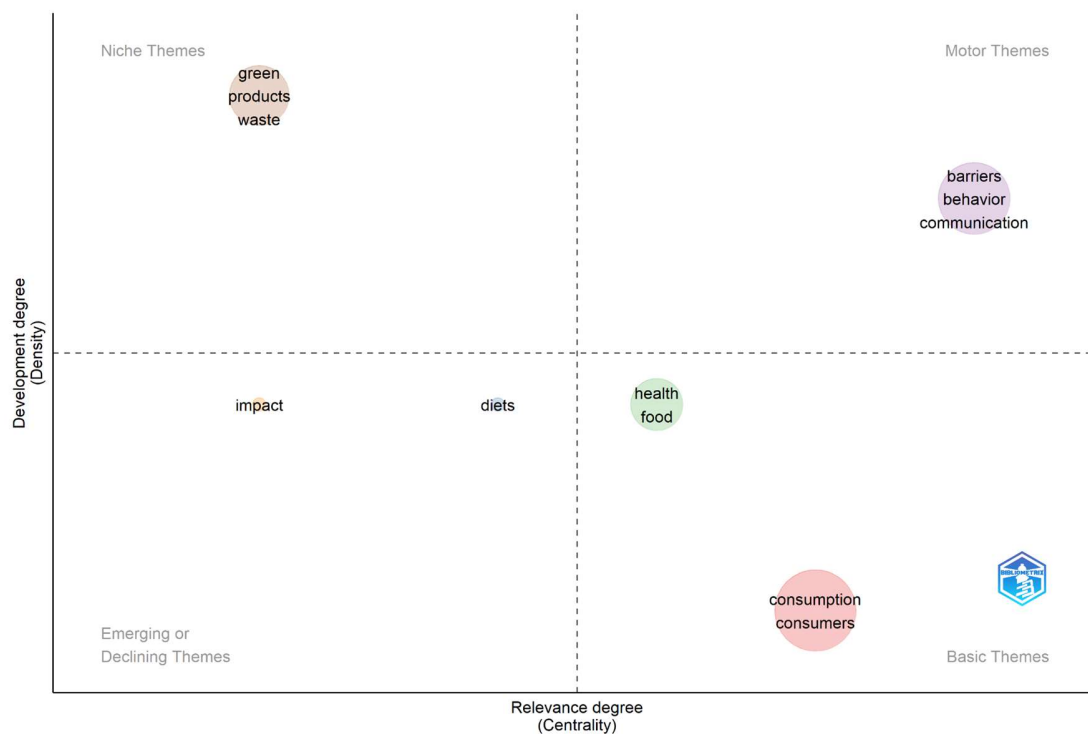
É importante ressaltar que essa análise de produtividade está restrita ao escopo temático da pesquisa. Muitos dos periódicos analisados abordam uma variedade de temas em suas edições e possuem alto volume de publicações em outras frentes. Portanto, a baixa frequência de artigos em alguns casos não reflete a produtividade geral do periódico, mas sim sua vinculação específica com o objeto de estudo aqui tratado.

Apesar da dispersão editorial, a maioria dos periódicos analisados apresenta classificação elevada nos sistemas de indexação científica, especialmente no SCImago Journal Rank (SJR). Dos dez periódicos incluídos na revisão, seis estão classificados no primeiro quartil (Q1), o que indica alta qualidade e impacto científico em suas áreas de atuação. Ainda que o periódico *Sustainability* esteja classificado como Q4, sua recorrência no corpus pode ser explicada por sua abrangência temática e alta produtividade editorial. Por outro lado, periódicos como *Appetite*, *BMC Nutrition*, *Cleaner and Responsible Consumption* e *Current Research in Environmental Sustainability* aparecem com contribuições pontuais, mas todos classificados como Q1, o que reforça a robustez e diversidade qualitativa do corpus. Assim, conclui-se que os estudos selecionados para a revisão estão, em sua maioria, publicados em veículos de alta credibilidade acadêmica, garantindo rigor à fundamentação teórica da presente pesquisa.

Essa distribuição reforça o caráter multifacetado da temática do consumo sustentável, que perpassa áreas como nutrição, psicologia, marketing, sustentabilidade ambiental e ciências sociais, exigindo olhares integrados para a construção de soluções mais efetivas e contextualizadas.

### **Q3. Qual a estrutura conceitual do *corpus* investigado?**

Seguindo a proposta de análise, por meio das palavras chaves é possível a realização de uma análise conceitual da evolução do tema investigado. A Figura 3 organiza essa exposição temática a partir da definição de temas motores, básicos, emergentes/em declínio ou específicos.



**Figura 3.** Mapeamento temático

Fonte: Autora (2025)

A partir da análise temática baseada no diagrama estratégico de Callon et al. (1991), foi possível identificar os principais núcleos conceituais presentes no corpus textual. Essa representação gráfica considera dois eixos fundamentais: o grau de desenvolvimento interno dos temas (densidade) e o grau de relevância ou conexão com outros temas (centralidade). Com base nisso, os temas foram organizados em quatro quadrantes que revelam diferentes níveis de maturidade e importância dentro do campo investigado.

No quadrante superior direito, encontram-se os temas motores, caracterizados por alta densidade e elevada centralidade, o que indica sua relevância e consolidação no campo. Neste grupo, destaca-se o *cluster* composto pelos termos “*barriers*”, “*behavior*” e “*communication*”. Esses temas revelam que a literatura tem se concentrado fortemente em compreender os fatores

que dificultam ou facilitam mudanças nos hábitos de consumo, sobretudo no que diz respeito à comunicação eficaz e ao comportamento dos consumidores diante de alternativas sustentáveis. Trata-se de um eixo temático maduro, abordado sistematicamente por diferentes autores ao longo do tempo. Estudos como os de Graça et al. (2023) analisam os fatores que influenciam práticas alimentares sustentáveis em ambientes coletivos, destacando a importância das intervenções comunicacionais e dos contextos sociais no engajamento com dietas mais saudáveis e ecológicas. De forma semelhante, Allison et al. (2021) aplicam o modelo COM-B para mapear barreiras e facilitadores à adoção de embalagens biodegradáveis, mostrando que comportamentos sustentáveis estão fortemente vinculados à percepção de valor, acessibilidade e normativas sociais. Ambos os estudos utilizam o COM-B para estruturar suas análises e propor intervenções comportamentais eficazes, consolidando esse grupo temático como central nas investigações que articulam sustentabilidade e mudança de comportamento.

No quadrante inferior direito, estão localizados os temas básicos, que apresentam alta centralidade, mas baixa densidade. Eles aparecem de maneira recorrente nos artigos, sendo fundamentais para a estrutura do campo, mas ainda carecem de desenvolvimento conceitual mais profundo. Neste grupo destacam-se os termos “*consumption*” e “*consumers*”, além do tópico geral representado pelo “*bibliometrix*”. A recorrência desses termos indica sua importância estrutural, pois perpassam a maioria dos estudos analisados. No entanto, a ausência de uma coesão interna sólida revela a necessidade de maior sistematização teórica. Essa constatação aponta para uma agenda de pesquisa que vise à consolidação de marcos teóricos sobre o consumo sustentável e seus desdobramentos sociais, culturais e ambientais.

Estudos como os de Ceballos e Antonopoulou (2024), que exploram o engajamento com o aplicativo OLIO para consumo colaborativo de alimentos, e Craveiro et al. (2021), que aplicam o COM-B para analisar comportamentos alimentares sustentáveis em programas de distribuição de cestas de alimentos, exemplificam esse grupo. Ambos discutem “consumo” como prática individual e social, mas ainda o fazem em termos amplos, o que evidencia a necessidade de maior refinamento teórico. Assim, esses temas funcionam como pilares conceituais ainda em fase de maturação.

O quadrante inferior esquerdo reúne os temas emergentes ou em declínio, cuja baixa centralidade e densidade indicam pouca articulação com o restante do campo e limitado desenvolvimento interno. Os termos “*impact*” e “*diets*” compõem esse grupo. Embora ainda em

estágio exploratório, esses temas representam potenciais frentes de investigação. A discussão sobre os impactos ambientais e sociais do consumo, bem como sobre dietas sustentáveis, tem ganhado relevância em outros contextos e pode vir a se consolidar também neste corpus. Pesquisas futuras podem aprofundar essas abordagens, explorando suas relações com saúde pública, justiça alimentar e desigualdade social.

Estudos como os de Hoang et al. (2023), que analisam o consumo de laticínios no Vietnã sob a ótica da sustentabilidade, e Sijtsema et al. (2021), que exploram o papel dos flexitarianos como agentes de mudança para uma alimentação saudável e sustentável, são exemplos dessa linha. Embora relevantes, esses estudos ainda não consolidaram redes conceituais mais amplas no interior do campo analisado, e por isso permanecem como temas marginais. No entanto, podem ser interpretados como linhas promissoras de aprofundamento, especialmente quando articuladas a modelos comportamentais como o COM-B.

Por fim, no quadrante superior esquerdo, situam-se os temas de nicho, com alta densidade, porém baixa centralidade. Isso indica que são tópicos bem desenvolvidos internamente, mas com conexões limitadas com os demais eixos temáticos. O cluster formado pelos termos “*green*”, “*products*” e “*waste*” reflete essa configuração. Esses temas se referem a soluções técnicas específicas, como produtos ecológicos e gestão de resíduos, cujas abordagens, embora relevantes, tendem a aparecer de forma mais isolada nos estudos. Isso sugere um campo já consolidado em termos de pesquisa aplicada, mas que poderia ser melhor articulado às discussões mais amplas sobre consumo e sustentabilidade.

Um exemplo representativo deste grupo é o estudo de Chad (2023), que investiga o reaproveitamento de bens domésticos no contexto da economia circular, enfatizando práticas de doação e resgate de valor de resíduos em nível doméstico. Embora aprofundado, esse tipo de análise tende a ser pouco articulado aos debates mais amplos sobre comportamento, motivações e capacidades — o que justifica sua posição periférica, apesar da alta densidade interna.

Com base nessa organização temática, é possível identificar quatro agendas de pesquisa emergentes no corpus analisado: (i) o aprofundamento na compreensão de barreiras comportamentais e estratégias de comunicação para o consumo sustentável; (ii) o desenvolvimento de modelos teóricos que consolidem o conceito de consumo consciente; (iii) a exploração dos impactos sociais e ambientais de dietas e padrões alimentares; e (iv) o fortalecimento de vínculos entre soluções técnicas (como produtos verdes e gestão de resíduos) e as dimensões mais amplas

da sustentabilidade.

Essas agendas refletem a natureza interdisciplinar e dinâmica do campo, evidenciando tanto seus avanços quanto seus pontos ainda em consolidação. A partir dessa análise, pode-se observar que a literatura sobre consumo sustentável tem evoluído em diferentes direções, abrindo espaço para novos estudos que articulem as dimensões técnicas, sociais e comportamentais do tema.

#### **Q4. Em quais contextos foram concretizados os estudos?**

Os estudos analisados nesta revisão sistemática foram desenvolvidos em uma variedade de contextos geográficos e socioculturais, refletindo a abrangência da temática relacionada ao consumo sustentável e às mudanças comportamentais. Em sua maioria, os trabalhos concentraram-se em contextos urbanos e domésticos, abordando as práticas cotidianas dos consumidores, especialmente no que diz respeito às escolhas alimentares. Por exemplo, Graça et al. (2019) exploraram o consumo de carne e o potencial de transição para dietas baseadas em vegetais, analisando as barreiras psicossociais e culturais que influenciam essa mudança. Sijtsema et al. (2021) também investigaram o perfil de consumidores flexitarianos, destacando como as capacidades individuais e o ambiente social moldam o comportamento alimentar voltado à sustentabilidade.

Complementarmente, ambientes institucionais e coletivos emergem como espaços estratégicos de mudança, nos quais o consumo sustentável é promovido por meio de intervenções programadas. Graça et al. (2023), por exemplo, realizaram uma revisão do papel das refeições coletivas (em escolas, cantinas e ambientes de trabalho) como oportunidades para estimular práticas alimentares saudáveis e sustentáveis. Já Craveiro et al. (2021) aplicaram o modelo COM-B para compreender os gatilhos comportamentais entre consumidores participantes de programas de distribuição de cestas de frutas e hortaliças, identificando como aspectos motivacionais e contextuais influenciam a frequência do consumo de alimentos saudáveis. Nesse mesmo escopo, Ceballos e Antonopoulou (2024) investigaram usuários de Bogotá (Colômbia) em relação ao uso do aplicativo OLIO, evidenciando que barreiras tecnológicas e percepções de utilidade influenciam o engajamento com o consumo sustentável por meio de plataformas digitais.

Em outra perspectiva, alguns estudos direcionaram suas análises a contextos nacionais específicos, permitindo a identificação de variáveis culturais, econômicas e políticas que moldam

o comportamento de consumo. Hoang et al. (2023) desenvolveram uma investigação sobre o consumo de laticínios no Vietnã, destacando os desafios comportamentais e institucionais para a promoção de hábitos mais sustentáveis nesse setor. De forma semelhante, Kuosmanen et al. (2023) analisaram os fatores que interferem nas práticas alimentares sustentáveis na Finlândia, revelando como políticas de saúde pública, normas sociais e fatores ambientais se inter-relacionam com as decisões individuais.

O modelo COM-B (Capability, Opportunity, Motivation – Behavior) surge como ferramenta conceitual recorrente e estruturante para as análises. Estudos como os de Allison et al. (2021), Graça et al. (2023), Craveiro et al. (2021) e Ceballos e Antonopoulou (2024) adotaram essa estrutura para identificar os elementos que facilitam ou dificultam o engajamento em práticas de consumo sustentável. Allison et al. (2021), por exemplo, utilizaram o modelo para mapear barreiras e facilitadores na adoção de embalagens biodegradáveis, evidenciando que o comportamento do consumidor é fortemente moldado não apenas por crenças e conhecimentos, mas também por fatores contextuais, como a disponibilidade de produtos e normas sociais percebidas.

A associação do COM-B com a sustentabilidade tem se mostrado eficaz na compreensão do comportamento como fenômeno multifatorial e dinâmico. As evidências apontam que intervenções eficazes precisam atuar simultaneamente sobre as capacidades (como educação e habilidades), oportunidades (acesso, infraestrutura, incentivo social) e motivações (valores, atitudes e intenção) dos indivíduos. Estudos como os de Graça et al. (2023) reforçam que mudanças duradouras exigem contextos favoráveis que sustentem o comportamento desejado — seja por meio de políticas públicas, design ambiental, campanhas informacionais ou apoio comunitário.

Diante desse cenário, as perspectivas futuras apontam para a necessidade de estratégias integradas, que aliem conhecimento científico, inovação social e participação cidadã. O uso crescente de plataformas digitais, como observado por Ceballos e Antonopoulou (2024), revela um caminho promissor para promover o engajamento com o consumo sustentável, desde que tais soluções considerem as desigualdades no acesso e os diferentes perfis motivacionais dos usuários. Além disso, os estudos indicam que a criação de ambientes alimentares favoráveis, tanto físicos quanto simbólicos, é essencial para transformar motivações individuais em práticas efetivas de consumo sustentável.

Portanto, os contextos investigados — variando entre residências, instituições, plataformas digitais e realidades nacionais diversas — demonstram que o comportamento de consumo sustentável não pode ser compreendido isoladamente. Ele é fruto de interações complexas entre indivíduo, ambiente e sociedade, e a aplicação do modelo COM-B tem contribuído significativamente para revelar essas relações e fundamentar intervenções mais eficazes.

Diante da variedade de cenários abordados nas investigações analisadas, a tabela a seguir resume os contextos, temas centrais e autores-chave, contribuindo para uma compreensão mais visual e integrada dos achados da revisão.

**Tabela 4.**

*Resumo de Contexto*

<b>Contexto Investigado</b>	<b>Enfoque Principal</b>	<b>Autores Representativos</b>
Ambientes domésticos (urbanos)	Barreiras e facilitadores ao consumo sustentável no cotidiano	Allison et al. (2021); Ceballos e Antonopoulou (2024)
Ambientes institucionais e coletivos (escolas, cantinas)	Práticas alimentares sustentáveis em refeições coletivas	Graça et al. (2023)
Plataformas digitais	Engajamento com aplicativos de economia circular e troca de alimentos	Ceballos e Antonopoulou (2024); Davis et al. (2024)
Programas de cestas orgânicas	Gatilhos comportamentais para consumo sustentável de frutas e hortaliças	Craveiro et al. (2021)
Contextos culturais nacionais específicos	Comportamento sustentável em países como Vietnã e Finlândia	Hoang et al. (2023); Kuosmanen et al. (2023)
Grupos flexitarianos	Redução de consumo de carne e transição para dietas baseadas em vegetais	Sijtsema et al. (2021); Graça et al. (2019)
Intervenções artísticas/comunitárias	Estímulo à sustentabilidade por meio de experiências culturais	Mac Mahon et al. (2025)
Economia circular e reaproveitamento	Reutilização de bens domésticos e redução de resíduos	Chad (2023)

Fonte: Autora (2025)

## **Q6. Quais propostas e contribuições os estudos trazem ao entendimento da relação percebida entre a utilização do COM-B em dimensões de consumo e sustentabilidade?**

A literatura analisada revela uma crescente preocupação em compreender os comportamentos de consumo sustentável a partir de abordagens integradoras, sendo o modelo COM-B um dos marcos conceituais mais empregados nessa tarefa. Os estudos demonstram que intervenções e análises que consideram simultaneamente as dimensões de capacidade, oportunidade e motivação oferecem uma compreensão mais precisa dos fatores que facilitam ou dificultam a adoção de comportamentos sustentáveis.

As práticas alimentares surgem como um dos principais focos de investigação,

especialmente no contexto das dietas baseadas em vegetais. Estudos como os de Graça et al. (2019, 2023), Sijtsema et al. (2021) e Vezovnik e Kamin (2024) demonstram que a redução do consumo de carne está diretamente ligada à articulação entre capacidades individuais (como habilidades culinárias), oportunidades contextuais (como disponibilidade de alternativas) e motivações éticas ou ambientais. Essa tríade revela que ações isoladas — como campanhas educativas — não são suficientes para promover mudanças duradouras.

Ao considerar contextos socioeconômicos distintos, trabalhos como os de Hoang et al. (2023), van Etten et al. (2023) e Kuosmanen et al. (2023) chamam atenção para as desigualdades no acesso à alimentação sustentável. Nestes casos, o COM-B permite evidenciar como limitações materiais e estruturais reduzem a eficácia de intervenções voltadas à promoção de hábitos saudáveis, especialmente em populações de baixa renda. A articulação entre políticas públicas, infraestrutura e suporte social se mostra essencial para criar oportunidades reais de mudança.

O papel das redes sociais e digitais como mediadoras comportamentais também se destaca. Estudos como os de Davis et al. (2024) e Ceballos e Antonopoulou (2024) apontam como as interações sociais e as plataformas digitais influenciam percepções e decisões de consumo. A aplicação do COM-B nestes contextos ajuda a identificar barreiras relacionadas à capacidade digital, à visibilidade de informações e ao apoio social percebido, elementos fundamentais para ampliar a adesão às práticas sustentáveis.

A interface entre consumo consciente e rotulagem ambiental é outro eixo importante. Allison et al. (2021), Engström et al. (2024) e Sundaraja et al. (2024) evidenciam que, mesmo quando consumidores têm motivações alinhadas com a sustentabilidade, a ausência de informações claras e acessíveis sobre os produtos compromete a ação. Aqui, a oportunidade é o componente mais frágil do COM-B, e os autores recomendam intervenções combinadas entre comunicação, regulação e redesenho de mercado.

Essas limitações são também perceptíveis em práticas de economia circular. Chad (2023), ao investigar o reaproveitamento de bens domésticos, revela que o comportamento sustentável é frequentemente comprometido por barreiras de conveniência, custo e infraestrutura. O modelo COM-B, nesse caso, orienta soluções que incluem capacitação, incentivos e reestruturações logísticas, demonstrando sua aplicabilidade para além da alimentação.

A arte e a cultura também emergem como estratégias inovadoras de engajamento. Mac Mahon et al. (2025) mostram que experiências artísticas participativas conseguem

simultaneamente aumentar a capacidade (por meio da educação), criar oportunidades (por meio de eventos e redes sociais) e intensificar motivações (através de envolvimento emocional). O COM-B, nesse cenário, sustenta uma abordagem sensível e comunitária às mudanças de comportamento pró-sustentável.

As intervenções de base comunitária, como exemplificado por Craveiro et al. (2021) e van Etten et al. (2023), reforçam que a transformação de hábitos depende fortemente do ambiente em que os indivíduos estão inseridos. Disponibilidade de alimentos saudáveis, suporte familiar e acesso facilitado a recursos são fatores que, quando ativados, amplificam o impacto das intenções sustentáveis. Esses achados reforçam a importância de combinar o COM-B com estratégias co-criadas e territorializadas.

Outro ponto em destaque é a importância da estruturação teórica das intervenções. Diversos autores, como Graça et al. (2023) e Hoang et al. (2023), defendem a utilização sistemática de modelos como o COM-B para orientar políticas públicas e ações educativas. Isso permite maior consistência entre diagnóstico, ação e avaliação de impacto, reduzindo o risco de intervenções genéricas e ineficazes.

As contribuições dos estudos também desafiam abordagens comportamentais individualizadas. Trabalhos como o de Sundaraja et al. (2024) mostram que a mudança do comportamento do consumidor, embora relevante, é insuficiente diante de barreiras estruturais e ausência de responsabilidade corporativa. O COM-B, ao destacar as oportunidades como parte essencial da equação, orienta a necessidade de ações sistêmicas, envolvendo empresas e formuladores de políticas.

Além disso, o modelo permite revelar os diferentes perfis de consumidores e suas especificidades. Por exemplo, os jovens flexitarianos investigados por Vezovnik e Kamin (2024) enfrentam barreiras ligadas a vínculos familiares e culturais com o consumo de carne, ao mesmo tempo em que se sentem motivados por razões de saúde e meio ambiente. O COM-B possibilita compreender essas tensões e desenhar intervenções mais eficazes ao grupo.

Nos contextos estudados, destaca-se a importância da motivação reflexiva e automática como elementos que sustentam comportamentos pró-sustentáveis. Trabalhos como os de Davis et al. (2024) e Allison et al. (2021) demonstram que emoções como orgulho, culpa e senso de pertencimento social são motores de ação poderosos, desde que acompanhados por contextos que favoreçam a ação prática.

Outro achado relevante é que o COM-B contribui para superar o “*gap*” entre intenção e comportamento, frequentemente relatado em estudos sobre consumo sustentável. Essa lacuna, identificada por Sundaraja et al. (2024), é reduzida quando intervenções são desenhadas para modificar simultaneamente os três componentes do modelo, reforçando a necessidade de abordagens integradas e holísticas.

Os estudos também enfatizam que o consumo sustentável não é apenas um ato racional, mas profundamente enraizado em identidades, normas sociais e tradições. O COM-B, ao considerar dimensões psicológicas, físicas e contextuais, oferece um arcabouço robusto para lidar com essas complexidades e propor soluções sensíveis às realidades locais.

Ao longo dos estudos, torna-se evidente que intervenções comportamentais eficazes exigem um desenho multidimensional, que contemple educação, políticas públicas, estratégias comunicacionais e redes de suporte. O COM-B se mostra uma ferramenta estratégica para mapear e integrar esses elementos, permitindo que diferentes atores (governos, ONGs, empresas) atuem de forma coordenada.

Por fim, a partir das contribuições mapeadas, pode-se afirmar que o modelo COM-B oferece um potente referencial metodológico para intervir em múltiplas dimensões da sustentabilidade e do consumo. Ele permite: (i) identificar barreiras específicas e ajustáveis ao comportamento sustentável; (ii) desenhar intervenções mais eficazes e contextualizadas; (iii) integrar diferentes áreas de conhecimento e prática (educação, comunicação, políticas públicas, design de produtos); e (iv) monitorar e avaliar mudanças com base em indicadores coerentes. Sua aplicação fortalece a capacidade de agir sobre o consumo como prática sociocultural, política e econômica, sendo essencial para a transição rumo a sistemas mais sustentáveis.

Além das contribuições já mapeadas, os achados desta RSL têm implicações diretas para a compreensão dos fatores que influenciam a decisão dos indivíduos de aderir a comunidades intencionais com propostas regenerativas, como a Terra Sublime. O modelo COM-B permite uma leitura ampliada do comportamento, que ultrapassa explicações unicamente racionais ou economicistas, e considera elementos subjetivos (motivação), relacionais e contextuais (oportunidade), bem como estruturais e formativos (capacidade). Assim, ele se mostra particularmente útil para analisar por que certos indivíduos se envolvem em estilos de vida alternativos, mesmo diante de barreiras sociais, culturais ou institucionais (Graça et al., 2019; Sijtsema et al., 2021; Allison et al., 2021). A literatura demonstra que decisões de consumo

sustentável muitas vezes estão imbricadas com valores de pertencimento, coerência pessoal e busca por formas de vida mais significativas, elementos recorrentes também nas motivações para engajamento em ecovilas e comunidades regenerativas (Davis et al., 2024; Mac Mahon et al., 2025).

Outro ponto de convergência relevante diz respeito ao papel das práticas sustentáveis na transformação do comportamento de consumo e na integração social dos participantes dessas comunidades. Os estudos analisados apontam que experiências imersivas, como o cultivo coletivo, o reaproveitamento de recursos e a gestão compartilhada de espaços, atuam como catalisadores para o fortalecimento das capacidades dos indivíduos, ampliando seu repertório de práticas sustentáveis (Craveiro et al., 2021; Chad, 2023; van Etten et al., 2023). Além disso, tais práticas promovem oportunidades de socialização que reforçam vínculos afetivos e comunitários, fortalecendo as motivações para manutenção do comportamento (Mac Mahon et al., 2025; Vezovnik e Kamin, 2024). Essa perspectiva destaca-se ao evidenciar que o consumo sustentável, quando vivenciado em coletividade, tende a produzir efeitos mais duradouros e a reconfigurar não apenas os hábitos de consumo, mas também os modos de se relacionar com o ambiente e com o outro (Graça et al., 2023; Ceballos e Antonopoulou, 2024).

Os desafios identificados nos estudos (barreiras estruturais, ausência de políticas públicas de apoio e lacunas de informação) também se aplicam às dificuldades enfrentadas por comunidades regenerativas na ampliação de suas práticas e no recrutamento de novos participantes. A análise com base no COM-B permite, portanto, identificar de forma sistemática os pontos críticos que precisam ser transformados para que tais projetos se tornem mais acessíveis e sustentáveis no longo prazo (Hoang et al., 2023; Sundaraja et al., 2024; Kuosmanen et al., 2023). Nesse sentido, a aplicação do modelo contribui não apenas para o diagnóstico de fatores limitantes, mas também para o desenho de estratégias de engajamento mais inclusivas e efetivas, alinhadas às expectativas, capacidades e realidades dos diferentes perfis de indivíduos interessados em modos de vida regenerativos (Graça et al., 2023; Allison et al., 2021; Engström et al., 2024).

Por fim, os estudos analisados demonstram uma evolução recente e consistente do uso do modelo COM-B como instrumento analítico e interventivo no campo da sustentabilidade. Ao articular dimensões cognitivas, contextuais e motivacionais, o modelo tem se mostrado eficaz em diferentes situações, especialmente no consumo alimentar, digital e circular. No entanto, permanece uma lacuna relevante: a limitada incorporação de aspectos simbólicos, subjetivos e

ético-comunitários, centrais em projetos de base regenerativa como o caso da Terra Sublime. Esta dissertação, ao propor um diálogo entre o COM-B e os princípios da economia regenerativa, contribui para uma ampliação epistemológica do modelo, inserindo-o em práticas vividas e transformadoras, e apontando para a necessidade de intervenções mais sensíveis à complexidade dos sistemas sociais e ecológicos. Com isso, evidencia-se a potência do COM-B como ponto de partida — mas não como limite — para o entendimento e fortalecimento de comportamentos sustentáveis em realidades regenerativas.

#### 4. MÉTODO

Esta seção apresenta o procedimento metodológico utilizado para o estudo empírico da pesquisa, que adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e de corte transversal. A pesquisa foi realizada durante os meses de maio e junho de 2025 por meio de entrevistas em profundidade como estratégia de estudo, utilizando roteiros semiestruturados para explorar os fatores que influenciaram o comportamento de compra de cotas do ecovilas Terra Sublime, enquanto iniciativa de economia regenerativa, utilizando o modelo COM-B como norteador teórico da pesquisa. Posteriormente, foi utilizada a análise de conteúdo com categorização temática, a fim de identificar padrões nos dados coletados, possibilitando uma interpretação mais robusta dos fatores influentes.

Esta investigação qualitativa para a identificação das dimensões do modelo COM-B permitiu a exploração detalhada dos fatores que influenciaram o comportamento de compra de cotas do ecovilas Terra Sublime, enquanto iniciativa de economia regenerativa, levando em consideração as capacidades, oportunidades e motivações dos cotistas. Assim, apresenta-se a seguir o lócus da pesquisa, seguido da descrição dos participantes, do instrumento de pesquisa e procedimentos.

##### 4.1. Lócus da pesquisa: A comunidade intencional Terra Sublime

A pesquisa foi desenvolvida com cotistas da Comunidade Intencional Terra Sublime, situada na Área de Proteção Ambiental (APA) da Cafuringa, no Distrito Federal, que constitui um exemplo inovador de ecovila dedicada à regeneração ambiental e social. A escolha pela Terra Sublime ocorreu fundamentalmente pelo tempo de sua constituição, pelo seu funcionamento e práticas coletivas já estabelecidas há mais de cinco anos, o que possibilitou captar nuances mais efetivas em relação às dimensões do modelo COM-B em direção ao objetivo da pesquisa.

A Terra Sublime é uma comunidade fundada em 2018. Possui como objetivo central promover um equilíbrio entre a vida comunitária sustentável e o compromisso com a preservação do meio ambiente. A comunidade é composta por 21 cotistas, dos quais 14 são residentes, e adota um modelo de usufruto coletivo das terras, evitando divisões tradicionais de lotes. Os cotistas possuem coletivamente os 40 hectares do ecovilas, sendo que cada cotista tem uma área privativa com cerca de 2 mil m<sup>2</sup> e onde podem edificar uma moradia. As áreas para moradia são organizadas de forma circular, refletindo uma filosofia de interdependência e colaboração. Esse arranjo espacial favorece uma convivência harmoniosa e promove a ideia de que a regeneração ambiental é inseparável da cooperação comunitária.

O funcionamento da Terra Sublime se baseia em um modelo de governança horizontal e colaborativo, no qual a tomada de decisões ocorre por meio de assembleias gerais orientadas por três valores centrais: equivalência, transparência e eficácia. A gestão foi distribuída entre conselhos especializados, responsáveis pelas áreas socioambiental, financeira e sociocultural. A prática comunitária inclui atividades como a criação de abelhas, cultivo de cogumelos e agroflorestas, além do plantio coletivo de produtos orgânicos e agroecológicos. Essas iniciativas não apenas promovem a segurança alimentar da comunidade, mas também contribui para a regeneração do bioma Cerrado e a preservação das nascentes locais. A bioconstrução e o uso de sistemas ecológicos de saneamento, como fossas de evapotranspiração, reforçam o compromisso com práticas regenerativas e sustentáveis, consolidando a Terra Sublime como uma referência em ocupação conservacionista e integração com a natureza.

A criação e desenvolvimento dessa ecovila foram facilitados pela Amainar, uma empresa fundada em 2008 por Jefferson Sooma e Fabiana Sooma, em Brasília, DF. A Amainar é um exemplo de negócio de impacto socioambiental, alinhado aos princípios estabelecidos pela Política Nacional de Economia de Impacto, que busca a geração de impacto positivo e mensurável, além de assegurar a sustentabilidade financeira de suas operações.

Com base em uma perspectiva regenerativa, a Amainar segue os princípios de uma economia que transcende a lógica linear da exploração de recursos, adotando práticas que restauram e revitalizam o ambiente. Segundo Hofstra (2017), empresas regenerativas desafiam os modelos antropocêntricos ao integrar a natureza como um ator com valor intrínseco em seus processos produtivos. Nesse contexto, a Amainar parte da premissa de que é possível criar valor econômico e social por meio de arranjos comunitários que respeitam os limites planetários e

promovem a resiliência ecológica. A empresa não apenas facilita a transição ecológica, mas também oferece uma alternativa concreta ao paradigma econômico tradicional, sugerindo que foi viável um modelo de crescimento que não estivesse fundamentado na acumulação e na degradação ambiental.

A colaboração contínua entre a Amainar e a comunidade Terra Sublime exemplifica a capacidade de transformar a teoria da regeneração em prática cotidiana. A ecovila representa um espaço de inovação, onde práticas regenerativas foram integradas ao convívio social, possibilitando um ciclo contínuo de aprendizado e adaptação. Além disso, a diversidade de seus membros, oriundos de diferentes contextos sociais e econômicos, reforça a inclusão e o intercâmbio de saberes, consolidando a Terra Sublime como um modelo de convivência sustentável e regenerativa. Assim, a experiência da Amainar na constituição da Terra Sublime reafirmou o potencial dos negócios de impacto socioambiental em liderar a transição para uma economia regenerativa, demonstrando que é possível conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental de forma integrada e sustentável.

Com a missão de preservar e regenerar a natureza local, a comunidade Terra Sublime se comprometeu a restaurar as nascentes e a vegetação nativa da área. A comunidade adotou práticas de bioconstrução e técnicas de saneamento ecológico, como fossas de evapotranspiração, que contribuíram para a sustentabilidade das atividades diárias e para a integração dos moradores com o ambiente. A comunidade também busca uma ocupação conservacionista, envolvendo moradores no manejo do cerrado, cultivo de agroflorestas e recuperação de matas ciliares e nascentes, preservando o meio ambiente e promovendo uma vida harmoniosa com a natureza.

#### 4.2 Participantes

As entrevistas foram realizadas com 13 dos 21 cotistas da ecovila. Destes cotistas entrevistados existem residentes e não residentes na comunidade, que desempenham papéis ativos na manutenção e no desenvolvimento da ecovila, formando uma governança local, tornando-os fontes valiosas de informações sobre as práticas e os valores que sustentam a comunidade.

A seleção dos participantes foi feita por conveniência, com base na sua disposição em compartilhar suas experiências e percepções sobre seu processo de compra da cota. Além disso, foi esperado que essa seleção incluísse uma variedade de perfis demográficos, como gênero e ocupação, para refletir a diversidade da comunidade. Antes das entrevistas, todos os participantes

forneceram consentimento informado, assegurando que estavam plenamente cientes dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos envolvidos e de seus direitos como participantes. Esse consentimento foi obtido por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), que pôde ser assinado presencialmente ou eletronicamente por meio do portal Gov.Br. Esse procedimento garantiu que a participação fosse voluntária e que os direitos e a privacidade dos participantes fossem respeitados em todas as etapas do estudo.

Para fins de registro e análise, os participantes foram denominados com códigos de E1 a E13, designando cada entrevistado, mantendo o anonimato deles. A amostra possui idade média de 46 anos, com 61% dos respondentes do sexo feminino e 39% composto por profissionais autônomos (liberais). A caracterização da amostra está descrita conforme Tabela 5 a seguir:

**Tabela 5.**

*Caracterização dos participantes*

<b>E</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>IDADE</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>
<b>E1</b>	feminino	50	administradora
<b>E2</b>	feminino	44	atriz e taróloga
<b>E3</b>	feminino	68	aposentada
<b>E4</b>	feminino	44	arqueóloga e fotógrafa
<b>E5</b>	feminino	40	professora
<b>E6</b>	masculino	34	servidor público e motorista de aplicativo
<b>E7</b>	feminino	38	servidora pública (assistente social)
<b>E8</b>	masculino	48	terapeuta
<b>E9</b>	feminino	38	engenheira
<b>E10</b>	masculino	46	médico
<b>E11</b>	masculino	42	empresário
<b>E12</b>	masculino	54	professor
<b>E13</b>	feminino	58	arquiteta

Fonte: Autora (2025)

Em resumo, considerando sua disposição em compartilhar experiências e percepções sobre o processo de compra da cota, a amostra foi definida por conveniência. Além disso, buscou-se garantir diversidade de perfis por meio da composição estratificada da amostra, contemplando diferentes gêneros, faixas etárias, ocupações e níveis de envolvimento na comunidade. Dessa forma, a amostra, embora de conveniência, apresentou características de estratificação que permitiram captar múltiplas perspectivas presentes no grupo estudado.

### 4.3 Instrumento

Para a coleta de dados deste estudo, foi utilizado um roteiro semiestruturado (Apêndice B) composto por perguntas abertas, focado em explorar as percepções e motivações dos cotistas da Terra Sublime após a realização da compra de cotas no projeto. O objetivo foi investigar os fatores que influenciaram essa decisão, bem como suas experiências e reflexões sobre a vida na comunidade, especificamente relacionadas à sustentabilidade e aos benefícios percebidos pela participação no projeto.

O roteiro de pesquisa foi estruturado em cinco partes, visando compreender os principais fatores que influenciam a participação e o envolvimento dos cotistas na comunidade Terra Sublime. Seu objetivo central foi responder às perguntas que nortearam este estudo, investigando aspectos relacionados às capacidades, oportunidades e motivações dos indivíduos, assim como suas influências sobre o comportamento de consumo, os desafios enfrentados pelas comunidades regenerativas e, finalmente, delinear o perfil do público mais propenso a se engajar em projetos com propostas regenerativas. As perguntas foram formuladas com base nos aspectos de dimensão, definição constitutiva e definição operacional, conforme detalhado na Tabela 6.

**Tabela 6.**

*Definição constitutiva e operacional das dimensões analisadas*

Dimensão	Definição constitutiva	Definição operacional
Capacidade	Michie et al (2011)	Avalia as habilidades e conhecimentos dos cotistas e como eles utilizam essas capacidades para contribuir com o projeto.
Oportunidades	Michie et al (2011); Wolff e Schönherr (2011)	Analisa o papel do ambiente social e físico da comunidade, incluindo infraestrutura e apoio comunitário, na participação dos cotistas.
Motivações	Michie et al (2011); Gomes et al. (2010); Vitti (2011); Szereanyi et al. (2011).	Investiga os valores, crenças e emoções que levam os cotistas a se envolverem e permanecerem no projeto.

Fonte: Autora (2025)

Foi analisado o comportamento dos consumidores no contexto do projeto Terra Sublime, com foco na decisão de compra de cotas e nos fatores que influenciaram esse processo. A partir dessa análise, foi possível compreender motivações, percepções de valor e barreiras envolvidas, contribuindo para o aprimoramento da estratégia do projeto e para a potencial replicação de iniciativas semelhantes.

#### 4.4 Procedimentos de coleta de dados

Os procedimentos de coleta de dados seguiram diretrizes éticas e sistemáticas para garantir a qualidade e a credibilidade dos resultados da pesquisa. Inicialmente, os participantes foram contatados e informados sobre os objetivos e a natureza da investigação. Em seguida, todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), podendo fazê-lo de forma presencial ou eletrônica por meio do portal Gov.Br. Esse procedimento foi essencial para assegurar que os participantes estivessem cientes e concordassem em colaborar voluntariamente (Flick, 2009).

As entrevistas em profundidade foram realizadas presencialmente e conduzidas com o auxílio de um roteiro semiestruturado, permitindo flexibilidade para explorar temas relevantes à medida que surgissem. Como salientam Miles, Huberman e Saldaña (2014), essa abordagem ajudou a captar dados mais ricos e contextualizados, criando um espaço em que o entrevistado pôde expressar suas opiniões de forma livre. Durante as entrevistas, a pesquisadora buscou promover uma atmosfera de confiança e abertura para incentivar respostas detalhadas e sinceras.

Além das entrevistas, foram realizadas observações assistemáticas com o objetivo de complementar e enriquecer os dados obtidos por meio das entrevistas individuais. Essa abordagem, conforme destacam Bardin (1986) e Yin (2018), possibilitou registrar comportamentos, interações e situações cotidianas que frequentemente não foram mencionadas explicitamente pelos participantes, permitindo captar aspectos espontâneos e contextuais relevantes para o estudo.

O procedimento adotado para as observações assistemáticas envolveu visitas periódicas à comunidade Terra Sublime, durante as quais foram realizados registros de campo detalhados em um diário de observação. Esses registros contemplaram anotações descritivas de eventos, diálogos informais, interações sociais e atividades comunitárias, priorizando a identificação de práticas, desafios cotidianos e aspectos da dinâmica comunitária que puderam complementar a análise qualitativa das entrevistas. Posteriormente, esses registros foram sistematicamente revisados e categorizados para integração na análise final dos dados coletados.

As entrevistas foram gravadas com a devida autorização dos participantes e posteriormente transcritas para análise. As gravações totalizaram 10 horas e 11 minutos, com duração média de 47 minutos. As entrevistas foram gravadas e transcritas pelo Google Meet e a documentação completa foi organizada em um sistema de registros, com notas analíticas para facilitar a

interpretação dos dados coletados (Flick, 2009). O uso de gravações, além de garantir a exatidão na transcrição, ofereceu uma referência detalhada para futuras consultas (Miles et al., 2014).

Com a combinação de entrevistas e observações assistemáticas, a pesquisa buscou uma análise abrangente e rica, alinhada às diretrizes metodológicas da pesquisa qualitativa. Essa triangulação de métodos contribuiu para validar os achados e fortalecer a robustez dos resultados (Yin, 2018).

#### 4.5 Procedimentos de análise de dados

A análise de dados deste estudo foi conduzida utilizando uma abordagem mista de análise de conteúdo, conforme proposto por Laurence Bardin (1977). Essa abordagem combinou a utilização de categorias preliminares baseadas no referencial teórico, juntamente com a abertura para a emergência de novas categorias durante o processo de análise. No contexto deste estudo, ela foi usada para examinar as narrativas e percepções dos participantes da comunidade Terra Sublime, com ênfase em suas motivações, percepções e expectativas em relação ao projeto.

A análise de conteúdo seguiu um modelo misto, adotando categorias preliminares e permitindo que novas categorias emergentes fossem identificadas a partir dos dados coletados nas entrevistas.

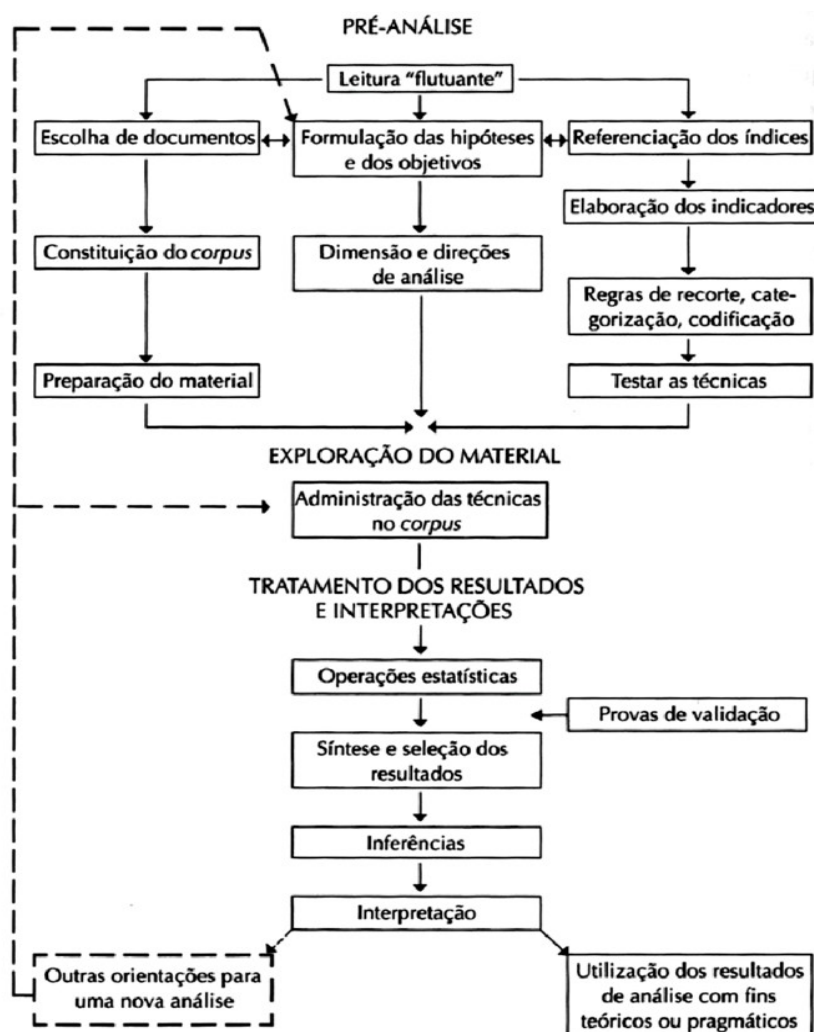
1. Categorias preliminares: essas categorias são baseadas no referencial teórico utilizado no estudo, especialmente no modelo COM-B (Michie et al., 2011), que identifica os fatores de Capacidade (Capability), Oportunidade (Opportunity) e Motivação (Motivation) como centrais para a análise do comportamento humano. Também serão utilizadas categorias como "barreiras à participação" e "impacto pessoal e coletivo", que derivam do próprio contexto da pesquisa.
  - Capacidade (Capability): Conhecimento, habilidades e preparo dos participantes para contribuir com o projeto Terra Sublime.
  - Oportunidade (Opportunity): Aspectos físicos, sociais e estruturais que facilitam ou dificultam a participação.
  - Motivação (Motivation): Fatores internos e externos que impulsionam o engajamento, como valores pessoais e incentivos percebidos.
  - Barreiras à Participação: Dificuldades enfrentadas pelos participantes, como barreiras financeiras ou de integração.

- Percepção de Impacto: Impacto percebido pela participação, tanto em nível pessoal quanto coletivo.
2. Categorias emergentes: durante a fase de exploração do material, novas categorias poderão ser identificadas com base nas falas dos participantes. A abordagem indutiva permitirá captar aspectos inesperados e novas dimensões que possam surgir a partir das narrativas dos entrevistados.

O procedimento de análise de conteúdo foi dividido em três fases principais, conforme descrito por Bardin (1977), com o uso de categorias mistas:

1. Pré-análise: consistiu na leitura flutuante dos dados, familiarização com o material, escolha dos documentos e formulação dos objetivos específicos da análise. Durante essa fase, as categorias preliminares foram estabelecidas, baseadas no referencial teórico e nos objetivos da pesquisa.
2. Exploração do material: o corpus de dados foi segmentado em unidades de registro (palavras, frases ou parágrafos) e, em seguida, codificado de acordo com as categorias preliminares. Novas categorias emergentes foram identificadas a partir das respostas dos entrevistados, em um processo contínuo de refinamento. A categorização foi feita com base nos temas principais que surgiram das narrativas, permitindo uma análise aprofundada das percepções dos participantes.
  1. Tratamento dos resultados e inferência: após a codificação, os dados foram analisados com o objetivo de identificar padrões e inferências que respondessem às questões de pesquisa. As categorias emergentes foram integradas às categorias previamente definidas, conforme sua relevância, e os resultados foram interpretados à luz do modelo COM-B e do referencial teórico da pesquisa. As interpretações forneceram uma visão sistêmica das motivações, barreiras e impactos da participação no projeto Terra Sublime.

Para ilustrar o fluxo do processo de análise de conteúdo que foi seguido neste estudo, destaca-se a figura proposta por Bardin (1977), que detalha as etapas desde a escolha dos documentos até o tratamento dos resultados e inferências.



**Figura 4.** Fluxo de análise

Fonte: Bardin (1977)

A figura oferece uma visão clara do processo sistemático de análise de conteúdo, garantindo que todas as fases do procedimento sejam seguidas com rigor e objetividade. Além disso, o modelo visual permite compreender como a análise de conteúdo permite a transformação das narrativas coletadas em dados científicos organizados e passíveis de inferência.

Seguindo a recomendação de Cassel et al. (2009), adotou-se uma postura reflexiva ao longo de todo o processo de análise, permitindo que as categorias e inferências sejam ajustadas conforme necessário. A triangulação dos dados será considerada como uma forma de aumentar a validade dos resultados, garantindo que as interpretações feitas estejam fundamentadas em diferentes fontes de dados e abordagens analíticas.

#### 4.6 Procedimentos éticos

Os procedimentos éticos nesta pesquisa foram rigorosamente seguidos para garantir o respeito aos direitos e à privacidade dos participantes. Foi assegurada a confidencialidade das informações coletadas, garantindo que os dados individuais não fossem identificáveis sendo utilizados apenas para fins de pesquisa. Além disso, foi respeitada a autonomia dos participantes, permitindo que interrompam sua participação a qualquer momento, sem qualquer tipo de coerção. Todos esses aspectos éticos foram devidamente documentados e relatados no contexto do estudo.

### **5.RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### 5.1 Análise das entrevistas à luz da teoria COM-B

Para compreender os determinantes do comportamento de adesão à comunidade Terra Sublime, esta seção organiza a análise das entrevistas a partir do modelo COM-B (Michie et al., 2011), estruturando a discussão nas dimensões de capacidade, oportunidade e motivação, além de categorias complementares emergentes durante a codificação. O objetivo é identificar como esses fatores se manifestam nas trajetórias dos cotistas e de que modo influenciam sua decisão de compra e permanência na comunidade. A seguir, apresenta-se o ponto de partida dessa jornada: os contextos em que os participantes tomaram contato com o projeto e os sentidos atribuídos ao seu envolvimento inicial com a proposta regenerativa da Terra Sublime.

##### 5.1.1 Contexto e envolvimento inicial

O processo de descoberta e envolvimento inicial com o projeto Terra Sublime revelou-se marcado por dinâmicas relacionais afetivas e redes interpessoais que ultrapassam os meios convencionais de divulgação. A maioria dos entrevistados relatou ter conhecido o projeto por meio de pessoas próximas, como amigos ou familiares, sendo levados à visita e ao primeiro contato por indicações. Essa mediação afetiva contribuiu para gerar uma aproximação imediata com os valores e propósitos do projeto, fazendo com que a comunidade intencional Terra Sublime fosse percebida não apenas como uma proposta de moradia ou investimento, mas como um campo de ressonância com ideais pessoais e coletivos.

A dimensão emocional emergiu fortemente desde o primeiro contato. Muitos participantes descrevem a experiência de chegada como um encantamento ou um “chamado”. Como relatou E1:

“Quando sinto um chamado, sigo minha intuição sem hesitação”, enquanto E2 afirmou ter sido “impactada pela beleza do local e pela proposta de preservação coletiva da terra”. Esses relatos mostram como o vínculo com o espaço se dá também no plano simbólico e intuitivo, não apenas na racionalidade do planejamento.

O tempo entre o primeiro contato com o projeto e a efetiva adesão varia, mas para a maioria dos participantes, trata-se de um processo rápido. Em ao menos cinco casos, a adesão ocorreu em menos de três meses, muitas vezes de forma imediata, como uma resposta a um desejo preexistente de mudança de vida. Alguns entrevistados relataram que o projeto surgiu como uma “oportunidade esperada” para realizar antigos anseios de juventude. E3 compartilhou que o envolvimento aconteceu “de forma imediata”, pois já existia um desejo amadurecido de transição para um estilo de vida ecológico e comunitário. Esses casos apontam para uma adesão fluida, alimentada por disposições internas já alinhadas aos princípios do projeto.

Em contraste, outras trajetórias se desenvolveram de forma mais lenta, apontando para uma adesão mais cautelosa e estratégica. Três entrevistados destacaram que levaram de seis meses a dois anos entre o primeiro contato e a aquisição efetiva da cota. Para E8, por exemplo, o processo exigiu múltiplas visitas e uma avaliação mais profunda do grupo e de seus valores antes de tomar a decisão: “Levou cerca de dois anos entre ouvir falar do projeto e decidir pela adesão”. A existência dessas diferentes temporalidades evidencia que, embora o desejo de engajamento esteja presente, ele se atualiza de formas diversas conforme o contexto biográfico, familiar e financeiro dos sujeitos.

O vínculo residencial também se expressa de forma plural. Aproximadamente um terço dos entrevistados mora de forma definitiva ou temporária na Terra Sublime, sendo esse grupo o mais engajado nas rotinas diárias, na construção de infraestrutura e na governança do espaço. Esses participantes relatam maior integração com os outros moradores e com os ciclos da terra, vendo a ecovila como seu lugar de enraizamento. E5 declarou que “reside na Terra Sublime desde 2018, sendo uma das primeiras moradoras e protagonista na estruturação do espaço coletivo”, evidenciando uma atuação intensa desde os primórdios do projeto.

Outro grupo, composto por entrevistados que vivem em áreas urbanas próximas ou em cidades distintas, mantém uma participação intermitente, mas significativa. Pelo menos quatro entrevistados relataram que frequentam o local aos finais de semana, em feriados ou em datas específicas para mutirões e assembleias. Ainda que não residam, desenvolvem atividades de

manutenção de lotes, convivência com outros membros e cultivo da terra. Em casos como o de E3, a relação com a Terra Sublime é marcada por um equilíbrio entre trabalho físico e descanso: “Nos finais de semana, realizo atividades de manutenção como poda, colheita e pequenos cuidados com a terra”.

Também há entrevistados que mantêm vínculo simbólico, mesmo com baixa ou nenhuma presença física recente. Pelo menos três pessoas indicaram que, embora não frequentem com regularidade, consideram-se parte do coletivo e mantêm planos futuros de retorno ou construção. Um dos entrevistados expressou o desejo de construir um chalé como espaço de retiro e uso pessoal, mesmo que ainda não tenha iniciado a edificação. Já E10 apresentou uma experiência distinta, sendo o único a mencionar a decisão de se desfazer da cota adquirida: “A fração está à venda devido ao desinteresse da esposa e falta de tempo para envolvimento”, revelando o impacto que questões familiares podem exercer sobre a permanência em iniciativas comunitárias.

No que diz respeito às edificações, os relatos indicam uma diversidade de estratégias. Parte dos participantes já construiu sua moradia ou cabanas no local, ainda que não habitem o espaço continuamente. Outros projetam construir no futuro, mas ainda não iniciaram por falta de tempo, recursos ou definição quanto à permanência. Há também casos em que a construção foi feita com fins mistos — como lazer, locação ou uso coletivo —, refletindo múltiplas possibilidades de engajamento com o território. E7, por exemplo, relatou: “Construí uma casa, atualmente alugada. Planejo usá-la para lazer e considero transformá-la em espaço de hospedagem no futuro”.

Quanto à frequência e tipo de participação nas atividades da Terra Sublime, há relatos que vão desde o engajamento semanal até presenças esporádicas ao longo do ano. Cinco entrevistados destacaram que, mesmo sem residir no local, comparecem regularmente para reuniões, mutirões, manutenção de lote ou celebrações coletivas. Essas visitas são descritas como momentos de reconexão com os ideais do grupo, mas também como experiências de trabalho físico e regeneração. Em especial, um dos entrevistados refletiu sobre a dualidade dessas experiências: “Embora deseje descansar, minha vivência atual no local ainda é voltada ao trabalho físico” (E3), revelando uma tensão entre o desejo de refúgio e a exigência prática da autogestão comunitária.

Em contrapartida, há aqueles cuja participação é mais simbólica, reduzida a visitas ocasionais ou à presença virtual em grupos e decisões. Três entrevistados apontaram que comparecem cerca de quatro vezes ao ano, normalmente em eventos relevantes ou assembleias. Em um caso específico, E9 afirmou: “Visitou apenas duas vezes. Não teve envolvimento prático

com a comunidade ou atividades locais desde a adesão”. Essas falas indicam que o pertencimento à Terra Sublime pode assumir um caráter simbólico e afetivo, mesmo com pouca participação material. Esse tipo de vínculo está associado a uma forma de pertencimento sustentada por afinidade de valores, identificação com os princípios éticos da comunidade e o desejo de participar de um projeto de vida compartilhado — características frequentemente observadas em comunidades intencionais, conforme apontam Roysen (2013) e Arruda (2018). Nessas experiências, o pertencimento não se limita à convivência cotidiana, mas se manifesta também por meio do engajamento identitário e da adesão aos ideais coletivos.

A análise dos dados revela, assim, três grandes perfis de participação: o dos residentes engajados cotidianamente nas rotinas e estruturas do projeto; o dos participantes híbridos, que dividem tempo entre a ecovila e o urbano; e o dos vinculados simbólicos, cuja presença se dá de forma mais distanciada, mas ainda assim carregada de significado. Essa tipologia foi construída com base na interpretação empírica das entrevistas, não sendo extraída diretamente da literatura, mas dialogando com o entendimento de que o pertencimento em comunidades intencionais se manifesta de forma múltipla e dinâmica (Roysen, 2013; Almeida, 2021). Assim, os perfis não devem ser lidos como categorias rígidas, mas como posições fluidas que refletem as condições de vida, os ciclos pessoais e as escolhas políticas dos sujeitos.

<b>Perfil de Participação</b>	<b>Descrição</b>
Residentes Engajados	Participam cotidianamente nas rotinas e estruturas do projeto.
Participantes Híbridos	Dividem seu tempo entre a ecovila e o ambiente urbano.
Vinculados Simbólicos	Sua presença é mais distanciada, mas carregada de significado.

Fonte: Autora (2025)

Independentemente do grau de presença física, a maioria dos entrevistados expressou forte identificação com os princípios da ecovila, especialmente no que diz respeito à regeneração ambiental, à vida comunitária e à construção de novos paradigmas de convivência. Para muitos, a Comunidade Terra Sublime não é apenas um território físico, mas um projeto de mundo em permanente construção. Sua força, enquanto comunidade intencional, reside justamente na multiplicidade de vínculos, formas de morar e de participar, que acolhem diferentes perfis de

engajamento e sustentam a proposta regenerativa em sua diversidade, assim o engajamento é muito mais complexo e se manifesta pela participação ativa, e não apenas pela moradia.

Neste sentido, a classificação dos 13 entrevistados considerando o engajamento como seu nível de participação e não apenas a residência teria a seguinte distribuição:

- Alto Engajamento (5 participantes): Inclui residentes que participam ativamente (E1, E2, E5) e não residentes com participação ativa e constante (E6, E11).
- Engajamento Híbrido/Periódico (4 participantes): Participantes que frequentam a ecovila de forma pontual, mas consistente (E3, E7, E12).
- Engajamento Simbólico/Distanciado (4 participantes): Participantes com vínculo afetivo/ideológico, mas baixa participação prática (E4, E8, E9, E10, E13).

### 5.1.2 Capacidades

A trajetória de adesão ao projeto Terra Sublime revelou-se profundamente atravessada por dimensões subjetivas e pelas capacidades individuais que os participantes reconhecem ou desenvolveram ao longo de sua vivência. Em contraste com o discurso meritocrático frequentemente associado a projetos que exigem “prontidão” técnica ou competências prévias, a maioria dos entrevistados (10 dos 13 entrevistados) relatou ter chegado ao projeto com pouca ou nenhuma habilidade prática diretamente relacionada à vida no campo ou à construção de comunidades sustentáveis. O que motivou sua entrada, mais do que um repertório técnico consolidado, foi o desejo de transformação e a abertura ao aprendizado. Esse dado relativiza a ideia de que a preparação é um requisito para se engajar em processos comunitários alternativos. Como expressou E1: Afirma ter vindo ‘crua’, sem habilidades prévias significativas. Plantar era a única atividade com a qual tinha alguma familiaridade.

A percepção de “não saber” não foi, portanto, um obstáculo à adesão, mas, paradoxalmente, um motor de engajamento. Pelo menos cinco participantes compartilharam essa sensação inicial de despojamento técnico, contraposta a um forte desejo de reconexão com a natureza e com modos de vida mais simples. E3, por exemplo, destacou que o que a moveu não foi o domínio de uma técnica, mas “um sonho de viver em harmonia com a natureza”. Esse tipo de motivação simbólica e afetiva aparece de forma reiterada nos relatos, revelando que a decisão de aderir está mais ancorada em valores do que em competências.

Aqueles que mencionaram alguma preparação anterior o fizeram em termos muito

diversos, incluindo cursos livres em agrofloresta, experiências com permacultura, formação acadêmica em sustentabilidade, ou práticas espirituais ligadas à terra. Esses saberes, ainda que variados, aparecem como fontes de segurança subjetiva, e não como garantias de desempenho. E6, E8 e E9 relataram que seus conhecimentos em agroecologia, bioconstrução ou medicina da floresta foram importantes não apenas pela aplicabilidade prática, mas pela validação de suas escolhas de vida.

Também se destaca o fato de que alguns participantes compreenderam sua própria espiritualidade como uma forma de capacidade essencial à adesão. Para esses sujeitos, a relação com o território não é apenas técnica ou ecológica, mas envolve uma dimensão ampliada de consciência, sensibilidade e propósito. E11 afirmou que suas capacidades fundamentais estavam ligadas ao “conhecimento do impacto humano no planeta, espiritualidade e consciência política sobre comunidades regenerativas”, o que aponta para uma noção de competência que inclui valores éticos e visão de mundo.

No que se refere ao processo de desenvolvimento dessas capacidades, a maioria dos entrevistados descreveu trajetórias formativas baseadas na prática, na convivência e no enfrentamento dos desafios cotidianos do viver em comunidade. A ecovila, nesse sentido, é narrada como espaço pedagógico em si mesma — uma escola viva na qual se aprende fazendo. Pelo menos quatro participantes relataram que suas habilidades foram adquiridas no próprio processo de morar, construir, plantar e conviver. A repetição de termos como “aprendizado prático”, “desenvolvimento pela vivência” e “autonomia forçada pela necessidade” indica que a prática da vida comunitária rural transforma os sujeitos.

A transição do saber teórico para o fazer prático também foi destacada por participantes que, embora possuíssem alguma formação prévia, só puderam consolidar seus conhecimentos no enfrentamento real das demandas da terra. E2 afirmou que “as capacidades foram desenvolvidas por necessidade e estímulo coletivo, vivenciando uma transição do saber teórico para o fazer prático”, ressaltando o papel da prática cotidiana e da coletividade como elementos formativos.

Além das habilidades técnicas, muitos entrevistados relataram uma transformação emocional e comportamental como parte essencial do processo. Três participantes descreveram que, ao longo do tempo, passaram a cultivar valores como desapego, simplicidade, escuta e empatia, elementos vistos como indispensáveis para a vida em grupo. E3 compartilhou que desenvolveu uma nova mentalidade voltada para o “desapego do estilo de vida urbano”,

compreendendo que o modo de vida comunitário exige não apenas saber fazer, mas saber conviver.

Outro aspecto que emerge com força é a dimensão coletiva do aprendizado. Vários entrevistados apontaram que suas capacidades se desenvolveram em rede, por meio da troca com outros moradores e com a comunidade ampliada. Esse aprendizado compartilhado ocorre tanto em mutirões e reuniões quanto em conversas informais e observação de práticas alheias. A vivência comunitária, nesses relatos, aparece como um ambiente fértil para o crescimento pessoal, onde a aprendizagem se dá em diálogo e não de forma individualizada.

Em alguns casos, no entanto, os entrevistados mencionaram a ausência de processos mais sistematizados de formação dentro do próprio projeto. Dois participantes afirmaram que, após o momento inicial de acolhimento e orientação, sentiram falta de um acompanhamento mais estruturado que estimulasse o desenvolvimento continuado de capacidades. Para E5, “houve uma vivência inicial com orientação, mas depois senti falta de continuidade e aprofundamento das capacitações”, o que sugere que o projeto, mesmo reconhecido como espaço de aprendizado, ainda carece de mecanismos formais de fortalecimento de competências.

Sobre o apoio e as orientações recebidas no momento da adesão, os relatos apontam para uma multiplicidade de fontes, combinando experiências pessoais, vínculos familiares e acolhimento coletivo. Cinco participantes relataram que receberam apoio direto do idealizador do projeto, que transmitiu segurança, clareza e incentivo. Esse papel de liderança inspiradora foi citado como fundamental para gerar confiança nos primeiros passos e nas decisões de compra e envolvimento. E9, por exemplo, afirmou que, embora não tenha recebido orientação formal, “se sentiu acolhida pelo idealizador, que transmitia segurança e clareza de propósito”.

Outros participantes destacaram o papel da rede de amigos, familiares e membros da comunidade, que atuaram como fontes de apoio emocional, prático e até espiritual. A ideia de que o pertencimento é mediado por laços de cuidado e partilha aparece com força nesses relatos. E2 mencionou que recebeu apoio “tanto de pessoas próximas, como sua irmã e amigos, quanto da comunidade e até por orientação espiritual, como o tarô”, ilustrando a complexidade e a riqueza de sentidos mobilizados no processo de adesão.

Em contrapartida, alguns entrevistados não receberam qualquer orientação formal, construindo seu processo de adesão de forma autônoma, com base apenas em informações disponíveis e em sua própria convicção. Três participantes afirmaram que a leitura do projeto e a confiança nos próprios critérios foram suficientes para decidir. E3 sintetiza essa postura ao afirmar:

“A decisão foi baseada apenas na leitura do projeto e na vontade de viver em um ambiente mais sustentável e integrado à natureza”. Essa autonomia revela um perfil de aderente mais autogerido, que valoriza a liberdade de escolha e a clareza da proposta.

Entre os entrevistados que vieram de contextos institucionais ou de redes maiores de sustentabilidade, o apoio recebido extrapola o espaço da ecovila. Dois participantes relataram que receberam estímulo e formação a partir de organizações como Ashoka, Artemisia, ou coletivos ligados à permacultura e ao impacto social. Essas conexões indicam que a Terra Sublime também se insere num ecossistema mais amplo de inovação social, sendo ponto de chegada para sujeitos que já circulam em redes de transformação.

A análise das entrevistas também revela a coexistência de dois paradigmas de capacidade. De um lado, há o paradigma técnico-operacional, centrado em habilidades como plantar, construir, conviver, organizar. De outro, emerge o paradigma ético-afetivo, no qual capacidades como empatia, escuta, abertura ao outro e conexão espiritual são vistas como igualmente importantes. O projeto Terra Sublime, ao se estruturar como comunidade intencional, exige dos participantes uma conjugação desses dois paradigmas, tensionando os limites tradicionais da formação para a vida coletiva.

Mesmo aqueles que não possuíam habilidades específicas anteriores, ou que vieram de contextos urbanos e desconectados da prática rural, demonstraram forte disposição para aprender e se adaptar. Essa disposição subjetiva, frequentemente relatada pelos entrevistados, se alinha ao que Michie et al. (2011) definem como capacidade psicológica no modelo COM-B, ou seja, não apenas habilidades técnicas ou conhecimentos prévios, mas também aspectos como motivação reflexiva, abertura à experiência, flexibilidade cognitiva e habilidade de convivência. A disposição para aprender, aliás, foi mencionada por diversos participantes como a principal “habilidade” necessária para participar da comunidade. Embora o projeto não exija pré-requisitos formais, foi possível identificar características compartilhadas entre os cotistas, como o desejo de reconexão com a natureza, a valorização de modos de vida sustentáveis e o interesse por vivências coletivas com propósito ético e espiritual. Tais elementos sugerem uma base comum de capacidades psicológicas e relacionais, que, mesmo expressas de forma diversa, contribuíram para o engajamento inicial e para a permanência dos indivíduos no projeto. A comunidade intencional Terra Sublime se configura, portanto, como um espaço de acolhimento de trajetórias plurais, mas também de potencialização de capacidades latentes, na medida em que oferece um ambiente

propício ao desenvolvimento prático, relacional e simbólico — dimensões centrais para o comportamento regenerativo observado no grupo estudado.

As falas sugerem ainda que, mais do que deter habilidades específicas, a disposição para agir em coerência com os próprios valores foi o que definiu a decisão de adesão. Essa coerência entre valores e prática, entre discurso e ação, aparece como núcleo ético que sustenta a permanência dos participantes, mesmo diante dos desafios. A confiança em si, nos outros e no projeto parece operar como um tipo de capacidade transversal, que legitima e orienta os demais saberes.

Por fim, é possível inferir que a formação de capacidades individuais no contexto da Terra Sublime não se reduz à aquisição de competências técnicas. Ela implica uma mudança de mentalidade, uma ressignificação do modo de viver e se relacionar. A ecovila funciona como catalisadora de processos subjetivos e coletivos que potencializam o aprendizado e o autodesenvolvimento. Assim, o conhecimento, no interior desse projeto, não é um fim em si mesmo, mas um instrumento para uma vida mais alinhada com os ciclos da terra, os ritmos da comunidade e a ética da regeneração.

### 5.1.3 Oportunidades

A presença, ou ausência, de infraestrutura física no momento da adesão ao projeto Terra Sublime aparece como um fator com impactos diversos, dependendo do momento da chegada de cada participante e da sua expectativa em relação à vida comunitária. Embora seja comum a compreensão de que a proposta da ecovila implicaria um certo grau de precariedade inicial, as falas revelam que a infraestrutura desempenhou papéis tanto facilitadores quanto tensionadores da adesão e da permanência.

Entre os entrevistados que aderiram ainda nos primeiros estágios do projeto, é frequente o relato de que a falta de estrutura básica, como estrada de acesso, energia ou saneamento, não foi um impeditivo à decisão. Alguns deles assumiram um risco calculado, motivados mais pelos valores e pela proposta coletiva do que pelas garantias materiais. É o caso de E4, que afirmou: “A compra foi feita antes da existência de qualquer infraestrutura. Não influenciou minha decisão na época”. De forma semelhante, E3 relatou que a existência de uma estrutura mínima foi positiva, mas que, com o tempo, passou a considerar esse aspecto menos determinante para a sua permanência: “Após a experiência vivida, a estrutura deixou de ser central”.

Em contrapartida, outros entrevistados destacaram que a infraestrutura existente foi essencial tanto para a decisão quanto para o vínculo duradouro com o espaço. E2 apontou que “a estrutura pré-existente da comunidade, como a casa coletiva, foi essencial para viabilizar minha permanência”, ressaltando que, embora haja limitações, os serviços básicos desempenham papel estruturante no cotidiano. A fala de E5 segue a mesma direção, ao afirmar que “a infraestrutura da casa coletiva e da casa de apoio foi decisiva para minha mudança”.

A existência de espaços coletivos, como a casa comum e áreas de convivência, é frequentemente citada como elemento de ancoragem no projeto. E6 e E7 mencionam essas estruturas como fatores que influenciaram positivamente sua adesão, associando tais espaços ao sentimento de acolhimento e à possibilidade de uso compartilhado, mesmo em momentos de ausência. Já E8 destacou que “a infraestrutura básica, como água, internet e energia, foi fator decisivo na compra”, mas sinalizou que a estrada de acesso permanece como um problema crônico. Essa crítica é compartilhada por outros participantes, indicando que, apesar dos avanços, ainda há entraves logísticos que impactam a fruição do espaço.

Algumas falas indicam que a infraestrutura também atua como mecanismo simbólico de segurança. E9 declarou que “a infraestrutura deu segurança para deixar o lote parado”, valorizando

a existência de um mínimo de acesso, energia e proteção física. Essa visão contrasta com a experiência de E10, que fez uma avaliação negativa da infraestrutura, afirmando que “esperava receber um espaço minimamente estruturado, o que não se concretizou”. Essa percepção se traduz, hoje, num distanciamento físico e afetivo do projeto, evidenciando o papel central da infraestrutura na manutenção dos vínculos para alguns perfis.

Por outro lado, há quem tenha relativizado a importância da infraestrutura da comunidade, como acesso, fornecimento de água e energia, focando mais na dimensão coletiva e relacional. E1 mencionou que, apesar da precariedade inicial, “a decisão foi baseada em confiança” e que atualmente “a permanência está mais ligada à convivência comunitária do que à infraestrutura”. De forma semelhante, E12 reconheceu que “a infraestrutura básica (energia e água) foi suficiente para viabilizar a adesão”, mas hoje ela não exerce grande influência em sua permanência. E13, por sua vez, ponderou que, embora reconheça os desafios, “acredita na construção coletiva”, o que reforça o caráter processual e comunitário do projeto.

Quando se trata de oportunidades de contribuição com os objetivos do projeto, há uma pluralidade de percepções e formas de envolvimento. A maioria dos participantes reconhece que há caminhos possíveis de colaboração, ainda que em intensidades e formatos distintos. Parte deles participa de forma direta em conselhos, grupos de trabalho ou atividades operacionais. E1 exemplificou esse engajamento ao relatar: “Participo ativamente de conselhos (fiscal e sociocultural) e GTs. Há oportunidades constantes para contribuir, especialmente em atividades comunitárias e de gestão do espaço”.

Outros participantes destacaram sua presença em ações como mutirões, reuniões e projetos com viés ecológico, educativo ou espiritual. E5 afirmou que “existem oportunidades de contribuição, especialmente no campo agroecológico, educativo e espiritual”. Já E8 mencionou sua atuação em projetos de fitoterapia e educação ambiental, reforçando a ideia de que os saberes específicos de cada indivíduo podem ser mobilizados em benefício coletivo. Essa perspectiva é compartilhada por E13, que vê nas “ações coletivas, oficinas e trocas de saberes” uma via de participação ativa.

E2 também percebe possibilidades de atuação, especialmente na organização das tarefas comuns, destacando que há um esforço de distribuição conforme o grau de dificuldade e a disponibilidade dos membros. E6, por sua vez, relatou sua atuação na associação e em tarefas administrativas, revelando que a contribuição nem sempre é física, mas pode se dar no campo da

gestão. De modo semelhante, E11 associou sua contribuição ao cuidado com a terra: “Contribuo com os objetivos regenerativos ao plantar árvores e manter minha bolinha em processo de recuperação ambiental”.

Há ainda aqueles que reconhecem as oportunidades existentes, mas admitem não conseguir se engajar no momento, seja por limitações de tempo, prioridades pessoais ou distanciamento geográfico. E7, por exemplo, afirmou que “reconhece muitas oportunidades de contribuição, mas admite não conseguir se engajar por falta de tempo”. Já E10 declarou que “não enxerga atualmente oportunidades viáveis de contribuição”, considerando que sua participação poderia se limitar apenas ao apoio financeiro. Essas falas revelam que o pertencimento simbólico ao projeto nem sempre se traduz em participação prática, o que demanda atenção da governança comunitária quanto aos diferentes níveis de engajamento.

Um ponto singular aparece na fala de E3, que problematiza a dinâmica intergeracional como obstáculo à contribuição. Segundo ela, a convivência com membros mais jovens tem sido difícil, pois “não valorizam suficientemente a experiência dos mais velhos”. Essa percepção, embora isolada, aponta para um potencial conflito geracional que pode impactar a circulação de saberes e a coesão do grupo. É um dado importante para pensar estratégias de valorização da diversidade de perfis dentro do projeto.

E4, que não reside no local, afirmou que a infraestrutura “não influencia sua permanência”, mas que “a presença física de seus móveis na casa coletiva aumentou seu vínculo afetivo com a terra”. Esse relato indica que há elementos simbólicos de pertencimento que extrapolam a participação direta, e que se materializam em gestos, objetos e formas de ocupação do espaço.

Por fim, alguns participantes expressaram confiança na governança coletiva como espaço fértil para contribuir e cocriar soluções. E12 ressaltou o valor da “governança aberta, projetos criativos e arranjos coletivos”, compreendendo esses elementos como catalisadores da participação. Já E9 destacou as oportunidades ligadas à produção local com base agroecológica, o que revela uma sintonia entre os desejos individuais e os objetivos mais amplos do projeto.

A Tabela 7 apresenta uma síntese dos principais pontos de convergência identificados nas entrevistas com os participantes do projeto Terra Sublime. Ela evidencia os temas mais recorrentes relacionados à infraestrutura e às oportunidades de contribuição, com destaque para as percepções compartilhadas por três ou mais entrevistados. A sistematização desses dados permite observar padrões relevantes sobre os fatores que influenciaram a adesão e a permanência no projeto, bem

como as formas de engajamento e as barreiras percebidas pelos próprios membros da comunidade.

**Tabela 7.**

*Pontos em comuns destacados pelos entrevistados*

<b>Pontos de convergência</b>	<b>Frequência observada</b>
Existem oportunidades diversas de contribuição prática e coletiva	E1, E2, E5, E6, E8, E12, E13
Infraestrutura como fator decisivo para adesão (casa coletiva, energia, água)	E2, E5, E6, E7, E8
Infraestrutura importante para segurança e permanência simbólica	E8, E9, E12, E13
Infraestrutura atual é secundária frente à convivência/comunidade	E1, E3, E12, E13
Infraestrutura precária não impediu adesão inicial	E1, E3, E4, E13
Reconhecimento de oportunidades, mas sem engajamento por falta de tempo	E7, E9, E10

Fonte: Autora (2025)

A leitura da tabela revela que a infraestrutura física teve papel ambivalente no processo de envolvimento dos participantes: para alguns, foi decisiva na adesão; para outros, sua ausência não foi um impeditivo. Além disso, observa-se que a dimensão simbólica da permanência, ancorada em vínculos afetivos e na convivência comunitária, tende a relativizar a centralidade da estrutura material ao longo do tempo. Essa constatação reforça o entendimento de que, conforme proposto por Michie et al. (2011), a oportunidade não se limita ao acesso físico, mas inclui também fatores sociais, culturais e relacionais, que tornam possível ou reforçam determinado comportamento. Em relação às oportunidades de contribuição, a maioria dos entrevistados reconhece a existência de múltiplas possibilidades de atuação prática e coletiva, embora parte deles aponte dificuldades de engajamento efetivo devido à limitação de tempo ou prioridades pessoais, além da distância geográfica ou ausência de articulações institucionais que incentivem a continuidade das ações. Esses achados demonstram que a oportunidade, no modelo COM-B, é uma dimensão complexa e situada, que se manifesta tanto na infraestrutura concreta quanto nas dinâmicas coletivas de reconhecimento, acolhimento e incentivo à participação.

#### 5.1.4 Motivações

As motivações para a adesão ao projeto Terra Sublime revelam um conjunto de valores existenciais profundamente ligados à busca por uma vida mais coerente, sustentável e integrada com a natureza. Em grande parte dos relatos, a aquisição de uma cota no projeto não foi compreendida como um investimento imobiliário, mas como uma decisão de vida — um gesto

político, ético e afetivo em direção a um novo modo de habitar o mundo para 12 dos 13 entrevistados. Essa motivação, embora assuma diferentes matizes entre os participantes, carrega um eixo comum: a vontade de se afastar dos padrões urbanos e reconectar-se com uma existência mais essencial e comunitária.

A natureza aparece, de forma recorrente, como o primeiro e mais imediato vetor de sentido. Em pelo menos oito dos relatos, o contato com a paisagem, o bioma cerrado e a possibilidade de viver próximos à terra foram identificados como elementos decisivos na adesão ao projeto. A beleza natural do local, assim como o simbolismo de preservação e regeneração, funcionou como uma espécie de “chamado”, um impulso subjetivo de retorno ao essencial. Como declarou E1: “A principal motivação foi o contato com a natureza. Esta se mantém, mas foi complementada pela valorização das relações comunitárias e impactos coletivos”.

Esse encantamento inicial com a terra não se deu, porém, em dissociação das dinâmicas humanas. A coletividade e os ideais compartilhados foram igualmente centrais para parte dos entrevistados, que enxergaram no Terra Sublime a possibilidade de constituir redes de apoio, troca e convivência. Pelo menos cinco participantes apontaram que o desejo de viver com outras pessoas, em bases mais colaborativas e solidárias, influenciou diretamente sua decisão. Como relatou E5: “Foi motivada pelo desejo de viver integrada à natureza com outras pessoas. A coletividade e o ideal ecológico foram centrais”.

Há também uma camada mais subjetiva e espiritual nas motivações, que aparece em diferentes graus entre os entrevistados. Três deles relataram ter sentido que a adesão ao projeto respondia a um chamado interno ou emocional, como forma de alinhar sua trajetória de vida com um propósito maior. E7 afirmou que sua motivação “foi emocional: desejo de contribuir com a natureza e fazer parte de algo maior e sustentável”, o que revela uma motivação que transcende o plano material ou prático.

Outros participantes articularam sua motivação com projetos familiares ou pessoais de longo prazo. Dois entrevistados, por exemplo, relataram que viram na ecovila uma oportunidade de oferecer aos filhos uma infância mais saudável, próxima à natureza e distante das tensões urbanas. Como expressou E2: “O desejo era buscar uma vida mais simples, conectada com a terra e distante do estresse urbano, pensando também nos filhos”. Esse tipo de motivação amplia o horizonte da decisão para além da esfera individual, incorporando preocupações geracionais.

Alguns entrevistados demonstraram uma motivação mais estratégica ou pragmática,

associada à percepção de que o sistema socioeconômico vigente estaria em colapso ou esgotamento. Nesses casos, a ecovila surge como espaço de preparação ou de transição. Como relatou E12: “Foi motivado pela percepção de colapso iminente do sistema socioeconômico. A ecovila é vista como alternativa de transição”. Esse olhar crítico sobre a sociedade contemporânea opera como catalisador de escolhas que mesclam precaução e utopia.

Há ainda quem tenha associado sua decisão a aspectos mais concretos da proposta, como a existência de uma terra ampla, rica em recursos naturais e com estrutura inicial já organizada. Essa foi a motivação central de E6, que valorizou “a oportunidade de viver em uma terra grande, com recursos naturais e estrutura inicial bem planejada”. Embora menos frequente, esse tipo de motivação pragmática demonstra que a materialidade do espaço pode também ser elemento de atração.

O impacto socioambiental aparece de forma transversal como motivador — em alguns casos, desde o início; em outros, como elemento que foi se tornando mais relevante com o tempo. Em pelo menos sete entrevistas, o compromisso com a regeneração ambiental, o cuidado com o cerrado e a sustentabilidade de práticas cotidianas foram apontados como pilares da adesão ou da permanência no projeto. Esses relatos expressam um deslocamento da percepção individual para a consciência do impacto coletivo.

Alguns participantes destacaram a importância da coerência entre discurso e prática como critério para a adesão. Para esses sujeitos, o valor do projeto residia justamente na possibilidade de alinhar seus valores éticos e ecológicos com um modo de vida mais concreto. E2, por exemplo, afirmou: “Apesar das incoerências do consumo moderno, busco coerência entre meus valores e práticas cotidianas na comunidade”, demonstrando a tensão constante entre o ideal e a prática, mas também a relevância do esforço em direção à congruência.

Em outros relatos, o impacto ambiental foi referido como um elemento que ganhou importância com o tempo, à medida que os sujeitos passaram a se engajar nas práticas de cuidado e regeneração. Três participantes relataram que, embora não tenha sido o motivo principal da adesão, a vivência no local despertou uma consciência ecológica mais profunda. E1 sintetiza bem essa transição: “O impacto socioambiental não foi decisivo na adesão, mas se tornou central para a permanência”.

Em contrapartida, há quem tenha mantido estáveis suas motivações desde o início, reafirmando os mesmos princípios que os levaram a integrar o projeto. E4 declarou que “as

motivações não mudaram. Ainda deseja viver de forma integrada com a natureza e valoriza profundamente os princípios do projeto”. Esse relato revela que, para certos participantes, o Terra Sublime cumpriu com êxito as expectativas projetadas, mantendo a força simbólica do início.

Ainda que a maioria tenha reconhecido a importância do impacto socioambiental, nem todos o colocaram como motivação principal. Em alguns relatos, o fator ambiental aparece mais como consequência desejável de uma decisão ancorada em dimensões afetivas, familiares ou espirituais. E10, por exemplo, afirmou: “Não considero o impacto socioambiental o fator principal, mas entendo que minhas ações individuais têm reflexos coletivos positivos”. Essa posição evidencia uma adesão ética que, embora não estratégica, se afirma na prática.

Por outro lado, há entrevistados que colocam o impacto ambiental no centro da motivação, inclusive como elemento gerador de orgulho pessoal. E13 afirmou de forma enfática: “O impacto socioambiental foi decisivo. Participar da regeneração do território é motivo de orgulho e sentido”, mostrando como a concretização de ações regenerativas funciona como validação simbólica da escolha feita.

As falas também indicam que a experiência de regeneração e cuidado ambiental gera sentimentos de pertencimento e realização. Dois entrevistados relataram a emoção de ver, ao longo do tempo, a transformação da terra em floresta, com o retorno da biodiversidade e a criação de espaços produtivos sustentáveis. E11 expressou: “A regeneração da fazenda e a criação de floresta são realizações tangíveis e motivadoras”.

Há também vozes que, embora apoiem a proposta regenerativa, expressam dúvidas sobre a real efetividade do projeto. E7, por exemplo, mencionou que, embora tenha sido motivada pela proposta ecológica, hoje se questiona “sobre o quão sustentável o projeto realmente é”. Esse tipo de avaliação crítica aponta para a importância de manter coerência e transparência entre discurso e prática para sustentar a motivação coletiva.

A análise permite perceber que as motivações para aderir à Terra Sublime não são unidimensionais, mas resultam de uma interseção entre desejos pessoais, contextos sociais e expectativas de futuro. A decisão de integrar a ecovila articula afetos, ética, pragmatismo e utopia — uma convergência rara, mas necessária, em tempos de crise ambiental e social.

Com base nos depoimentos, é possível identificar três grandes matrizes motivacionais: (1) o desejo de reconexão com a natureza e com modos de vida mais simples; (2) a vontade de construir ou participar de um coletivo com valores compartilhados; e (3) a busca por coerência

entre princípios e práticas, especialmente no que diz respeito ao impacto socioambiental.

Essas matrizes, contudo, não são excludentes. A maioria dos participantes expressa motivações múltiplas e em camadas, revelando que a decisão de aderir ao projeto está longe de ser utilitária ou baseada em uma única razão. Ao contrário, trata-se de um gesto de complexidade subjetiva, no qual valores éticos, estéticos, emocionais e espirituais se entrelaçam.

Além disso, as motivações não são estáticas. O processo de envolvimento com a comunidade e com a terra reconfigura sentidos e prioridades ao longo do tempo. Alguns entrevistados relataram que aspectos inicialmente periféricos ganharam centralidade após a experiência vivida. Outros mantiveram suas motivações inalteradas, mas passaram a perceber sua concretude de forma mais ampla.

A constatação mais relevante, no entanto, é que o projeto Terra Sublime opera como espelho e laboratório de transformação para seus membros. A decisão de adquirir uma cota, mais do que um ato de compra, representa um compromisso com uma mudança de paradigma, ainda que parcial, em relação às formas contemporâneas de morar, produzir e conviver.

Com o objetivo de sistematizar os principais achados relacionados às dimensões de capacidade, oportunidade e motivação observadas nos relatos dos participantes, apresenta-se a seguir um quadro-resumo com base no modelo COM-B. Essa síntese permite visualizar, de forma integrada, os fatores que influenciaram o comportamento de adesão e permanência na comunidade intencional Terra Sublime, evidenciando padrões e especificidades entre os entrevistados.

**Tabela 8.**

*Quadro resumo fatores de influência baseado no COM-B*

<b>Entrevistado</b>	<b>Capacidades (C)</b>	<b>Oportunidades (O)</b>	<b>Motivações (M)</b>
E1	Sem habilidades técnicas prévias; disposição para aprender	Participação em conselhos; engajamento em mutirões	Contato com a natureza; busca por vida comunitária
E2	Espiritualidade, escuta e adaptação prática	Acolhimento inicial; uso da casa coletiva	Projeto familiar; coerência entre valores e vida
E3	Desapego e resiliência emocional	Baixa estrutura inicial, mas vínculo forte	Realização de sonho antigo; estilo de vida ecológico
E4	Experiência prévia em agroecologia	Baixa presença física, mas vínculo simbólico	Valorização da natureza e do silêncio
E5	Formação em educação; habilidades de convivência	Atuação em projetos agroecológicos e coletivos	Vida comunitária e ecológica integrada
E6	Conhecimentos em sustentabilidade	Acesso à terra e envolvimento com tarefas	Oportunidade concreta de transição de vida
E7	Forte motivação emocional; consciência ambiental	Limitações de tempo para engajamento pleno	Contribuir com algo maior; vida sustentável
E8	Experiência em fitoterapia e ecologia	Iniciativas próprias; dificuldade com logística	Regeneração do território; legado ambiental

Entrevistado	Capacidades (C)	Oportunidades (O)	Motivações (M)
E9	Engenheira com visão sistêmica	Participação pontual; pouco envolvimento prático	Interesse pelo ideal, mas com barreiras de tempo
E10	Capacidade técnica, mas sem engajamento prático	Estrutura física foi limitante	Desilusão com expectativas não cumpridas
E11	Consciência política e ecológica; espiritualidade	Participação em plantios e eventos	Regenerar a terra; coerência ética
E12	Formação docente; reflexividade	Apoio à governança; participação simbólica	Preparação para futuro sustentável
E13	Arquitetura ecológica; valores regenerativos	Participa de ações coletivas e eventos	Sentido de missão; orgulho de impacto ambiental

Fonte: Autora (2025)

### 5.1.5 Barreiras à Participação

A análise das respostas fornecidas pelos participantes do projeto Terra Sublime revela um conjunto complexo e multifacetado de desafios enfrentados tanto na etapa de adesão quanto na permanência e participação ativa no coletivo. Essas dificuldades, que envolvem dimensões individuais, sociais e estruturais, revelam os limites e as contradições que atravessam os processos de construção de comunidades regenerativas. Mesmo compartilhando valores comuns, os sujeitos demonstram que o engajamento prático e continuado com a proposta requer enfrentamentos concretos de ordem material, psíquica, relacional e institucional.

No que se refere à etapa de aquisição da cota, é possível identificar três grupos distintos de percepção. Um primeiro grupo, formado por entrevistados que já possuíam repertório teórico ou segurança nas decisões de vida, relata não ter enfrentado barreiras significativas no momento da adesão. Esses sujeitos apresentaram maior autonomia e clareza sobre os seus objetivos, como foi o caso de E4, E11 e E13, que afirmaram que a adesão foi tranquila, motivada por sua trajetória prévia e convicções pessoais. E11 afirmou que “a decisão foi fundamentada em sua formação e leitura crítica da realidade”, o que demonstra segurança e autonomia no processo.

Um segundo grupo relata dificuldades pontuais relacionadas à estrutura do projeto ou à própria organização pessoal. Entre esses, o principal obstáculo foi a burocracia envolvida no processo de formalização, especialmente quando aliada a desafios logísticos e à estrutura ainda rústica da ecovila. E8, por exemplo, destacou que “as dificuldades iniciais estiveram ligadas à burocracia, logística e estrutura rústica, além da adaptação do estilo de vida urbano”, sinalizando um processo de transição que exigiu reorganização pessoal e prática.

O terceiro grupo refere-se aos entrevistados que enfrentaram desafios de outra natureza — sejam emocionais, financeiros ou ligados à confiança no grupo gestor. E5, por exemplo, relatou

que sua maior dificuldade foi “confiar na estrutura de gestão e na proposta coletiva em meio a promessas não cumpridas”, o que aponta para uma tensão entre a expectativa individual e a execução coletiva. Já E7 indicou que o maior obstáculo foi de ordem econômica, tendo precisado recorrer a empréstimos para adquirir sua cota: “O maior desafio foi financeiro, demandando esforço e empréstimos para conseguir adquirir a bolinha”.

Mesmo entre aqueles que relatam ter tido uma adesão fluida, há a consciência de que os desafios não terminam com a aquisição da cota. A convivência cotidiana, os conflitos grupais e as limitações práticas do território aparecem com mais força após a entrada no projeto. E3 exemplifica essa transição ao relatar que, embora não tenha enfrentado dificuldades iniciais, “só mais tarde percebeu os conflitos e limitações, especialmente relacionados à convivência com o coletivo”. Esse dado reforça que a adesão racional não é suficiente para garantir o enraizamento efetivo no projeto.

Em relação às barreiras atuais para participação plena, o tempo aparece como o fator mais recorrente. Pelo menos seis entrevistados — entre eles E6, E7, E9, E10, E13 e E2 — apontaram que a falta de disponibilidade e o acúmulo de responsabilidades pessoais comprometem sua capacidade de engajamento. E6 sintetizou: “A principal barreira é o tempo e o acúmulo de responsabilidades pessoais, o que dificulta o envolvimento ativo”. Essa limitação revela que, mesmo com boa vontade e afinidade com o projeto, o cotidiano urbano e as exigências do mundo do trabalho impactam diretamente a intensidade de participação.

Outros entrevistados trouxeram barreiras físicas e materiais como elementos que dificultam a presença mais constante. E1 mencionou a presença de limitações geográficas do terreno, como “morro e grotas”, além da ausência de apoio constante como fatores que demandam resiliência. Já E10 reforçou a importância da infraestrutura básica ao afirmar que “a distância e a falta de estrutura básica inviabilizam a participação”, chamando atenção para os entraves de acesso e manutenção do vínculo territorial.

Há ainda os casos em que as barreiras são de natureza subjetiva ou emocional. E2 apontou uma crise de saúde mental como fator de afastamento, mas ressaltou que encontrou na atividade braçal uma forma de reconexão e terapia. Essa fala revela que a comunidade pode funcionar como espaço de cuidado, mesmo diante das fragilidades individuais. Já E3 trouxe uma perspectiva relacional, ao considerar a convivência intergeracional como barreira: “A principal barreira social à minha participação ativa é a convivência intergeracional conflituosa”. Essa observação singular

reforça a necessidade de processos pedagógicos internos para mediação de conflitos e escuta entre diferentes gerações.

Alguns entrevistados não identificam barreiras significativas no momento, mas reconhecem que futuras tensões poderiam surgir caso houvesse desalinhamento político ou mudanças nos objetivos do projeto. E11 expressou essa percepção ao afirmar que “a maior limitação possível seria desalinhamento político ou de objetivos no futuro”. Essa fala revela a consciência de que a sustentabilidade da comunidade não depende apenas de fatores objetivos, mas também de uma governança coerente e dialógica.

No campo dos desafios regenerativos, a análise revela um amplo consenso quanto à dificuldade de ampliar as práticas ambientais e de expandir o número de cotistas sem comprometer os princípios do projeto. Entre os entrevistados que se manifestaram sobre o tema, a preocupação central é com a coerência entre crescimento e valores. E1 apontou que “a dificuldade de expansão orgânica, aliada à necessidade de alinhamento de valores, exige uma seleção informal de cotistas para evitar conflitos ideológicos”. Essa fala é corroborada por E3, que alerta para o risco de “reproduzir a lógica urbana no campo”, quando novos membros chegam com expectativas desalinhadas ao projeto.

Alguns participantes mencionam que os obstáculos à expansão das práticas ambientais estão relacionados à sobrecarga de tarefas, à limitação de recursos e à falta de organização interna. E2 relatou que “com tempo e organização será possível avançar nas práticas regenerativas”, enquanto E4 indicou que “a falta de apoio e de recursos são barreiras” e sugeriu mais incentivos externos, inclusive governamentais. Essas contribuições apontam para a necessidade de articulação entre o interno (autogestão e coesão) e o externo (parcerias e recursos) para garantir sustentabilidade.

A questão do cuidado com o território foi também reiterada como demanda latente. Entrevistados como E5, E6 e E7 expressaram expectativas relacionadas ao fortalecimento da governança e à preservação ambiental. E6 afirmou esperar “ampliar a gestão da água e fortalecer a preservação local”, enquanto E7 sugeriu que “a comunidade cuide melhor das áreas comuns como a lagoa”. Essas falas revelam o desejo por práticas regenerativas mais organizadas, mas também denunciam lacunas no cuidado coletivo com o espaço comum.

A dimensão emocional da permanência também foi destacada em termos de desafios. E8, por exemplo, relatou que sua principal dificuldade hoje é manter conexão prática com o projeto

devido à mudança de cidade e à escassez de tempo. A mesma dificuldade foi mencionada por E9, que identifica a distância como fator que “reduz sua participação plena, embora não represente exclusão social”. Essas falas demonstram que o sentimento de pertencimento pode permanecer, mesmo quando a participação prática é limitada.

Outros entrevistados abordaram a questão da expectativa frustrada em relação ao crescimento da ecovila. E10 mencionou que “gostaria que o projeto tivesse crescido conforme o prometido”, o que revela uma desconexão entre o plano idealizado e a realidade atual. Essa frustração pode impactar a motivação e o engajamento futuro, sendo necessário criar espaços de escuta e reelaboração coletiva das metas.

Entre os que mantêm esperança e visão positiva, há falas que reiteram o potencial da Terra Sublime como modelo regenerativo. E12 afirmou que “espera que o projeto avance como exemplo de permacultura e sustentabilidade econômica, mantendo a leveza e a alegria no processo”. De forma semelhante, E13 expressou o desejo de que a comunidade “siga sendo referência em regeneração e qualidade de vida integrada ao território”. Essas expectativas, embora otimistas, também revelam a necessidade de consolidar conquistas e alinhar práticas com os princípios regenerativos anunciados.

**Tabela 9.**

*Barreiras relatadas pelos entrevistados*

<b>Barreiras Identificadas</b>	<b>Entrevistados</b>
Falta de tempo e acúmulo de responsabilidades pessoais	E2, E6, E7, E9, E10, E13
Distância geográfica e dificuldades de acesso à terra	E1, E8, E9, E10
Infraestrutura básica limitada (estrada, água, energia)	E1, E4, E8, E10
Conflitos ou desalinhamento com o coletivo (intergeracional ou ideológico)	E3, E5, E11
Falta de organização interna para práticas regenerativas	E2, E5, E6
Não identifica barreiras significativas atualmente	E4, E11, E13
Dificuldades financeiras para aquisição ou manutenção da cota	E5, E7
Desilusão com promessas não cumpridas do projeto	E5, E10
Burocracia no processo de adesão	E2, E8
Falta de apoio institucional ou incentivo externo	E4, E10
Desafios emocionais ou de saúde mental	E2
Sobreposição entre expectativas urbanas e realidade rural	E3

Fonte: Autora (2025)

### 5.1.6 Percepção de Impacto

As discussões em torno da visibilidade da Comunidade Terra Sublime revelam tensões entre o desejo de preservar os princípios fundantes da ecovila e a necessidade de fortalecer sua estrutura por meio da chegada de novos cotistas. Para parte expressiva dos entrevistados, a visibilidade não é apenas uma questão de marketing ou comunicação, mas um reflexo direto da maturidade do projeto, de sua infraestrutura física e de sua organização interna.

Um grupo significativo de entrevistados associa a baixa visibilidade do projeto à precariedade de sua infraestrutura básica. E1, E6, E7, E8, E10 e E13 destacam que o acesso por estradas em más condições, a ausência de sinalização e de serviços básicos, como energia estável ou segurança, tornam o projeto pouco atrativo para potenciais interessados. Para eles, não se trata apenas de divulgar o projeto, mas de torná-lo minimamente viável para acolher novos moradores com segurança e dignidade.

Outro grupo, porém, coloca ênfase na comunicação como eixo estruturante da visibilidade. E2, E9, E11 e E12 argumentam que a criação de canais digitais consistentes, como um site, perfis ativos em redes sociais e materiais informativos bem-produtos, seria essencial para apresentar a proposta da Terra Sublime de forma clara e engajadora. Para E11, é fundamental “ampliar a formação da opinião pública” e demonstrar que ecovilas são viáveis e replicáveis, quebrando estigmas associados a esses modos de vida.

Há ainda uma posição mais crítica representada por E3, que defende que, mais do que atrair novos interessados, é preciso garantir que os que chegam compartilhem os princípios do projeto. Segundo ela, “é necessário um processo mais criterioso e consciente na formação do grupo comunitário”, de modo a evitar conflitos e desalinhamentos que possam comprometer a harmonia coletiva.

Essa tensão entre expansão e preservação reflete um desafio típico das comunidades intencionais: como crescer sem descaracterizar a proposta original. Enquanto alguns temem a elitização ou o esvaziamento ideológico, outros apontam que sem melhorias estruturais e uma comunicação mais aberta, a sustentabilidade do projeto pode ficar comprometida.

Ao longo do tempo, as motivações que levaram os entrevistados a aderirem ao projeto passaram por transformações importantes. Para E1, E2, E5, E8, E10 e E11, a vivência prática dentro da ecovila trouxe uma ampliação de consciência e uma revisão das expectativas iniciais. E2 comentou que hoje compreende melhor “o seu papel na comunidade”, sentindo-se mais

corresponsável pelos rumos coletivos.

Essas mudanças nem sempre foram suaves. E10 relatou frustração com aspectos da infraestrutura e perdas pessoais que abalaram sua motivação inicial. Mesmo assim, relata que conseguiu ressignificar seu vínculo com o projeto, buscando valorizar os aprendizados acumulados. Já E11 relatou que no início cogitou desistir, mas “hoje valoriza o aprendizado com os erros e deseja concluir o ciclo”.

Em contraponto, E3, E4, E6, E7, E9, E12 e E13 afirmam que suas motivações se mantiveram relativamente estáveis, embora hoje estejam mais conscientes dos limites práticos. E4, por exemplo, reforçou que sua motivação central continua sendo “o silêncio, a natureza e a beleza do lugar”. Essa estabilidade revela que o alinhamento entre valores pessoais e o propósito do projeto é um fator de sustentação mesmo diante de adversidades.

No plano coletivo, os fatores que mantêm os participantes motivados com os objetivos regenerativos são múltiplos. Para a maioria dos entrevistados, os vínculos afetivos construídos na convivência, o contato cotidiano com a natureza e a percepção de resultados tangíveis das práticas sustentáveis são os principais sustentáculos da motivação coletiva.

E1, E2, E5, E6, E7, E8, E11, E12 e E13 apontam que ações como mutirões, celebrações, reuniões e atividades de manejo funcionam como catalisadores do pertencimento. Para E2, ver os resultados concretos das ações regenerativas “inspira a continuidade do esforço coletivo”. Já E6 valoriza “a convivência com a natureza e o envolvimento com práticas comunitárias” como dimensões que fortalecem o engajamento.

Ainda assim, surgem vozes críticas. E3 e E12 alertam que a diversidade de perfis e de expectativas entre os moradores pode dificultar o alinhamento coletivo. E3, por exemplo, identifica como desafio “a convivência intergeracional conflituosa”, que exige maturidade e escuta para ser superada. Essas observações indicam que o pertencimento à comunidade não é algo dado, mas construído cotidianamente.

A vivência no projeto também influenciou, de forma expressiva, as escolhas de consumo dos entrevistados. Quase todos, com exceção de E4, que já apresentava práticas sustentáveis antes, relataram mudanças significativas, como a redução de compras supérfluas, o aumento da valorização de produtos locais e orgânicos, e o uso de cosméticos naturais e recicláveis.

E1, E2, E3, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12 e E13 destacaram que a experiência com a Terra Sublime aprofundou sua consciência sobre o impacto das decisões de consumo na saúde, no

meio ambiente e na economia local. E2, por exemplo, passou a praticar “simplicidade voluntária” e a fortalecer compras coletivas como estratégia de resistência ao consumo compulsivo.

As práticas sustentáveis, nesse contexto, não são percebidas apenas como formas de cuidado com a natureza, mas também como ferramentas de integração social. E1, E2, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11 e E13 afirmam que ações coletivas como plantios, mutirões, celebrações e assembleias criam oportunidades valiosas para o fortalecimento de vínculos entre os membros.

E2 destacou que até “a bateria coletiva” se tornou um espaço de comunhão e criatividade, enquanto E5 enxerga que a sustentabilidade “fortalece o engajamento entre os moradores”. Essas práticas criam ritmos comuns, promovem empatia e cultivam o senso de corresponsabilidade pelo território.

Contudo, nem todos os entrevistados compartilham essa visão de forma entusiástica. E3 e E12 sinalizam que os conflitos internos, especialmente relacionados à diversidade de valores e níveis de engajamento, podem enfraquecer o efeito integrador dessas ações. Para E12, é preciso haver “mais harmonia nas decisões e fortalecimento da sustentabilidade” para que os rituais comunitários mantenham seu papel coesivo.

No que se refere às expectativas e sugestões de melhorias, os entrevistados apresentaram um amplo leque de propostas. E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E9, E10, E12 e E13 apontaram que a ecovila precisa fortalecer sua estrutura de acolhimento, ampliar a governança participativa, incentivar ações de regeneração territorial e buscar apoio de políticas públicas para evitar elitização.

E10 defendeu, por exemplo, “incentivo legislativo e financeiro para democratizar o acesso à terra”, ressaltando que, sem isso, as ecovilas correm o risco de se tornarem projetos excludentes. Já E1 expressou o desejo de “ampliar sua atuação com mulheres na comunidade”, evidenciando a necessidade de interseccionar pautas ambientais com questões de gênero e inclusão.

Por outro lado, E8 e E11 adotaram uma postura mais reservada, sem apresentar sugestões específicas. Ambos reforçaram a importância de respeitar o tempo orgânico do grupo e a evolução gradual da comunidade, apostando mais na força da prática coletiva do que em reformas estruturais.

Nas considerações finais, os entrevistados fizeram um balanço afetivo e ético da experiência com o projeto. E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E11, E12 e E13 consideram que a vivência trouxe profundas transformações pessoais, despertando uma nova consciência ambiental,

social e política. Para E5, o envolvimento trouxe “maior consciência sobre o tempo necessário para produzir, gerar resíduos e conviver”.

E11, por sua vez, relata que seu vínculo com a Terra Sublime foi formativo: “a experiência me prepara para novos desafios e me transforma positivamente”. Já E13 vê o projeto como uma contribuição importante para a sociedade e defende que ele deve ser multiplicado, adaptado e replicado em outros territórios.

E10, embora reconheça o valor do conceito, expressou frustração com a execução do projeto. Para ela, o ideal é válido, mas exige maior suporte, preparação e transparência para que possa florescer de forma duradoura. Essa voz crítica é fundamental, pois aponta a importância de lidar com as fraturas e limitações dos processos coletivos sem abandonar os sonhos que os originaram.

#### 5.1.7 Categorias emergentes

Durante o processo de análise do material empírico, tornou-se evidente que algumas dimensões emergentes, não previstas nas categorias preliminares da pesquisa, ganharam espessura suficiente para serem tratadas como categorias analíticas próprias. Essas dimensões surgem com força a partir das falas dos entrevistados e revelam aspectos centrais da vivência no projeto Terra Sublime que não se restringem às capacidades, oportunidades, motivações, barreiras à participação e percepção de impacto socioambiental, inicialmente definidas. A abordagem indutiva, orientada metodologicamente por Bardin (2011), permitiu captar essas novas categorias que atravessam os discursos com densidade e coerência interna, revelando zonas de sentido inesperadas, porém essenciais para compreender a experiência na ecovila.

Um primeiro eixo emergente diz respeito ao alinhamento de valores e à busca por coerência ética entre o modo de vida desejado e as práticas cotidianas. Embora essa dimensão se relacione diretamente com o que Michie et al. (2011) definem como motivação reflexiva no modelo COM-B — especialmente no que tange a intenções, valores e identidade —, a recorrência e densidade dessa temática nas falas dos entrevistados justificaram sua tratativa como uma categoria emergente específica, pela forma como estrutura sentidos de pertencimento, permanência e transformação subjetiva no contexto da comunidade intencional. Para muitos entrevistados, o projeto funciona como uma oportunidade concreta de colocar em prática valores que anteriormente eram apenas ideais. A coerência, nesse caso, é performada através de escolhas cotidianas relacionadas ao consumo, à relação com o território e à convivência com os outros. E2 exemplifica esse processo

ao afirmar que “busca coerência entre seus valores e práticas cotidianas na comunidade”, e E12 reforça que o envolvimento com o projeto o levou a “buscar coerência entre suas práticas e valores”. Essa coerência não é estática, mas construída na tensão entre o ideal e a realidade, exigindo ajustes contínuos.

Associada a isso, emerge a categoria de reconfiguração de expectativas. Vários participantes mencionam frustrações com a infraestrutura, os processos coletivos e as promessas iniciais do projeto, o que os levou a revisar suas motivações e a reformular sua relação com a comunidade. Esses relatos podem ser compreendidos, à luz do modelo COM-B, como expressões de barreiras — físicas, sociais ou motivacionais — que dificultam a ação desejada. No entanto, o destaque dessa categoria como emergente se justifica pela ênfase dada pelos entrevistados ao processo de adaptação e ressignificação subjetiva que se seguiu à frustração, revelando não apenas o limite, mas a capacidade de transformar barreiras em ajustes simbólicos e reconexão com o propósito original. E10 é emblemático nesse ponto, ao relatar que “o projeto perdeu o apelo devido à frustração com a infraestrutura e com perdas familiares”, mas mesmo assim mantém uma relação afetiva com a proposta original. E5 também reconhece que o “sonho de vida comunitária intensa deu lugar a um modelo mais realista e respeitoso às diferenças”. Essas falas evidenciam que a permanência no projeto está associada à capacidade de ressignificar o vínculo diante de obstáculos, transformando a motivação inicial em um engajamento mais maduro e situado.

Outra dimensão que aparece com força nos relatos diz respeito à gestão da convivência e aos desafios da vida coletiva. Embora esses aspectos possam ser compreendidos, à luz do modelo COM-B, como barreiras sociais, relacionadas às dinâmicas interpessoais e às normas de funcionamento do grupo, os relatos dos participantes vão além da ideia de limitação. A convivência é apontada por muitos como um ponto central de tensão e aprendizado, onde surgem conflitos, mas também oportunidades de escuta, mediação e reconstrução de vínculos. E3 afirma que “a principal barreira social à minha participação ativa é a convivência intergeracional conflituosa”, enquanto E12 complementa que a diversidade de perfis “dificulta a coesão social e inviabiliza ações coletivas duradouras”. Já E1, ao relatar sua adaptação a uma convivência intensa e não planejada com várias famílias, reconhece: “foi um aprendizado que foi difícil, mas que foi muito rico mesmo, valoroso”. E2 reforça essa vivência ao afirmar: “A gente morou junto na pandemia, tretou, resolveu, tretou, resolveu, tretou, resolveu, mas assim, me sinto numa comunidade dividindo coisas”. Esses relatos evidenciam que a vida comunitária exige a construção de

habilidades relacionais e a disposição para lidar com a diferença. Assim, a categoria emergente “gestão da convivência” não apenas expressa a presença de barreiras sociais, mas aponta para a necessidade contínua de negociação e formação subjetiva no convívio cotidiano.

Nesse contexto, uma categoria que emerge como contraponto é a do reconhecimento e valorização da história comunitária. Alguns entrevistados demonstram preocupação com o apagamento das contribuições daqueles que participaram das fases iniciais do projeto. E9 expressa que é importante “reconhecer as contribuições de quem construiu a base”, enquanto E13 reforça que “a experiência o transforma positivamente”, evidenciando uma vinculação emocional com a história coletiva. Essa valorização é fundamental para a manutenção do pertencimento e para a construção de uma memória comum, especialmente em contextos onde o ciclo dos membros se renova com o tempo.

Ao lado dessas dimensões, a questão da expansão do projeto aparece recorrentemente com ambivalência. Por um lado, há o desejo de fortalecer a comunidade e ampliar o número de cotistas; por outro, há o receio de comprometer a identidade e os princípios da ecovila. E1 observa que “a seleção informal de cotistas evita conflitos ideológicos”, sugerindo que a visibilidade deve ser mediada com critério. Já E3 propõe “um processo mais criterioso e consciente na formação do grupo comunitário”, apontando a expansão não como problema em si, mas como algo que precisa ser cuidadosamente conduzido. Essa tensão entre abertura e preservação revela a necessidade de considerar a mediação da expansão como uma categoria própria, articulada à governança e à identidade do coletivo.

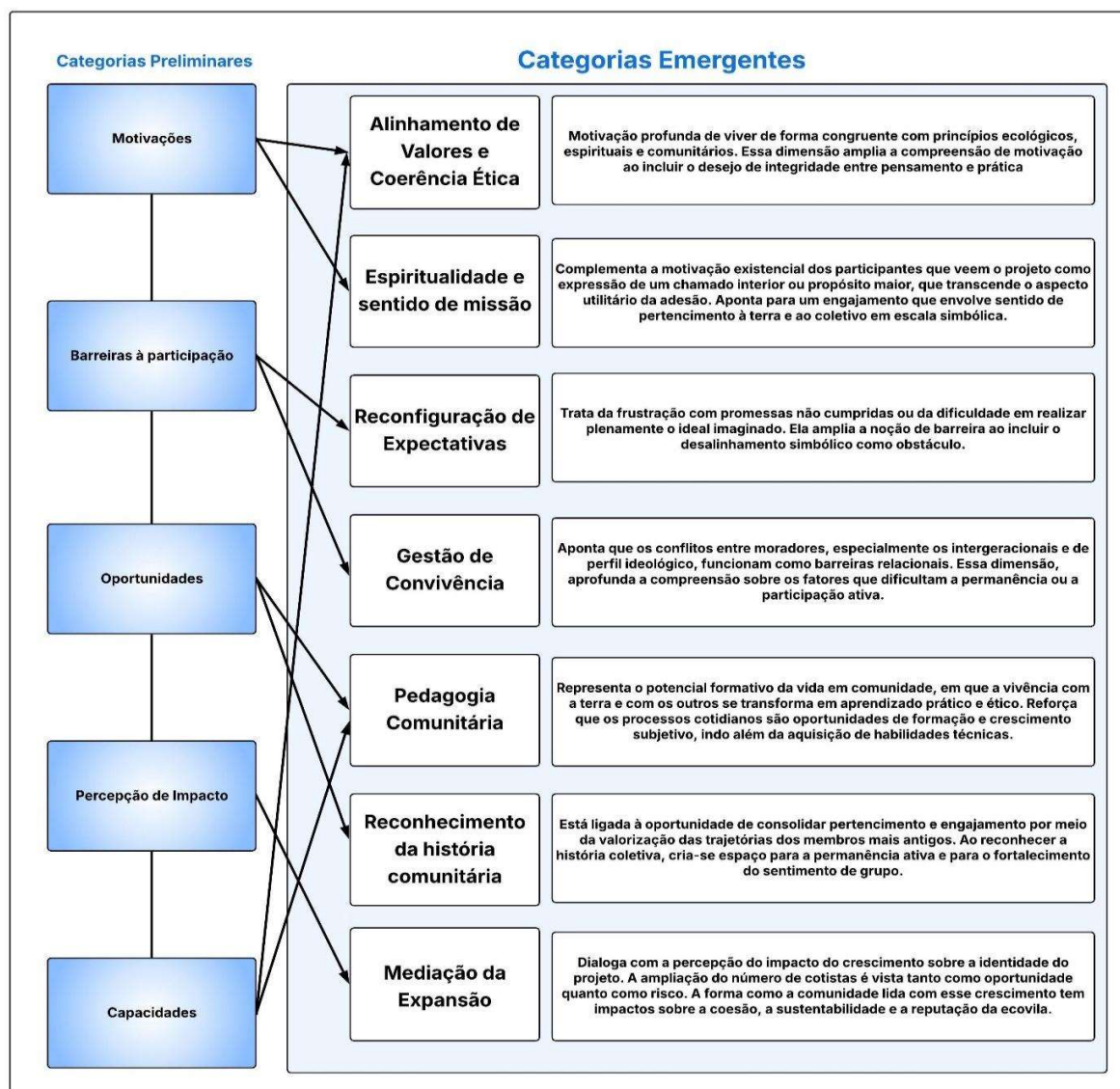
Outro elemento que surge com potência é a espiritualidade como base subjetiva do engajamento. Não se trata de uma religiosidade formal, mas de uma percepção ampliada de sentido e missão em relação ao planeta e ao coletivo. E7 sintetiza essa dimensão ao dizer que foi motivada pelo “desejo de contribuir com a natureza e fazer parte de algo maior e sustentável”, enquanto E12 enxerga no projeto uma possibilidade de “regeneração como condição para produtividade futura do local”. Essa dimensão espiritual, muitas vezes silenciosa, sustenta práticas e motiva decisões que não se explicam apenas por fatores racionais ou materiais.

Por fim, a Terra Sublime é amplamente descrita como um território de aprendizagem. As práticas regenerativas, os mutirões, os processos de tomada de decisão e até mesmo os conflitos são percebidos como oportunidades pedagógicas. E2 relata que passou a “valorizar o aprendizado com os erros”, e E6 afirma que a vivência “moldou sua relação com o consumo e com os recursos”.

Essa pedagogia do cotidiano, que ocorre na interação com a terra, com o coletivo e com os limites do projeto, constitui uma categoria analítica importante: trata-se da ecovila como um espaço de formação contínua, onde os sujeitos aprendem a desaprender e a construir novos modos de vida.

Portanto, as categorias emergentes identificadas: alinhamento de valores e coerência ética; reconfiguração de expectativas; gestão da convivência; reconhecimento da história comunitária; mediação da expansão; espiritualidade e sentido de missão; e pedagogia comunitária — não apenas complementam as categorias previstas, mas ampliam significativamente a compreensão sobre os sentidos atribuídos à vivência na Terra Sublime. Elas dão visibilidade a zonas de tensão e potência que operam transversalmente nas narrativas dos participantes e devem ser incorporadas à matriz analítica final da pesquisa. Ao fazê-lo, garante-se fidelidade às falas, aprofundamento interpretativo e abertura a dimensões inesperadas, mas centrais, da experiência com o projeto.

Ao sistematizar as categorias emergentes identificadas ao longo da análise a Figura 4, apresentada a seguir, ilustra essas conexões, permitindo observar de que maneira os sentidos atribuídos pelos participantes extrapolam os recortes analíticos iniciais e revelam zonas de complexidade que atravessam as vivências no projeto Terra Sublime.



**Figura 5.** Dimensões categóricas observadas nas entrevistas

Fonte: Autora (2025)

A figura permite observar que as categorias emergentes não apenas complementam, mas também complexificam os eixos analíticos inicialmente propostos. As setas representam conexões analíticas entre as categorias preliminares (com base no modelo COM-B) e as categorias emergentes da pesquisa. Não indicam direcionalidade causal, mas sim associações interpretativas entre os eixos conceituais e os achados qualitativos. Algumas, como “alinhamento de valores e coerência ética”, dialogam diretamente com o campo das motivações, ao passo que outras, como “pedagogia comunitária”, atravessam simultaneamente as categorias de capacidades e

oportunidades, revelando a interdependência entre aprender, conviver e transformar. A “reconfiguração de expectativas” e a “gestão da convivência”, por sua vez, se inscrevem como elementos fundamentais para compreender as barreiras subjetivas e relacionais enfrentadas pelos moradores.

Ao evidenciar essas conexões, o diagrama reforça o caráter processual, multidimensional e dinâmico da vivência na ecovila. A presença dessas novas categorias amplia o alcance interpretativo da pesquisa e demonstra a riqueza do material empírico analisado. Encerrar esta etapa com esse esquema não apenas facilita a visualização da arquitetura analítica construída, mas também destaca o compromisso metodológico da pesquisa com a escuta das singularidades emergentes das falas. Trata-se, portanto, de um mapeamento que não apenas interpreta o vivido, mas honra a complexidade da experiência coletiva no interior da Terra Sublime.

## 5.2 Sentidos e Experiências da Regeneração: Um Olhar Interpretativo sobre a Terra Sublime

A análise do contexto e do envolvimento inicial dos participantes com a comunidade Terra Sublime revelou que as motivações para adesão ao projeto não decorreram exclusivamente de fatores materiais ou racionais, mas, sobretudo, de processos simbólicos e relacionais. O conhecimento do projeto se deu, majoritariamente, por meio de indicações afetivas, amigos, familiares ou redes espirituais, e a decisão de aderir frequentemente foi descrita como intuitiva, emocional ou até mesmo “um chamado”. Esse padrão de adesão revela uma lógica de decisão que não se alinha aos modelos tradicionais de comportamento de compra, muitas vezes centrados em fatores utilitários, mas sim a uma escolha orientada por propósito, identidade e afiliação de valores.

Essa evidência dialoga com o entendimento de Almeida (2021) e Roysen (2013), que identificam que comunidades intencionais operam como espaços de experimentação ética, nos quais o engajamento se dá pela busca de coerência entre valores pessoais e formas alternativas de organização da vida. Como destaca Arruda (2018), esses espaços são motivados por uma ruptura com padrões hegemônicos de vida urbana e por um desejo coletivo de regeneração ambiental e social.

A experiência da Terra Sublime permite expandir a compreensão do comportamento regenerativo para além de ações pontuais de consumo consciente, revelando a regeneração como um processo vivenciado em múltiplas camadas: material, relacional, subjetiva e territorial. Em vez de representar um fim, a regeneração é aqui um meio pelo qual se constroem novas formas de

pertencimento e engajamento. Essa leitura ecoa o que autores como Mac Mahon et al. (2025) identificam em intervenções artísticas comunitárias: a regeneração como prática incorporada e partilhada, capaz de gerar vínculos simbólicos e transformação ética por meio da convivência e da criação coletiva.

Embora o modelo COM-B proposto por Michie et al. (2011) não trate diretamente da etapa de descoberta ou pré-engajamento, os dados sugerem que a dimensão motivacional, sobretudo em seu aspecto reflexivo, já se manifesta nesse momento. A motivação, nesse contexto, não se reduz ao desejo de agir, mas envolve disposições subjetivas profundas, como sentido de missão, pertencimento e identificação com princípios éticos, que antecedem e sustentam a decisão comportamental.

Esse dado empírico contrasta com grande parte das aplicações do COM-B mapeadas na literatura, onde o comportamento de consumo sustentável é frequentemente analisado como resposta a intervenções externas, como campanhas informativas ou incentivos econômicos (Graça et al., 2019; Allison et al., 2021). No caso da Terra Sublime, observa-se que o comportamento de adesão é menos reativo e mais propositivo, resultado de uma construção identitária e de um desejo de transformação pessoal e coletiva.

Ao mesmo tempo, essas narrativas aproximam-se de abordagens que compreendem o comportamento como prática social e culturalmente mediada, como discutido por Sijtsema et al. (2021) e Hoang et al. (2023). As decisões não são meramente racionais, mas enraizadas em repertórios simbólicos e em redes de pertencimento, como as que mobilizaram os participantes a conhecer e se engajar com a proposta da comunidade.

Um aspecto que também se destaca é o papel das relações interpessoais e espirituais como mediadoras da decisão. A adesão ao projeto foi, em muitos casos, compartilhada com familiares, inspirada por amigos próximos ou fundamentada em experiências pessoais de busca por sentido. Esse envolvimento relacional amplia a noção de “oportunidade” proposta por Michie et al. (2011), incluindo não apenas as condições materiais, mas também os vínculos sociais e afetivos como elementos facilitadores do comportamento.

Os dados indicam que a motivação para aderir ao projeto não se esgota em justificativas instrumentais ou utilitárias, mas está profundamente ancorada em dimensões simbólicas, como o desejo de coerência ética e a busca por novos modos de vida. Essa motivação reflexiva — uma das principais dimensões do modelo COM-B segundo Michie et al. (2011) — é amplamente

documentada também por Craveiro et al. (2021), ao analisarem como o engajamento com práticas comunitárias de alimentação sustentável está vinculado à sensação de propósito compartilhado e transformação pessoal. No caso da Terra Sublime, essa motivação se traduz na disposição para mudar hábitos, enfrentar desafios e reconstruir significados em torno do viver e do conviver.

As diferentes temporalidades da decisão, que variam de adesão imediata a processos reflexivos mais longos, indicam que o envolvimento com comunidades regenerativas não é linear. Ele se constrói em camadas, conforme as possibilidades subjetivas, contextuais e financeiras de cada indivíduo. Essa constatação exige que modelos explicativos considerem a complexidade das trajetórias e os sentidos atribuídos à experiência, como também argumenta Hofstra (2017), ao defender uma abordagem ecocêntrica do consumo.

Ainda que nem todos os entrevistados tenham optado por residir continuamente na Terra Sublime, muitos mantêm vínculos simbólicos com a comunidade, participando de encontros, nutrindo afetos ou projetando futuros planos de envolvimento. A Terra Sublime configura-se como uma comunidade intencional de base regenerativa, situada em área rural, cujo território é composto por espaços compartilhados — como áreas de cultivo, alojamentos coletivos e locais destinados a práticas comunitárias — e por parcelas individuais de moradia em construção ou em planejamento. Nesse sentido, o comportamento de adesão não se restringe à residência permanente, mas se expressa em múltiplos modos de presença e pertencimento, que desafiam categorias fixas de consumidor ou morador.

A análise das entrevistas revelou que as capacidades percebidas como necessárias para integrar a comunidade Terra Sublime extrapolam a noção convencional de competência técnica ou experiência prévia com práticas sustentáveis. A maioria dos participantes relatou ter chegado ao projeto com pouca familiaridade com a vida rural, a agroecologia ou a autogestão, confiando mais na disposição de aprender do que em conhecimentos consolidados. Esse dado reforça que, no contexto das comunidades regenerativas, a capacidade é construída na prática e não exigida como pré-requisito para a adesão.

Essa compreensão dialoga com Michie et al. (2011), que definem a “capacidade” no modelo COM-B como os recursos físicos e psicológicos que possibilitam a realização de um comportamento. No entanto, os dados indicam que, mais do que habilidades específicas, o elemento decisivo para os participantes foi a abertura ao aprendizado e a plasticidade para se adaptar a um novo estilo de vida. A capacidade, nesse caso, assume um caráter processual,

ampliando a definição inicial do modelo.

Em sintonia com essa perspectiva, Sijtsema et al. (2021) apontam que a transição para comportamentos sustentáveis muitas vezes não exige expertise prévia, mas disposição para experimentar novas formas de ser e de fazer. O caso da Terra Sublime ilustra bem essa lógica. Como afirmou E1, ela chegou “crua, sem habilidades prévias significativas”, e mesmo assim não hesitou em participar do projeto. Essa fala não é isolada: outros entrevistados mencionaram ter aprendido a plantar, construir, conviver e gerir coletivamente apenas após a entrada no projeto, o que reafirma a importância da vivência como espaço pedagógico. Neste mesmo sentido, a revisão também evidenciou que comunidades com práticas regenerativas reforçam capacidades não a partir de pré-requisitos técnicos, mas da disposição para aprender em coletivo, o que converge com a “pedagogia comunitária” observada na Terra Sublime (Chad, 2023; van Etten et al., 2023; Craveiro et al., 2021).

Esse entendimento se alinha à noção de “pedagogia comunitária” identificada como categoria emergente na análise. A comunidade funciona como ambiente de aprendizado não formal, onde a transmissão de saberes se dá por meio de mutirões, convivência, observação e trocas horizontais. Como relatado por E2, suas capacidades foram desenvolvidas “por necessidade e estímulo coletivo, vivenciando uma transição do saber teórico para o fazer prático”. Essa pedagogia está ancorada na experiência, não em protocolos, e exige abertura para lidar com o erro, a imperfeição e o imprevisto.

Essa dimensão prática e situada da aprendizagem desafia visões mais instrumentalizadas da mudança de comportamento. Embora o COM-B seja frequentemente aplicado em contextos em que a capacidade é medida por conhecimento técnico ou acesso à informação (como nos estudos de Allison et al., 2021, e Graça et al., 2023), o caso da Terra Sublime mostra que a capacidade pode também emergir de vínculos, afetos e experiências vividas. Isso aponta para uma ampliação epistemológica do conceito, incluindo dimensões éticas e relacionais.

Além das capacidades adquiridas com a vivência no projeto, alguns participantes relataram que suas formações anteriores — acadêmicas ou profissionais — forneceram subsídios simbólicos importantes para a adesão. E6, E8 e E9, por exemplo, trouxeram saberes em agroecologia, construção ecológica, permacultura ou sustentabilidade que, embora não tivessem aplicação imediata, validaram internamente suas escolhas. A capacidade, nesse caso, opera também como lastro subjetivo, permitindo que os sujeitos se sintam aptos a fazer parte de um projeto

regenerativo.

Outro ponto relevante diz respeito à dimensão espiritual como uma forma de capacidade. E11 afirmou que seu conhecimento sobre o impacto humano no planeta, aliado à espiritualidade e à consciência política sobre comunidades regenerativas, foi central em sua decisão. Essa fala reforça que, em contextos como o da Terra Sublime, a capacidade não se limita ao domínio de técnicas, mas envolve a elaboração de um modo de vida coerente com princípios éticos e cosmológicos. Essa ideia também aparece em Hofstra (2017), que propõe uma reconceitualização do consumo e da ação ética a partir de uma perspectiva ecocêntrica.

Alguns entrevistados relataram que receberam orientação informal no início da jornada, especialmente de membros mais antigos ou do idealizador do projeto. Esse tipo de apoio, embora não sistematizado, foi apontado como fundamental para o desenvolvimento de confiança e para o enfrentamento dos primeiros desafios. E9 afirmou que, mesmo sem orientação técnica, “sentiu-se acolhida pelo idealizador, que transmitia segurança e clareza de propósito”. Isso reforça que a capacidade também é construída no campo da confiança mútua, do acolhimento e da segurança subjetiva.

A convivência em uma comunidade intencional como a Terra Sublime mobiliza continuamente a dimensão de oportunidade — não apenas no sentido físico, como estrutura e recursos, mas sobretudo no aspecto social: normas compartilhadas, abertura à participação e redes de apoio. Isso está em consonância com os achados de Ceballos e Antonopoulou (2024), que reforçam a importância do contexto social e do sentimento de segurança para o engajamento sustentável. Ao mesmo tempo, as entrevistas revelam que a capacidade, entendida como potencial de agir, é construída no processo — por meio da pedagogia comunitária, da experimentação e da troca entre moradores. Essa formação contínua dialoga diretamente com o que Graça et al. (2023) sugerem como essencial para a transição comportamental: ambientes formativos e afetivos que incentivem o florescimento de competências relacionais e práticas.

Ainda que a maioria tenha demonstrado forte capacidade adaptativa, as barreiras de entrada podem ser maiores para sujeitos que não possuem repertório anterior em práticas sustentáveis ou coletivas. Embora o discurso da abertura seja predominante, é importante reconhecer que o aprendizado comunitário também impõe custos: tempo, energia, exposição a conflitos e frustrações. Como destacam Michie et al. (2011), a capacidade não é suficiente por si só; ela precisa ser acompanhada por motivação e oportunidade, especialmente em contextos de mudança

estrutural.

A interação entre as dimensões do COM-B se mostra evidente no processo formativo vivido pelos participantes. A capacidade é ativada na prática, sustentada pela motivação interna e facilitada por oportunidades de troca. Essas evidências dialogam diretamente com os achados da revisão sistemática de literatura, que demonstraram que a motivação para comportamentos de consumo sustentável, quando ancorada em experiências coletivas, espirituais e identitárias, tende a se manifestar de forma mais duradoura e integrada à vida cotidiana (Graça et al., 2019; Sijtsema et al., 2021; Mac Mahon et al., 2025). Quando uma dessas dimensões está ausente ou fragilizada, o aprendizado se torna mais difícil. Por isso, é fundamental compreender o desenvolvimento de capacidades como um fenômeno sistêmico, que depende da coerência entre os elementos do ambiente, os valores do grupo e as disposições dos indivíduos.

A experiência da Terra Sublime sugere que, para além da formação de capacidades técnicas, é preciso fomentar capacidades éticas, relacionais e reflexivas. Isso implica cultivar uma cultura de escuta, de cuidado e de valorização dos saberes plurais que circulam no grupo. Ao reconhecer que aprender é também desaprender, e que saber é também conviver, os sujeitos tornam-se aptos a sustentar uma comunidade regenerativa com mais autonomia e profundidade.

Nesse sentido, a ecovila não é apenas um espaço de moradia, mas um território pedagógico. A capacidade, aqui, não é um pré-requisito, mas uma consequência do pertencimento. E é justamente essa inversão que marca o diferencial do projeto: não se exige estar pronto para entrar; entra-se para poder se formar. Essa lógica inclusiva, porém, exigente, desafia os modelos tradicionais de adesão a projetos e convida à construção coletiva do saber, do fazer e do ser.

A categoria de oportunidades, conforme definida por Michie et al. (2011), refere-se aos fatores externos que possibilitam, facilitam ou restringem a realização de um comportamento. No contexto da Terra Sublime, os dados revelam que tais oportunidades se manifestam de forma híbrida, combinando aspectos estruturais (como acesso à infraestrutura, recursos físicos e tempo disponível) com elementos simbólicos e relacionais (como acolhimento, governança participativa e espaços de contribuição).

Os relatos dos participantes evidenciam que a presença, ou ausência, de infraestrutura física básica exerceu efeitos diversos sobre a decisão de adesão e a permanência no projeto. Para parte dos entrevistados, como E2, E5 e E6, a existência de estruturas como casa coletiva, água e energia foi fator decisivo para considerar o projeto viável e seguro. Essa percepção encontra ressonância

em Wolff e Schönherr (2011), que apontam que comportamentos sustentáveis só se tornam acessíveis quando há suporte ambiental mínimo que permita sua implementação prática.

Por outro lado, entrevistados como E1, E3 e E4 relativizaram a importância da estrutura, apontando que a decisão de aderir foi pautada pela confiança na proposta e não na garantia de conforto material. Essa visão sugere que, embora a infraestrutura possa atuar como facilitador, ela não é determinante para todos os perfis. A oportunidade, nesse caso, é concebida de maneira mais subjetiva, como espaço simbólico de pertencimento ou como promessa de um futuro compartilhado.

A diversidade de experiências evidencia que a categoria “oportunidade” deve ser lida de forma ampliada, integrando tanto os elementos tangíveis quanto os aspectos relacionais e políticos que influenciam o engajamento dos indivíduos. Para muitos, a governança horizontal, o sentimento de acolhimento e a possibilidade de cocriar soluções se mostraram tão importantes quanto a presença de água ou energia. Isso reforça o que Graça et al. (2023) destacam em sua aplicação do COM-B: para que um comportamento se sustente, ele precisa estar inserido em um ambiente que, além de funcional, seja percebido como significativo.

Nesse sentido, a oportunidade se articula diretamente com a percepção de abertura e com o espaço efetivo de contribuição. Entrevistados como E1, E5 e E13 relataram que se sentem parte ativa da comunidade ao participar de conselhos, mutirões e grupos de trabalho. A experiência do fazer coletivo, da corresponsabilidade e da horizontalidade foi, para esses sujeitos, não apenas um espaço de execução de tarefas, mas de construção de sentido. Essa leitura se aproxima da noção de “práticas participativas regenerativas” proposta por Bexell et al. (2023), nas quais a ação coletiva é, ao mesmo tempo, meio e fim do processo regenerativo.

Porém, nem todos compartilham a mesma vivência de oportunidade. Para E7, E9 e E10, a falta de tempo, a distância e a sobrecarga de responsabilidades dificultam a participação efetiva. Suas falas apontam que a oportunidade não é igualmente acessível a todos, mesmo entre aqueles que compartilham os mesmos valores. Essa constatação é coerente com os achados de Ceballos e Antonopoulou (2024), que mostraram que as barreiras à ação sustentável frequentemente decorrem de incompatibilidades entre desejo e contexto — especialmente quando o tempo, a mobilidade ou o suporte coletivo são limitados.

Outro ponto sensível que emergiu dos relatos foi a questão da desigualdade geracional e da falta de reconhecimento dos saberes mais antigos. E3, por exemplo, destaca a dificuldade de

contribuir devido à desvalorização da sua experiência pelos membros mais jovens. Essa barreira relacional evidencia que a oportunidade não depende apenas da estrutura física ou de disponibilidade de tempo, mas também da forma como o grupo acolhe a diversidade de trajetórias e conhecimentos. Isso remete à importância de uma governança sensível às diferenças, como defendido por Mang e Haggard (2016) no contexto de sistemas regenerativos.

Além disso, há evidências de que alguns membros experimentam oportunidades de forma mais simbólica do que prática. E4, por exemplo, relata que, apesar de não frequentar a comunidade com regularidade, sente-se vinculada afetivamente ao projeto pela presença de seus móveis na casa coletiva. Esse tipo de engajamento não operacional, mas emocional, amplia a compreensão de oportunidade para além do engajamento físico. Trata-se de uma forma de pertencimento que, embora silenciosa, sustenta laços importantes para o imaginário comunitário.

Os relatos também evidenciam que a ausência de um sistema estruturado de acolhimento ou de integração progressiva pode comprometer a ativação plena das oportunidades. Alguns entrevistados sugeriram que a criação de instâncias de escuta, formação e apoio aos novos membros poderia fortalecer o vínculo coletivo e reduzir a sensação de isolamento ou insegurança. Essa sugestão reforça o papel das oportunidades como dispositivos que devem ser construídos, e não apenas oferecidos, como destaca Michie et al. (2011).

A oportunidade, portanto, não é uma variável neutra. Ela depende de contextos materiais, mas também de redes simbólicas, de reconhecimento mútuo e de canais de escuta. Como apontam Graça et al. (2019), ambientes mais favoráveis à sustentabilidade são aqueles que reduzem barreiras e ampliam os significados da participação. No caso da Terra Sublime, o acesso à oportunidade depende da sinergia entre infraestrutura, cultura comunitária e governança.

O mapeamento das falas evidencia ainda que há um potencial não plenamente ativado. Muitos entrevistados reconhecem que poderiam contribuir mais com o projeto se houvesse melhores condições para isso, seja em termos logísticos, institucionais ou relacionais. Essa percepção abre espaço para pensar em intervenções voltadas à ativação de oportunidades latentes, como defende Michie et al. (2014) ao propor que, diante de capacidade e motivação já existentes, cabe ao ambiente garantir as oportunidades adequadas para o comportamento emergir.

As motivações que impulsionaram os entrevistados a se tornarem cotistas da comunidade Terra Sublime revelam uma complexidade de sentidos que vai além das explicações tradicionalmente mobilizadas para compreender o comportamento de consumo. Embora o modelo

COM-B posicione a motivação como uma das três dimensões centrais para a ação, os dados da pesquisa evidenciam que ela não se limita à ativação comportamental por meio de incentivos externos ou raciocínio estratégico. Em vez disso, o que se observa é a emergência de uma motivação existencial, em que a adesão à comunidade representa uma resposta subjetiva à busca por sentido, coerência e pertencimento.

A maioria dos entrevistados relatou que sua motivação estava ancorada no desejo de reconexão com a natureza, em oposição aos padrões urbanos percebidos como desestruturantes. Esse dado corrobora o que Hofstra (2017) descreve como uma motivação ecocêntrica, na qual o comportamento de consumo não é orientado apenas por benefícios individuais, mas por valores éticos que envolvem o cuidado com o planeta e a preservação da vida. A Terra Sublime, para esses sujeitos, é percebida como um refúgio simbólico, um território onde é possível rearticular práticas e crenças.

Além disso, diversas falas indicam que a motivação não foi apenas individual, mas também coletiva e relacional. O desejo de viver em comunidade, construir laços e partilhar responsabilidades aparece como elemento central para muitos entrevistados. Essa dimensão coletiva da motivação reforça os achados de Graça et al. (2023), que indicam que comportamentos sustentáveis são mais frequentes quando inseridos em ambientes onde há coesão social e reconhecimento mútuo. O engajamento com o projeto não se dá apenas pela proposta ambiental, mas pelo horizonte comunitário que ele oferece.

Entre os entrevistados, também emergiram motivações de cunho espiritual ou simbólico. Alguns relataram sentir um “chamado” ou identificar o projeto como parte de um propósito de vida mais amplo. Essa dimensão espiritual da motivação está pouco explorada na literatura comportamental tradicional, mas é essencial para compreender escolhas que envolvem rupturas com modelos de vida convencionais. Como destaca Künkel e Ragnarsdottir (2022), a transição para civilizações regenerativas exige não apenas mudanças materiais, mas a ressignificação de sentido e de pertencimento.

Há também aqueles cuja motivação foi inicialmente pragmática, como o desejo de acesso à terra ou de proporcionar um ambiente mais saudável para os filhos, mas que ao longo do tempo passaram a atribuir novos significados à experiência. Esse processo de ampliação da motivação foi descrito por E1 como um deslocamento da busca individual para uma consciência coletiva. Essa trajetória se alinha com os estudos de Allison et al. (2021), que mostram que, em muitos casos, a

motivação para o consumo sustentável se aprofunda à medida que o sujeito se envolve emocionalmente com os impactos de suas ações.

O impacto socioambiental, embora não tenha sido o motivo inicial para todos os entrevistados, foi citado por muitos como um fator que passou a orientar a permanência e a forma de engajamento com o projeto. A experiência de ver a regeneração do cerrado, o retorno da fauna e a melhoria do solo foi descrita como fonte de pertencimento e orgulho. Para E13, “participar da regeneração do território é motivo de orgulho e sentido”. Esse tipo de motivação é o que Michie et al. (2011) denominam de motivação reflexiva: baseada na avaliação consciente de que um comportamento está alinhado com os próprios valores e objetivos.

Por outro lado, algumas falas também revelam tensões e ambiguidades. E7, por exemplo, questiona se o projeto é realmente sustentável e se suas práticas refletem a proposta anunciada. Essa crítica demonstra que a motivação é sensível à coerência entre discurso e prática. Quando há desalinhamento, surgem dúvidas, frustrações e possíveis distanciamentos. Isso reforça que a motivação, embora subjetiva, é continuamente alimentada, ou esvaziada, pelas experiências concretas vividas no cotidiano.

A revisão sistemática de literatura apontou que, em muitos estudos, a motivação é frequentemente associada a incentivos econômicos ou campanhas educativas. Entretanto, os dados da presente pesquisa sugerem que tais estratégias são limitadas para contextos regenerativos, nos quais a motivação está mais próxima da ética do cuidado, da estética da existência e da construção de novos modos de vida. Como apontam Raworth (2017) e Gudynas (2011), a regeneração exige a criação de contextos que cultivem propósito e relações, e não apenas estímulos comportamentais.

Outro elemento relevante é a estabilidade ou transformação das motivações ao longo do tempo. Entrevistados como E2 e E11 relataram que sua motivação inicial foi resignificada com a vivência prática no projeto, o que evidencia o caráter processual e dinâmico desse componente do COM-B. Ao mesmo tempo, outros, como E4 e E6, afirmaram que suas motivações permaneceram estáveis, ainda que mais realistas. Esses dados mostram que a motivação pode tanto se consolidar quanto se reconfigurar em função da experiência, das relações e da infraestrutura do projeto.

É importante destacar que, mesmo entre aqueles que manifestaram frustração com a experiência, como E10, não houve total ruptura com a proposta regenerativa. Ao contrário, essas falas apontam para a necessidade de maior coerência e suporte institucional para que a motivação possa se renovar. Essa observação se conecta com a proposição de Fullerton (2015), que afirma

que a regeneração exige consistência entre narrativa, prática e estrutura de suporte — caso contrário, os projetos perdem força como modelos inspiradores.

As motivações identificadas no estudo podem ser agrupadas em três eixos interdependentes: reconexão com a natureza, desejo de vida comunitária e coerência ética. Esses eixos não se excluem; ao contrário, frequentemente se sobrepõem nos relatos dos participantes, revelando a complexidade de suas escolhas. Esse tipo de motivação híbrida, que combina razões emocionais, éticas e práticas, está na base de comportamentos de adesão a projetos regenerativos, e deve ser considerada no desenho de estratégias de fortalecimento do engajamento.

A análise das entrevistas revelou que as barreiras enfrentadas pelos participantes da Terra Sublime não se restringem a aspectos objetivos, como tempo e recursos, mas incluem também tensões subjetivas, relacionais e institucionais. Essa complexidade é coerente com a definição proposta por Michie et al. (2011), para quem as barreiras comportamentais podem surgir tanto da ausência de capacidade, de motivação ou de oportunidade, sendo, portanto, multifatoriais. No caso da comunidade, a dimensão mais recorrente foi a da oportunidade reduzida — especialmente quando se tratava da manutenção da participação ativa ao longo do tempo.

Entre os entrevistados, a falta de tempo aparece como a barreira mais frequente, citada por participantes como E2, E6, E7, E9, E10 e E13. Essa restrição, frequentemente associada à vida urbana e às múltiplas responsabilidades familiares e profissionais, afeta diretamente a capacidade de se engajar em práticas coletivas, mutirões e encontros. Esse dado corrobora os achados de Graça et al. (2023), que identificam o tempo como um dos principais fatores impeditivos para a adoção de comportamentos sustentáveis, mesmo quando há motivação alinhada.

As barreiras de ordem geográfica e infraestrutural também foram mencionadas de forma recorrente. E1, E8, E9 e E10 relataram que a distância física da comunidade e as dificuldades de acesso inviabilizam a frequência e a permanência. Tais obstáculos reforçam o papel da infraestrutura como um fator que afeta diretamente a oportunidade de ação, como descrito por Wolff e Schönherr (2011), ao argumentarem que a sustentabilidade depende de ambientes que não apenas incentivem, mas viabilizem práticas sustentáveis.

Por outro lado, algumas barreiras mais subjetivas e relacionais também emergiram com força nos relatos. E3 destacou a convivência intergeracional como fator de desgaste, relatando que se sente desvalorizada por membros mais jovens. Esse tipo de tensão evidencia que as barreiras à participação não se limitam a condições externas, mas envolvem também dinâmicas de

reconhecimento, escuta e mediação de conflitos. Isso reforça o que Mang e Haggard (2016) chamam de “fragilidade relacional” em contextos regenerativos, nos quais a convivência cotidiana exige maturidade emocional e governança sensível às diferenças.

Dificuldades emocionais e de saúde mental também foram mencionadas como barreiras. E2, por exemplo, relatou que atravessou um momento de esgotamento psicológico que impactou sua capacidade de contribuição. Esse aspecto amplia a compreensão da categoria “capacidade” no modelo COM-B, incluindo elementos subjetivos que muitas vezes não são considerados em análises comportamentais tradicionais. Como argumenta Hofstra (2017), escolhas regenerativas exigem não apenas preparo técnico, mas também suporte emocional e condições para o florescimento subjetivo.

Outro grupo de entrevistados, como E5 e E7, mencionou barreiras econômicas para a adesão ou manutenção da cota, incluindo empréstimos e esforços financeiros significativos. Ainda que a proposta da comunidade seja orientada por princípios de simplicidade voluntária, a exigência inicial de investimento revela uma contradição importante. Tais barreiras financeiras reforçam a crítica de Roysen (2013), que alerta para o risco de elitização das ecovilas quando estas não possuem mecanismos de democratização do acesso à terra.

Também se observou a presença de barreiras institucionais ligadas à desilusão com a condução do projeto. E5 e E10 relataram frustração com promessas não cumpridas e com a falta de planejamento coletivo. Essa quebra de confiança evidencia a importância da coerência entre discurso e prática, elemento fundamental para a sustentabilidade de processos comunitários. Como destaca Fullerton (2015), sem consistência narrativa, os projetos regenerativos tendem a perder sua força mobilizadora.

Apesar disso, alguns entrevistados como E4, E11 e E13 relataram que não enfrentam barreiras significativas no momento, apontando que o nível de desafio varia de acordo com o estágio de vida, disponibilidade de tempo e afinidade com os modos de vida propostos. Essa variação mostra que as barreiras são contextuais e dinâmicas, sendo vividas de maneiras distintas conforme a trajetória e a posição subjetiva de cada participante.

As barreiras também se expressam em relação à expansão do projeto e à entrada de novos cotistas. E1 e E3 demonstraram preocupação com o crescimento desordenado e com a chegada de pessoas sem alinhamento de valores. Essa dimensão, mais política do que logística, revela que as barreiras à expansão estão ligadas à identidade coletiva e à governança do projeto. A literatura

sobre ecovilas, como aponta Arruda (2018), indica que a preservação dos princípios fundantes é um desafio constante frente às demandas de crescimento e sustentabilidade econômica.

A revisão sistemática mostrou que barreiras ao consumo sustentável são frequentemente tratadas em termos de custo, acesso ou falta de informação (Allison et al., 2021; Chad, 2023). No entanto, os achados da presente pesquisa indicam que, em contextos regenerativos, as barreiras são mais densas e simbólicas, envolvendo descompassos entre expectativas, pertencimento e reconhecimento. Isso sugere que, para além de políticas de incentivo, são necessárias práticas de escuta, acolhimento e mediação.

A experiência da Terra Sublime evidencia que remover barreiras à participação não é apenas uma questão de infraestrutura, mas de construção de um ambiente relacional seguro, acessível e justo. Isso implica em revisões constantes nos mecanismos de governança, no fortalecimento da cultura de cuidado e na criação de pontes entre diferentes perfis e fases de vida. Como defendem Michie et al. (2014), uma intervenção eficaz depende do mapeamento claro das barreiras e da ação coordenada sobre os três eixos do comportamento: capacidade, oportunidade e motivação.

A forma como os participantes compreendem o impacto de sua experiência na comunidade Terra Sublime revela múltiplos sentidos atribuídos à regeneração, que vão além de indicadores ambientais ou métricas objetivas. Essa dimensão do impacto está enraizada na vivência prática e no envolvimento afetivo com o território, com o grupo e com os próprios processos de transformação pessoal. Nos relatos, o impacto é percebido tanto nas mudanças concretas da paisagem e dos hábitos de consumo, quanto no fortalecimento de vínculos sociais e no realinhamento de valores.

Em relação ao impacto ambiental, os participantes relataram que a regeneração do cerrado, a recuperação das nascentes e a reconversão do solo através de práticas agroecológicas foram experiências sensíveis que fortaleceram seu vínculo com o projeto. Tais práticas, além de sua função ecológica, operam como símbolos de pertencimento e realização pessoal. A fala de E11, ao afirmar que “a regeneração da fazenda e a criação de floresta são realizações tangíveis e motivadoras”, sintetiza essa articulação entre percepção de impacto e continuidade do engajamento.

A transformação no comportamento de consumo também foi percebida como um impacto relevante, tanto em termos práticos quanto em dimensões subjetivas. Vários participantes

relatarem mudanças nos hábitos alimentares, priorização de produtos locais e orgânicos, adoção de cosméticos naturais e redução do consumo de supérfluos. Essas transformações se aproximam do que Hofstra (2017) chama de práticas ecocêntricas de consumo, nas quais a escolha do consumidor não visa apenas atender a desejos individuais, mas se vincula à manutenção da vida e ao respeito aos ciclos naturais.

Esse tipo de impacto foi frequentemente associado à vivência prática na comunidade. A imersão nas atividades coletivas, como mutirões, plantios e oficinas, proporcionou aos participantes a oportunidade de experimentar diretamente o resultado de suas ações, o que fortalece a relação entre prática e sentido. Essa constatação dialoga com os achados de Graça et al. (2023), que evidenciam que comportamentos sustentáveis tendem a se consolidar quando os sujeitos percebem que suas ações fazem parte de um processo transformador e coletivo.

Embora a percepção de impacto positivo tenha sido recorrente, ela não foi unânime. Alguns entrevistados demonstraram dúvidas quanto à efetividade do projeto em termos de sustentabilidade ambiental, especialmente frente à ausência de indicadores objetivos ou à lentidão na implementação de certas ações. E7, por exemplo, expressou que, embora tenha se envolvido inicialmente pela proposta regenerativa, hoje se questiona “sobre o quão sustentável o projeto realmente é”. Essa percepção crítica sugere que a ausência de clareza sobre resultados pode comprometer a motivação a longo prazo, especialmente em contextos em que o discurso regenerativo não encontra respaldo pleno na prática.

Também foi possível observar que a percepção de impacto não está apenas vinculada aos resultados materiais, mas também à trajetória pessoal dos participantes dentro do projeto. Para alguns, o simples fato de estarem envolvidos em uma proposta com valores regenerativos já é interpretado como um impacto subjetivo relevante. E12 afirmou que “a regeneração é uma expectativa para as futuras gerações”, demonstrando uma visão de longo prazo, na qual o impacto é compreendido como construção de legado e não apenas como resultado imediato.

Essa visão processual do impacto aproxima-se do que Michie et al. (2011) classificam como motivação reflexiva sustentada: aquela que se mantém ativa mesmo quando os resultados concretos ainda não são visíveis, porque está ancorada em valores e metas de longo prazo. Esse tipo de motivação é especialmente importante em contextos como o das comunidades regenerativas, onde os efeitos ambientais e sociais exigem tempo para se consolidar.

Do ponto de vista coletivo, a percepção de impacto também se manifestou na

transformação das relações sociais. Muitos participantes relataram que a convivência na Terra Sublime fortaleceu sua capacidade de escuta, cooperação e resolução de conflitos. As atividades comunitárias foram descritas como espaços de aprendizado relacional, e não apenas operacional, fortalecendo o que Bexell et al. (2023) identificam como co-criação regenerativa: processos de transformação conjunta que geram vínculos e compromisso com o grupo.

Contudo, a percepção de impacto esteve fortemente relacionada à frequência e à intensidade da participação. Aqueles que se engajam regularmente nas atividades e vivenciam o dia a dia da comunidade relatam maior sensação de transformação pessoal e impacto ambiental. Já aqueles com participação mais simbólica ou esporádica relataram impactos mais difusos ou mediatos. Essa constatação reforça que o comportamento regenerativo, para ser percebido como eficaz, depende da imersão e da continuidade da prática.

Apesar dessa diferença, mesmo os entrevistados com presença limitada relataram que a adesão ao projeto influenciou seus valores e escolhas. Isso sugere que a percepção de impacto pode ocorrer em diferentes intensidades e temporalidades, mas tende a se manter viva quando o indivíduo continua identificado com os princípios que fundamentam a comunidade. Essa ideia dialoga com os estudos de Sijtsema et al. (2021), que apontam que o impacto simbólico de um projeto pode manter a motivação ativa mesmo à distância.

Finalmente, a percepção de impacto foi apontada por muitos como uma das razões que sustentam o engajamento a longo prazo. A constatação de que é possível viver de maneira mais coerente com os próprios valores, contribuir para a regeneração ambiental e fortalecer vínculos comunitários foi frequentemente associada a um sentimento de realização pessoal. Esse tipo de experiência tende a gerar não apenas satisfação, mas desejo de permanência e, em alguns casos, a intenção de replicar ou apoiar iniciativas semelhantes em outros territórios.

Perceber o impacto das próprias ações não é apenas uma consequência do comportamento regenerativo. Trata-se de um processo de construção de sentido que, ao ser ativado, alimenta a motivação, sustenta o pertencimento e fortalece o compromisso com a coletividade. Em contextos como o da Terra Sublime, o impacto percebido torna-se, ele próprio, um fator de permanência.

A vivência na Terra Sublime, conforme narrada pelos participantes, revela um deslocamento significativo em relação aos modelos tradicionais de produção, consumo e pertencimento. As trajetórias descritas não apontam para uma simples mudança de estilo de vida, mas para processos mais profundos de reinvenção existencial, nos quais o território deixa de ser

apenas espaço físico e passa a operar como suporte simbólico, ético e relacional. Essa dinâmica ecoa as proposições de Korten (2005) e Sachs (2004), que defendem que novos paradigmas de desenvolvimento devem emergir de práticas locais integradas à natureza e à coletividade.

As práticas regenerativas, ainda que permeadas por tensões, operam como dispositivos de reconexão com os ciclos naturais e com a experiência compartilhada de construção de sentido. Essa lógica está em sintonia com a proposta de economia regenerativa formulada por Raworth (2017) e Kauffman e Haggard (2008), que compreendem que regenerar vai além de restaurar recursos: trata-se de restaurar relações e reequilibrar sistemas sociais e ecológicos. Outros achados destacam que a “oportunidade” para o comportamento regenerativo não está limitada à infraestrutura física, mas é amplificada por vínculos de confiança, horizontalidade e acolhimento – condições igualmente relatadas pelos participantes da pesquisa (Graça et al., 2023; Bexell et al., 2023).

Nos relatos dos participantes, a motivação para aderir e permanecer está profundamente vinculada à busca por coerência entre valores e ação, o que se aproxima da ideia de práticas de consumo como expressão ética e política, como discutem Hofstra (2017) e Petrini et al. (2016). Essa coerência se expressa em mudanças no estilo de vida, na priorização de escolhas sustentáveis e na adoção de formas de convivência mais horizontais. Quando essa coerência é percebida na prática cotidiana, ela se converte em pertencimento e reforça o compromisso com o coletivo. De modo complementar, a literatura aponta que a percepção de impacto em comunidades regenerativas opera como catalisador da permanência, reforçando o engajamento a partir da vivência de resultados tangíveis e simbólicos, como também foi observado nos relatos dos moradores da Terra Sublime (Ceballos e Antonopoulou, 2024; Engström et al., 2024).

A presença dos vínculos afetivos como mediadores da adesão e sustentadores do engajamento também está de acordo com o que Litfin (2009) propõe ao compreender ecovilas como comunidades epistêmicas, onde o conhecimento, o afeto e a ação política se entrelaçam. O ambiente regenerativo torna-se não apenas um espaço de habitação, mas um lugar de elaboração de subjetividades e de ressignificação da vida cotidiana.

Esse processo de transformação subjetiva, frequentemente descrito como formativo pelos participantes, reforça a concepção das comunidades intencionais como espaços de aprendizagem sociopolítica, como argumenta Arruda (2018). A ecovila funciona como território pedagógico e experimental, no qual o aprendizado ocorre tanto pela prática quanto pela convivência, exigindo

escuta, flexibilidade e negociação contínua.

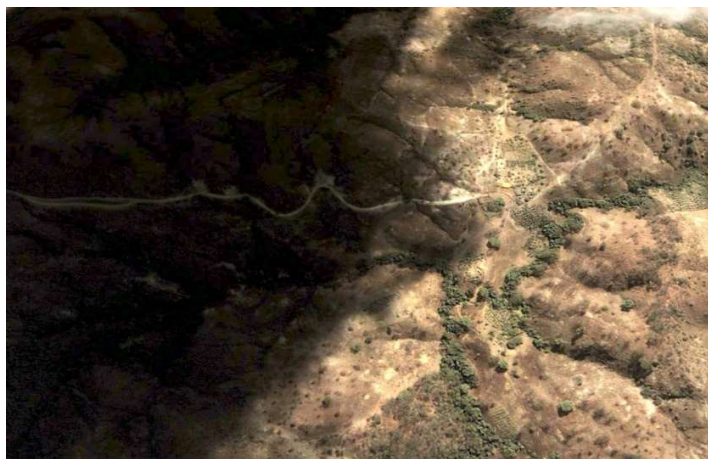
Em consonância com Chad (2023), que analisa a adaptação a partir da economia circular doméstica, os dados mostram que a regeneração, como vivência, exige a capacidade de reconfigurar expectativas e lidar com frustrações sem perder o sentido de pertencimento. A Terra Sublime, nesse aspecto, revela-se como um laboratório de práticas regenerativas imperfeitas, mas profundamente transformadoras. Essa imperfeição não compromete o projeto; ao contrário, é nela que reside sua potência educativa, pois permite que o engajamento se mantenha mesmo quando há falhas, conflitos ou limites. Isso reforça a necessidade de ampliar o uso do COM-B para além da análise de comportamentos em ambientes estruturados, e incorporá-lo também como ferramenta para compreender processos subjetivos e territoriais de mudança — especialmente em iniciativas de base regenerativa.

Ainda que a experiência comunitária traga desafios e tensões, especialmente relacionados à convivência, tempo e infraestrutura, ela também evidencia a potência de arranjos sociais alternativos para gerar impactos que transcendem o individual. Gudynas (2011) e Acosta (2016) enfatizam que projetos baseados na regeneração e no bem-viver demandam reorganização ética e institucional, algo que os relatos evidenciam ao apontarem para a necessidade de governança sensível, apoio mútuo e coerência narrativa.

### 5.3 Olhares sobre a Terra Sublime: Registros e Análises

As observações assistemáticas foram operacionalizadas em duas visitas técnicas à Ecovila Terra Sublime, conduzidas com o propósito de conhecer e compreender em profundidade o contexto comunitário. Durante essas visitas, a pesquisadora percorreu os principais espaços comuns da ecovila, como áreas de convivência coletiva e estruturas comunitárias, além de visitar propriedades privadas e zonas destinadas à regeneração ambiental, identificando práticas associadas ao manejo ecológico e à sustentabilidade local. Também foram observadas as formas de interação entre os residentes, registrando-se elementos de sociabilidade, colaboração e organização coletiva. Esses registros possibilitaram captar não apenas a configuração física e espacial da comunidade, mas também a maneira como os indivíduos se relacionam entre si e com o território, oferecendo subsídios analíticos valiosos para a compreensão das práticas regenerativas e da dinâmica social que sustenta a permanência dos cotistas na Terra Sublime.

A comparação entre registros fotográficos realizados em momentos distintos evidencia mudanças significativas no território da ecovila. Antes da ocupação, predominavam extensas áreas de solo exposto, baixa densidade de vegetação nativa e sinais de erosão, típicos de paisagens degradadas por práticas agropecuárias convencionais. Em registros mais recentes, observa-se a recuperação da cobertura vegetal, com mosaicos de sistemas agroflorestais em estágio inicial e áreas regeneradas, além da implantação de infraestrutura comunitária planejada — estradas internas, áreas de uso comum e sistemas de captação de água — integrados ao território, contribuindo para a restauração ecológica

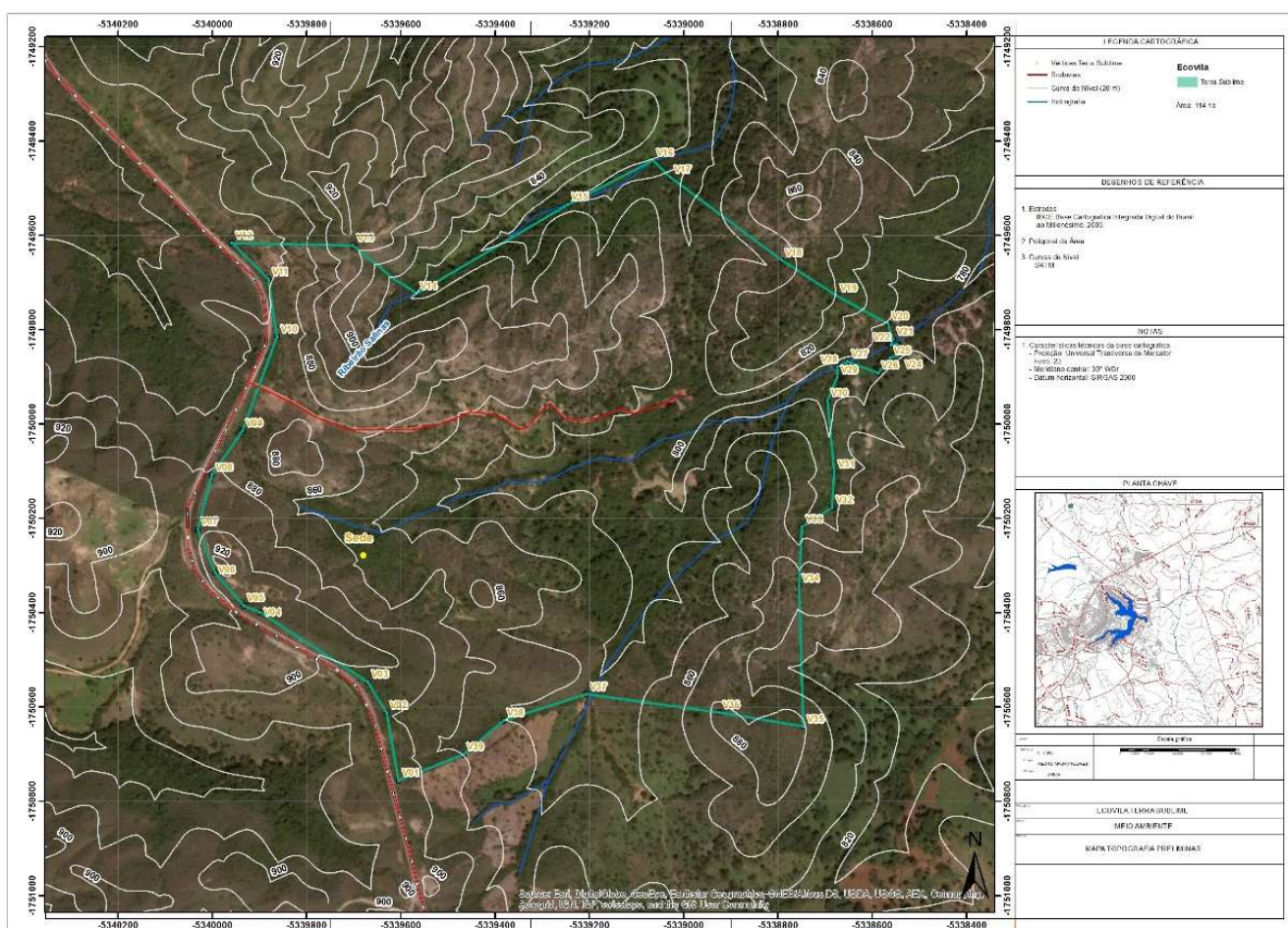


**Figura 5.** Área da Ecovila Terra Sublime antes da ocupação  
Fonte: Amainar (2025)

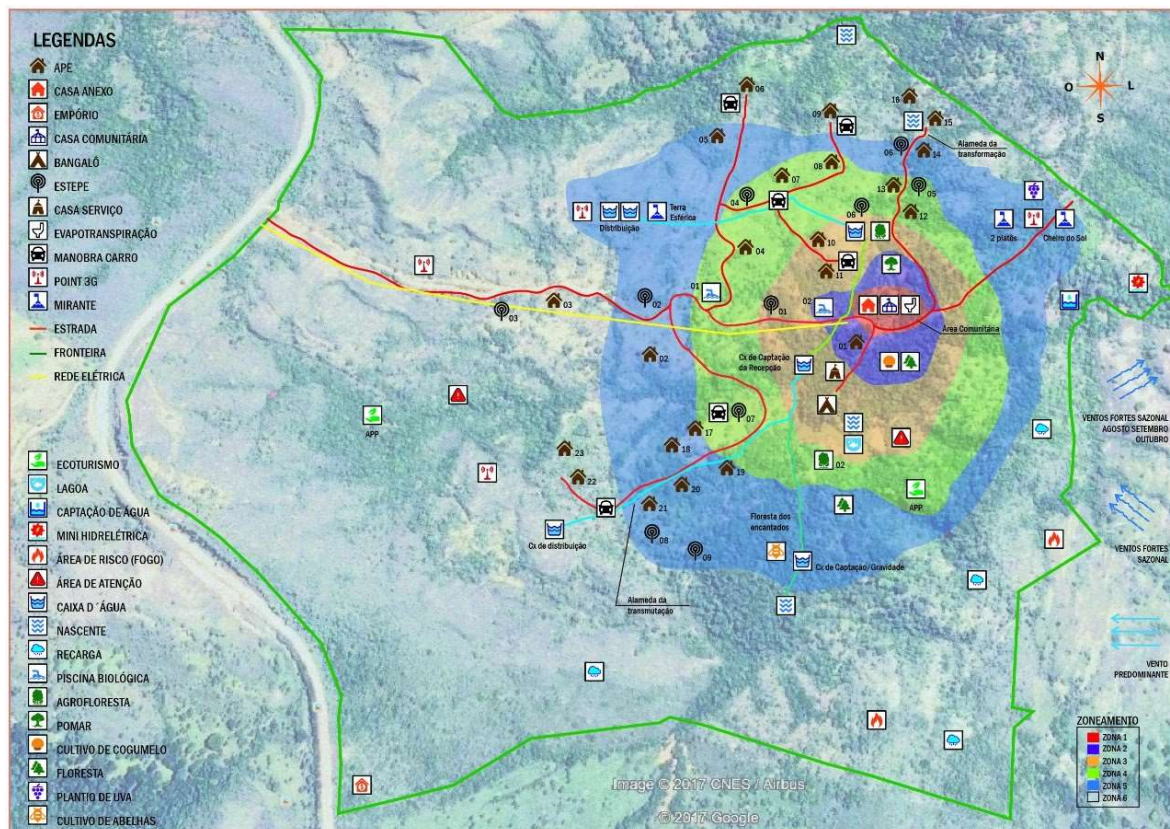


**Figura 6.** Recuperação da cobertura vegetal após a instalação da comunidade  
Fonte: Amainar (2025)

Além dos registros ambientais, os mapas técnicos de topografia, altimetria, declividade e *design* permacultural oferecem uma visão detalhada da configuração territorial da Terra Sublime. Eles permitem compreender como a comunidade organiza seus espaços de convivência, cultivo e preservação ambiental, revelando a relação estreita entre o planejamento territorial e as práticas sociais cotidianas.



**Figura 7.** Mapa topográfico da Ecovila Terra Sublime  
Fonte: Amainar (2025)



**Figura 8.** *Design* permacultural preliminar

Fonte: Amainar (2025)

Complementarmente, as observações de campo documentaram elementos da infraestrutura em desenvolvimento, como a casa comunitária (em obras), acessos internos, áreas de lazer à beira da lagoa e a implementação de uma fossa ecológica, reforçando a adoção de tecnologias apropriadas e de baixo impacto ambiental



**Figura 9.** Casa comunitária em construção  
Fonte: Amainar (2025)



**Figura 10.** Acesso principal e área da lagoa  
Fonte: Amainar (2025)



**Figura 11.** Fossa ecológica  
Fonte: Amainar (2025)

A integração entre os registros fotográficos, os mapas técnicos e as observações assistemáticas realizadas em campo permite compreender a comunidade Terra Sublime como um espaço em constante transformação socioambiental. As imagens comparativas mostram que a ocupação do território, longe de intensificar a degradação, tem promovido a regeneração de áreas antes comprometidas, demonstrando o potencial das práticas agroflorestais e do planejamento permacultural para restaurar funções ecológicas. Do mesmo modo, a infraestrutura comunitária quando em construção e/ou melhorias — como a casa coletiva, os acessos internos e a fossa ecológica — ilustram a adoção de tecnologias apropriadas e de baixo impacto, alinhadas aos princípios de sustentabilidade que norteiam a comunidade. Assim, os registros visuais não apenas documentam mudanças físicas e ambientais, mas também revelam como o espaço é continuamente moldado pelas relações sociais, pela cooperação entre os moradores e pela busca por modos de vida regenerativos.

## 6. Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo compreender os sentidos atribuídos ao comportamento de adesão e permanência em um empreendimento de base regenerativa, a partir do modelo COM-

B, aplicado ao caso da comunidade intencional Terra Sublime. Com base em uma abordagem qualitativa, centrada em entrevistas em profundidade e análise de conteúdo, buscou-se explorar como capacidades, oportunidades e motivações se manifestam de forma situada e intersubjetiva em experiências comunitárias voltadas à regeneração ambiental, social e simbólica.

Os achados evidenciam que o comportamento regenerativo não pode ser explicado apenas por fatores racionais ou pela presença de estruturas físicas propícias. Ao contrário, ele emerge de um campo complexo, no qual dimensões éticas, afetivas, relacionais e espirituais desempenham papel central. A motivação para aderir ao projeto está fortemente vinculada à busca por coerência entre valores e práticas, ao desejo de pertencimento e à aspiração por novos modos de vida. A capacidade, por sua vez, se revelou como uma construção coletiva e contínua, marcada pela troca, pela escuta e pela vivência partilhada. Já a oportunidade — física e social — mostrou-se essencial não apenas como condição de acesso, mas como fator de permanência, conexão e reinvenção dos vínculos.

A aplicação do modelo COM-B demonstrou ser uma ferramenta útil para estruturar a análise do comportamento em contextos regenerativos, permitindo identificar barreiras e facilitadores em três dimensões complementares. No entanto, a experiência investigada também revelou limitações do modelo quando confrontado com elementos subjetivos e simbólicos de maior densidade, como a espiritualidade, a experiência estética da paisagem, a pedagogia comunitária e os processos de cura pessoal. Tais elementos não são facilmente enquadráveis em categorias operacionais e requerem um alargamento conceitual que incorpore práticas regenerativas como modos de subjetivação, e não apenas como escolhas comportamentais.

Além disso, ao comparar os dados empíricos com os estudos revisados sistematicamente, foi possível perceber interseções importantes com pesquisas anteriores que aplicaram o modelo COM-B em contextos de consumo sustentável, como as de Craveiro et al. (2021), Graça et al. (2023), Ceballos e Antonopoulou (2024) e Chad (2023). No entanto, diferentemente desses estudos, que em geral se concentram em práticas específicas (alimentação, reciclagem, economia colaborativa), esta pesquisa aborda a regeneração como experiência totalizante — que atravessa a moradia, a relação com o território, a convivência e a construção de sentido existencial. Essa contribuição amplia o escopo de aplicação do COM-B e oferece subsídios para estudos que desejem aproximar teoria do comportamento e práticas comunitárias de transformação.

No campo metodológico, é importante reconhecer os limites e desafios da interpretação. Embora o estudo tenha buscado diversidade de perfis e realizado análise rigorosa das falas, trata-se de uma investigação situada, cujos dados foram construídos em interação com sujeitos engajados em um projeto coletivo, o que pode gerar vieses de desejo, pertencimento ou expectativa. Além disso, algumas categorias emergentes — como pertencimento simbólico, reconfiguração de expectativas e gestão da convivência — revelam tensões internas e ambivalências nos discursos, como o desejo de engajamento coexistindo com a limitação de tempo, ou o ideal de vida comunitária confrontado com a dificuldade de conciliação de valores. Essas contradições não enfraquecem a análise, mas indicam a complexidade do campo e reforçam a importância de abordagens compreensivas, abertas ao paradoxo e à incompletude.

A originalidade desta dissertação reside na articulação entre uma teoria comportamental amplamente aplicada (COM-B), um campo emergente de práticas regenerativas e uma experiência comunitária concreta, possibilitando uma leitura ampliada e crítica dos determinantes do comportamento sustentável. Ao aproximar modelos analíticos e experiências vividas, o estudo contribui para a construção de metodologias sensíveis à subjetividade e à diversidade de trajetórias, sem abrir mão do rigor teórico. Propõe, assim, um deslocamento do olhar sobre o comportamento regenerativo: de um conjunto de ações desejáveis para um processo contínuo de transformação individual e coletiva, enraizado em territórios, vínculos e valores compartilhados.

Conclui-se, portanto, que a regeneração, tal como vivida na Terra Sublime, não é apenas uma meta ecológica ou um ideal utópico, mas um modo de estar no mundo que exige práticas relacionais, abertura ao aprendizado, escuta das diferenças e disposição para o conflito criativo. Ao oferecer uma análise situada sobre os fatores que sustentam esse engajamento, esta pesquisa contribui para a literatura sobre consumo sustentável, economia regenerativa e mudança comportamental, sobretudo ao evidenciar como práticas comunitárias podem ampliar motivações e capacidades para estilos de vida mais sustentáveis. Embora seus resultados sejam pontuais e derivados de um estudo de caso específico, eles podem inspirar reflexões para projetos comunitários e iniciativas de impacto que desejem promover formas mais justas, éticas e sustentáveis de organização cotidiana. No campo das políticas públicas, as contribuições deste trabalho são indiretas, ao sugerir elementos que podem ser considerados em programas de apoio a comunidades regenerativas e em iniciativas de educação para a sustentabilidade, ainda que sem a pretensão de oferecer recomendações normativas generalizáveis.

Do ponto de vista da gestão e da sustentabilidade, os resultados deste estudo oferecem subsídios importantes para o desenho de programas, projetos e políticas que visem fortalecer comunidades regenerativas e empreendimentos de base territorial. Ao evidenciar os elementos que facilitam ou dificultam o engajamento em iniciativas sustentáveis — incluindo os aspectos simbólicos, relacionais e contextuais — a pesquisa amplia a compreensão sobre o papel da gestão participativa, da governança horizontal e da escuta ativa como estratégias para a consolidação de práticas sustentáveis. Além disso, ao demonstrar que capacidades e oportunidades são construídas ao longo da experiência, o estudo reforça a importância de processos formativos e pedagógicos contínuos na gestão de iniciativas socioambientais comprometidas com a regeneração e o cuidado com os territórios.

Por fim, este estudo aponta lacunas e possibilidades para investigações futuras. Uma delas diz respeito à necessidade de aprofundar o diálogo entre modelos de mudança comportamental e abordagens qualitativas interpretativas, especialmente em contextos de inovação social, espiritualidade e práticas regenerativas.

Considerando a natureza qualitativa e exploratória deste estudo, que se baseou em uma amostra limitada de 13 entrevistados de uma única comunidade, as sugestões para pesquisas futuras visam expandir e aprofundar os achados. Primeiramente, a generalização dos perfis de engajamento e dos fatores COM-B identificados poderia também ser testada por meio de estudos quantitativos, aplicando questionários a um universo maior de comunidades intencionais. Tal abordagem permitiria validar estatisticamente as relações observadas e oferecer uma compreensão mais abrangente dos fenômenos de adesão e participação.

Posteriormente, seria relevante, por exemplo, investigar como diferentes perfis de engajamento — simbólico, híbrido ou territorial — evoluem ao longo do tempo, bem como explorar os efeitos de mediações institucionais na sustentação de projetos comunitários. Já que a dinâmica do engajamento se revelou um processo intersubjetivo e formativo, poderia ser melhor compreendida através de pesquisas longitudinais. Estas investigações acompanhariam os cotistas ao longo do tempo, analisando a sustentabilidade de suas motivações, o desenvolvimento contínuo de capacidades e a adaptação às oportunidades e barreiras. Adicionalmente, aprofundar a análise das barreiras institucionais e de governança, bem como o impacto de diferentes modelos de mediação de conflitos, seria crucial para o fortalecimento de iniciativas comunitárias, respondendo diretamente aos desafios de infraestrutura e relacionamento apontados pelos participantes.

A realização de estudos comparativos entre diversas ecovilas ou comunidades regenerativas permitiria identificar particularidades e padrões mais amplos, enriquecendo o diálogo com os campos da economia regenerativa e do consumo sustentável. Explorar a percepção de impacto e o engajamento de não-cotistas ou da comunidade externa à ecovila também se mostra relevante, ampliando a compreensão sobre o alcance e a influência desses projetos regenerativos na sociedade em geral. Essas abordagens complementares poderiam mitigar as limitações do presente estudo de caso, oferecendo uma visão mais robusta e aplicável.

Ademais, propõe-se uma agenda de pesquisa voltada à integração entre teoria do comportamento, pedagogias da regeneração e estratégias de gestão participativa, a fim de apoiar processos de transição que sejam não apenas tecnicamente sustentáveis, mas também eticamente transformadores. que exige práticas relacionais, abertura ao aprendizado, escuta das diferenças e disposição para o conflito criativo. Ao oferecer uma análise situada sobre os fatores que sustentam esse engajamento, esta pesquisa contribui com a literatura sobre consumo sustentável, economia regenerativa e mudança comportamental, e propõe caminhos para políticas públicas, projetos comunitários e iniciativas de impacto que desejem promover transições justas, éticas e sustentáveis no cotidiano de indivíduos e coletivos.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, C. R. (2021). Comunidades intencionais: Poéticas de outras experimentações ontológicas. *Anais da VIII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia*, 2042-2045.
- Angelis, J., Howard, M., & Miemczyk, J. (2018). Supply chain management and the circular economy: Towards the circular supply chain. *Production Planning & Control*, 29(6), 425–437.
- Arruda, B. M. (2018). O fenômeno de ecovilas no Brasil contemporâneo (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Bai, K., Memon, M. S., & Mari, S. I. (2020). Analyzing the consumer's buying behavior towards green products. *International Journal of Engineering Works*, 7(3), 161–167. <https://www.ijew.io/paper/analyzing-the-consumer-s-buying-behavior-towards-green-products>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo* (Edição de César Suárez). Akal.
- Barki, E., Comini, G., & Torres, H. (2019). *Negócios de impacto socioambiental no Brasil: Como empreender, financiar e apoiar*. FGV Editora.
- Batista, L., Boulakakis, M., Smart, P., Maull, R., & Evans, S. (2018). Supply chain operations for a circular economy. *International Journal of Production Economics*, 195, 283–298.

- Bexell, S. M., Saitta, D., Sher, A., & Sutton, P. (2023). Co-creation of a Center for a Regenerative Future. *Sustainability*, 15(17), 12861. <https://doi.org/10.3390/su151712861>
- Brasil. (2023). Decreto nº 11.646, de 16 de agosto de 2023: Define Economia de Impacto, Negócios e Investimentos de Impacto. Diário Oficial da União.
- Capra, F., & Luisi, P. L. (2016). *The systems view of life: A unifying vision*. Cambridge University Press.
- Clube de Roma. (1972). *The limits to growth: A report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. Universe Books.
- Conard, B. R. (2013). Some challenges to sustainability. *Sustainability*, 5(8), 3368–3381.
- Conte, E., & Monno, V. (2016). Beyond the building-centric approach: A vision for an integrated evaluation of sustainable urban development. *Sustainable Cities and Society*, 26, 107-116. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2016.05.005>
- Derviş, H. (2019). Bibliometric analysis using bibliometrix an R package. *Journal of scientometric research*, 8(3), 156-160.
- Edwards, A. R. (2005). *The sustainability revolution: Portrait of a paradigm shift*. New Society Publishers.
- Escolar, A. (2018). *Sentipensar com a Terra: Territórios, transições e postdesenvolvimento*. Elefante.
- Farooque, M., Zhang, A., Thürer, M., Qu, T., & Huisingh, D. (2019). Circular supply chain management: A definition and structured literature review. *Journal of Cleaner Production*, 228, 882–900.
- Ferraz, A. C. D., Freitas, J. C., & Azevedo, P. D. C. (2013). O desafio do consumo sustentável em países emergentes: Uma análise exploratória. *Revista Brasileira de Marketing*, 12(3), 46-62.
- Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research (4th ed.)*. SAGE Publications.
- Franzolin, D. V. (2022). *A casa como centro de produção: Caminhos possíveis para uma vida de baixo impacto ambiental (Dissertação de Mestrado)*. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- Fullerton, J. (2015). *Regenerative capitalism: How universal principles and patterns will shape our new economy*. Capital Institute.
- Geissdoerfer, M., Morioka, S. N., de Carvalho, M. M., & Evans, S. (2018). Business models and supply chains for the circular economy. *Journal of Cleaner Production*, 190, 712–721.
- Geissdoerfer, M., Savaget, P., Bocken, N. M. P., & Hultink, E. J. (2017). The circular economy – A new sustainability paradigm? *Journal of Cleaner Production*, 143, 757–768.
- Gilman, R., & Gilman, D. (1991). *Ecovillages and sustainable communities: A report for Gaia Trust*. Context Institute.

Global Ecovillage Network (GEN). (1995). GEN Charter and Principles. Global Ecovillage Network. <https://ecovillage.org>

Gomes, G., Braga, J. P., & Vieira, R. S. (2010). O paradoxo do comportamento sustentável: Intenção e ação. *Revista de Estudos Sociais*, 23(2), 29-45.

Gonella, F., Amato, F., & Silvestrini, M. (2023). Economic models for a sustainable society: The transition from linear to regenerative economics. *Journal of Cleaner Production*, 376, 134926. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.134926>

Gudynas, E. (2011). Buen vivir: Today's tomorrow. *Development*, 54(4), 441–447.

Hofstra, N. (2017). Towards ecocentric consumer behaviour: A redefinition of consumption values. *Ecological Economics*, 140, 18-27. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2017.04.002>

IBGE. (2017). Indicadores de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPCC. (2018). Global warming of 1.5°C: An IPCC special report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels. Intergovernmental Panel on Climate Change. <https://www.ipcc.ch/sr15/>

IPCC. (2023). Climate change 2023: Synthesis report. Intergovernmental Panel on Climate Change. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>

Jackson, T. (2017). Prosperity without growth: Foundations for the economy of tomorrow (2nd ed.). Routledge.

Künkel, P., & Ragnarsdottir, K. V. (2022). Transformation literacy: Pathways to regenerative civilizations. Springer.

Lanau, F., & Liu, Z. (2020). Progress towards a circular economy in China: Barriers and opportunities. *Journal of Industrial Ecology*, 24(6), 1214-1226.

Leising, E., Quist, J., & Bocken, N. (2018). Circular economy in the building sector: Three cases and a collaboration tool. *Journal of Cleaner Production*, 176, 976–989.

Litfin, K. T. (2009). Ecovillages: Lessons for sustainable community. Polity Press.

Mang, P., & Haggard, B. (2016). *Regenerative development and design: A framework for evolving sustainability*. Wiley.

Mangla, S. K., Luthra, S., Mishra, N., Jakhar, S., Kumar, M., & Song, M. (2018). Barriers to effective circular supply chain management in emerging economies. *International Journal of Production Research*, 56(1–2), 506–524.

Masi, D., Day, S., & Godsell, J. (2017). Supply chain configurations in the circular economy: A systematic literature review. *Sustainability*, 9(9), 1602.

- Michie, S., Van Stralen, M. M., & West, R. (2011). The behaviour change wheel: A new method for characterising and designing behaviour change interventions. *Implementation Science*, 6(1), 42. <https://doi.org/10.1186/1748-5908-6-42>
- Mishra, N., Hopkinson, P., & Tidridge, G. (2018). Value creation through industrial symbiosis in the UK bio-based sector: Business models, enabling policies and practices. *Journal of Cleaner Production*, 212, 1036–1046.
- Montag, L. (2023). Circular economy and supply chains: Definitions, conceptualizations, and research agenda. *Circular Economy and Sustainability*, 3, 35–75.
- Nasir, M. H. A., Genovese, A., Acquaye, A. A., Koh, S. C. L., & Yamoah, F. (2017). Resource conservative manufacturing: An integrated approach for designing and assessing the eco-efficiency of manufacturing systems. *Journal of Cleaner Production*, 142, 442–457.
- Oliveira, F. S., & Penha-Lopes, G. (2020). *Sistemas regenerativos e inovação rural no Brasil*. Editora UFPE.
- OMM. (2023). Relatório anual: O estado do clima mundial. Organização Meteorológica Mundial. <https://public.wmo.int>
- ONU. (2023). Relatório sobre mudanças climáticas e segurança alimentar. Organização das Nações Unidas. <https://www.un.org>
- Organização das Nações Unidas. (2019). World urbanization prospects: The 2018 revision. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão de População. <https://population.un.org/wup>
- Petrini, M., Scherer, L., & Back, L. (2016). Modelo de negócios com impacto social. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 56(2), 209-225. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020160205>
- Pinsky, V., & Kruglianskas, I. (2017). Inovação tecnológica para a sustentabilidade. *Estudos Avançados*, 31(90), 107-126.
- Porter, M. E., & van der Linde, C. (1995). Green and competitive: Ending the stalemate. *Harvard Business Review*, 73(5), 119-134.
- Pruskus, V. (2014). *Social aspects of consumption: Trends and perspectives*. Vilnius University Press.
- Raworth, K. (2017). *Doughnut economics: Seven ways to think like a 21st-century economist*. Random House Business.
- Raworth, K. (2017). *Economia Donut: Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. Zahar. (Obra traduzida de: *Doughnut economics: Seven ways to think like a 21st-century economist*)
- Roysen, M. (2013). Ecovilas como espaços de resistência cultural. In *Ecovilas no Brasil: Uma nova proposta de viver* (pp. 66-78). Contexto.
- Sachs, I. (2007). *Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento*. Cortez Editora.
- Szerenyi, Z., Wilson, G., & Munday, M. (2011). Barriers to sustainable consumption: Insights from Hungary. *Journal of Cleaner Production*, 19(9-10), 1065-1074.

- Takalo, S. K., Tooranloo, H. S., & Shahabaldini Parizi, Z. (2021). Green innovation: A systematic literature review. *Journal of Cleaner Production*, 279, 122474. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.122474>
- Tavares, C. A. P. (1985). *O que são comunidades alternativas*. Brasiliense.
- UNFCCC. (1997). Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention on Climate Change. United Nations Framework Convention on Climate Change. <https://unfccc.int>
- United Nations. (1992). Agenda 21: Programme of action for sustainable development. United Nations Conference on Environment and Development. <https://sustainabledevelopment.un.org>
- Vitti, J. (2011). Consumer behavior towards sustainable products in emerging markets. *International Marketing Review*, 28(5), 479-495.
- Vlajic, J. V., Mijailovic, R., & Bogdanova, M. (2021). Conceptualizing circular supply chain management: A value recovery perspective. *Journal of Cleaner Production*, 322, 129081.
- Wolff, F., & Schönherr, N. (2011). Public policy instruments to promote sustainable consumption: A comparative analysis. *Journal of Consumer Policy*, 34(1), 63-86.
- Yang, M., Smart, P., Kumar, M., Jolly, M., & Evans, S. (2020). Product-service systems business model design and supply chain implications. *International Journal of Production Research*, 58(1), 498-510.
- World Bank Group. (2018). *Strategic use of climate finance to maximize climate action: A guiding framework*. World Bank.
- Elkington, J. (1999). *Cannibals with forks: The triple bottom line of 21st century business*. Capstone.
- Sachs, I. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Garamond.
- World Commission on Environment and Development. (1987). *Our common future*. Oxford University Press.
- Bodansky, D. (2001). The history of the global climate change regime. In U. Luterbacher & D. Sprinz (Eds.), *International relations and global climate change* (pp. 23-40). MIT Press.
- Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J., & Behrens, W. W. (1972). *The limits to growth*. Universe Books.
- Victor, D. G. (2011). *Global warming gridlock: Creating more effective strategies for protecting the planet*. Cambridge University Press.
- Newell, P. (2024). *Governing the end of the fossil fuel era: Reflections on COP28*. *Global Environmental Politics*, 24(1), 1-9. [https://doi.org/10.1162/glep\\_a\\_00732](https://doi.org/10.1162/glep_a_00732)
- Jackson, H. (2004). *Ecovillage living: Restoring the earth and her people*. Green Books.



## **Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Pesquisadora Responsável: **Hannah França Salmen**

**1. Objetivo do Estudo:** Entender quais fatores fazem com que os indivíduos que são cotistas da comunidade-alvo e interagem com ela, escolhem se tornar seus residentes, a partir de suas capacidades, oportunidades e motivações, elaborando assim um estudo de caso no ecovilas Terra Sublime, no Distrito Federal.

**2. Procedimentos da Pesquisa:** Você será convidado(a) a participar de uma entrevista presencial, onde serão abordados temas relacionados à inovação, sustentabilidade e modelos de negócios na comunidade Terra Sublime, localizada no Distrito Federal. Durante a entrevista, você será questionado(a) sobre suas experiências e opiniões relacionadas ao assunto.

**3. Participação Voluntária:** Sua participação neste estudo é totalmente voluntária. Você tem o direito de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou consequências.

**4. Confidencialidade:** Todas as informações fornecidas durante a entrevista serão tratadas de forma confidencial. Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa e não serão compartilhados ou divulgados publicamente. As pesquisadoras se responsabilizam pela coleta, armazenagem e análise dos dados mantendo todo o sigilo de cada participante da pesquisa.

**5. Gravação da Entrevista:** A entrevista será gravada com o seu consentimento para que possa ser posteriormente transcrita e analisada. A gravação será armazenada de forma segura e somente o pesquisador terá acesso aos arquivos.

**6. Contato:** Se você tiver alguma dúvida sobre o estudo ou desejar mais informações, sintase à vontade para entrar em contato com a pesquisadora, pelo email: xxx

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que li e compreendi as informações acima e concordo voluntariamente em participar deste estudo.

---

**(Assinatura)**

---

**Hannah França Salmen**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Alfinito**

## Apêndice B – Roteiro de Entrevistas Sugerido

Perfil: Moradores da Comunidade

### Parte 1: Introdução e Contextualização

1. Apresentação: consiste em uma breve explicação sobre o propósito da entrevista, assegurando a confidencialidade e obtendo o consentimento informado.
2. Contexto: Como você conheceu o projeto Terra Sublime?

### Parte 2: Exploração das Capacidades (Capability)

1. Quais habilidades ou conhecimentos você acredita que são essenciais para ter uma cota no projeto Terra Sublime?
2. Como essas capacidades foram desenvolvidas ou estimuladas em você ao longo do tempo?
3. Existiu no momento da compra ou existe algum treinamento ou suporte oferecido pela comunidade ou pelo projeto que te ajudou a melhorar essas capacidades?
4. Quais desafios você encontrou em termos de habilidades ou de conhecimentos para adquirir uma cota do projeto?

### Parte 3: Oportunidades (Opportunity)

1. Como a infraestrutura física da comunidade (acesso, espaços, serviços disponíveis, etc.) influenciou a decisão de aquisição de uma cota? E atualmente há alguma influência em sua permanência?
2. Você sente que há oportunidades adequadas para você contribuir para os objetivos do projeto? Pode descrever exemplos?
3. Existem barreiras sociais, materiais ou físicas que limitam sua participação ou contribuições ao projeto? Como você lida com elas?
4. Que tipo de melhoria estrutural ou tecnológica você acredita que poderia ampliar a visibilidade ou o interesse pela aquisição de cotas ou do projeto junto ao público externo?

#### Parte 4: Motivações (Motivation)

1. Quais foram suas principais motivações para adquirir a cota do projeto Terra Sublime?
2. Como essas motivações mudaram desde que você se envolveu na comunidade?
3. Você considera o impacto socioambiental um fator relevante em sua decisão de compra e permanência no projeto? Pode explicar?
4. Pensando em pessoas que você conhece dentro da comunidade, quais fatores você considera decisivos para mantê-las motivadas com os objetivos regenerativos da Terra Sublime?